

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO – UNEMAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

**POVO ENAWENE NAWE: TERRA, CULTURA E AMBIENTE.
CONSEQUÊNCIAS DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA
ALTERAÇÃO DO ENTORNO DA TERRA INDÍGENA**

FABRÍCIO ALVES ESTEPHÂNIO DE MOURA

CÁCERES, MATO GROSSO, BRASIL
2014.

FABRÍCIO ALVES ESTEPHÂNIO DE MOURA

**POVO ENAWENE NAWE: TERRA, CULTURA E AMBIENTE.
CONSEQUÊNCIAS DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA
ALTERAÇÃO DO ENTORNO DA TERRA INDÍGENA**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi

**CÁCERES, MATO GROSSO
2014.**

FABRÍCIO ALVES ESTEPHÂNIO DE MOURA

POVO ENAWENE NAWE: TERRA, CULTURA E AMBIENTE. CONSEQUÊNCIAS DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA ALTERAÇÃO DO ENTORNO DA TERRA INDÍGENA

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi

Aprovado em: ____/____/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi – Orientador – UNEMAT

Prof. Dr. Almir Arantes – Membro interno – UNEMAT

Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros – Membro externo – UCDB

Prof. Dr. Waldir José Gaspar – Membro Externo – UFSCar

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	4
LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE FIGURAS	6
RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
Capítulo I – BREVE ETNOGRAFIA DOS ENAWENE NAWE	16
1.1 Descrição	16
1.2 Aldeia	22
1.3 Organização social.....	26
1.4 Atividades Produtivas.....	29
1.5 Cosmologia	34
Capítulo II – CONSEQUÊNCIAS DA MODIFICAÇÃO DO ENTORNO DA TERRA INDÍGENA NA CULTURA E AMBIENTE DA ETNIA ENAWENE NAWE	38
2.1 Acumulação por espoliação	38
2.2 Histórico da ocupação do entorno da terra indígena Enawene Nawe.....	43
2.3 A terra indígena Enawene Nawe.....	50
2.4 Os impactos da modificação do entorno na cultura e no ambiente da etnia Enawene Nawe.	60
2.4.1 Impactos do contato, delimitação do território e introdução de novos bens e consumo.....	60
2.4.2 Impactos ambientais da alteração do entorno da terra indígena Enawene Nawe.	67
2.4.3 Impactos da instalação de empreendimentos hidrelétricos.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A: Cronologia dos principais acontecimentos na história do povo Enawene Nawe.	93
APÊNDICE B: Glossário da língua Enawene Nawe.....	100
ANEXO A: Atividades desenvolvidas com os Enawene Nawe pela OPAN, no ano de 2001.	107
ANEXO B: Convênio entre OPAN e Prefeitura de Juína para execução de programas com recurso do ICMS ecológico.....	116

LISTA DE ABREVIATURAS

AAI – Avaliação Ambiental Integrada

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

CGGAM – Coordenação Geral de Gestão Ambiental (FUNAI)

EF – Estrada de Ferro (ferrovia)

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

LD – Linha de Distribuição

LI – Licença de Instalação

LP – Licença Prévia

LT – Linha de Transmissão

MPF – Ministério Público Federal

NAL – Núcleo de Apoio Local (FUNAI)

OPAN – Operação Amazônia Nativa

PBA – Plano Básico Ambiental

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável

RIMA – Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

STF – Supremo Tribunal Federal

TI – Terra Indígena

TR – Termo de Referência

UHE – Usina Hidrelétrica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ciclo agrícola anual – mandioca e milho	30
Tabela 2: Posto Fazenda Tucunaré – Distribuição anual das precipitações no período de 1983/1997.	58

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Enawene com trajes tradicionais e moças retornando do banho.	17
Figuras 3 e 4: Homem com criança de colo e moça realizando uma pintura com jenipapo.....	18
Figuras 5 e 6: Panela cheia de oloiti no interior de uma casa e rapaz consumindo em uma cuia.....	19
Figuras 7, 8, 9 e 10: Etapas da preparação da mandioca – descascar, ralar, socar no pilão, preparar o biju e armazenar.....	20
Figura 11: Homens Enawene carregando lenha para a aldeia.....	21
Figura 12: Mulheres realizando pinturas corporais no final da tarde.	22
Figura 13: Vista panorâmica da aldeia.	22
Figuras 14 e 15: Casa das flautas.....	23
Figura 16: Vista aérea da aldeia.....	23
Figura 17: Croqui da aldeia Enawene Nawe	24
Figuras 18 e 19: Interior de uma casa comunal.	25
Figura 20: Croqui de uma casa comunal com duas seções domésticas, segmentadas por vez em compartimentos familiares (g.fam)	25
Figuras 21 e 22: Dois momentos do ritual Yākwa.	28
Figuras 23 e 24: Pescaria de barragem do ritual Yākwa.....	33
Figura 25: Ritual do <i>kateokõ</i>	36
Figura 26: Localização da terra indígena Enawene Nawe	48
Figura 27: Traçado da futura EF 354 – Ferrovia Uruaçu-Vilhena.....	50
Figura 28: Localização da terra indígena.	51
Figura 29: Empreendimentos aprovados no entorno da Terra Indígena.	53
Figura 30: Trajeto da estrada que ligaria Sapezal à Juína.	54
Figura 31: Destaque para a bacia do Rio Preto, área reivindicada como terra indígena pelos Enawene Nawe.....	55
Figura 32: Solos do Estado Mato Grosso e a terra indígena estudada.	56

Figura 33: Geologia da terra indígena.....	57
Figura 34: Sistemas de circulação atmosférica do Mato Grosso.....	58
Figura 35: Visão dos Índios Enawene Nawe da Terra Indígena Enawene Nawe.....	59
Figuras 36 e 37: Desmatamento na margem do Rio Juruena, entorno da terra indígena Enawene Nawe, para formação de pastagens.	69
Figura 38: Desmatamento e preparo do solo para monocultura no limite da terra indígena Enawene Nawe.	70
Figura 39: Mapa do Complexo Juruena.	74
Figuras 40, 41, 42 e 43: Reuniões de apresentação de empreendimentos aos Enawene Nawe.	75
Figuras 44 e 45: Alterações no leito do Rio Juruena pelas obras da PCH Telegráfica.....	79
Figuras 46, 47, 48 e 49: Incêndio no canteiro de obras da PCH Telegráfica.	81
Figuras 50 e 51: Porto Enawene em 2002.	83
Figuras 52 e 53: Porto Enawene em 2010.	83

RESUMO

MOURA, Fabrício Alves Estephânio de. **Povo Enawene Nawe: terra, cultura e ambiente. Consequências dos impactos socioambientais da alteração do entorno da terra indígena.** Cáceres: UNEMAT, 2014. 122 p. (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais)¹.

A dissertação aborda a descrição do povo Enawene Nawe e tem por objetivo relacionar as alterações do entorno da T. I., promovidas por empreendimentos capitalistas (agronegócio e usinas hidrelétricas), às modificações ocorridas na cultura e ambiente dos Enawene Nawe. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa e contou com as seguintes etapas: trabalho de campo, considerando a vivência junto à comunidade e a etapa documental e de revisão bibliográfica em estudos de teses e documentos, bem como a adoção de referencial teórico para análise. O estudo revela que os Enawene Nawe tiveram contato recente com a sociedade não indígena brasileira, realizado pela Missão Anchieta em 1974. Habitam a região noroeste do Mato Grosso, na bacia do alto Rio Juruena. Posteriormente, a intensificação do contato com não indígenas se deu a partir da década de 1990 por meio do aliciamento dos nativos para construção de uma estrada irregular dentro da T. I. para escoamento da produção do agronegócio. Recebem dos fazendeiros compensação ilegal (alimentos, barcos e dinheiro) pela estrada irregular. Tal situação insere o modo capitalista de negociações. Esse contexto é analisado dentro da perspectiva tratada por Harvey sobre o novo imperialismo e o desapossamento. O capital desenvolve estratégias de inserção em novos territórios-ambientes e culturas. Tal situação reflete a realidade atual dessa comunidade indígena. Uma questão não somente direcionada ao território em si, mas ao seu entorno, com modificações que se refletem nas questões existenciais internas. A acumulação por espoliação e expansão geográfica do capitalismo causa a modificação da paisagem e da cultura e desenvolvimento desigual na região. Há expansão da agropecuária e surgem novas áreas urbanas. O desenvolvimento demanda energia elétrica, que atrai novos empreendimentos hidroelétricos, os quais, em seu conjunto, causam graves impactos ambientais às T.I. diminuindo a biodiversidade, em especial a ictiofauna, alterando a paisagem natural, poluindo o solo, ar e água. Há desestabilização da economia comunitária, diminuição do grau de sustentabilidade e posteriormente introduziu-se o consumo capitalista. Surgiu na aldeia a desigualdade social e o abandono de diversas práticas culturais, originado pelo modelo de compensação financeira e sua utilização, trazendo dependência do capital financeiro extraído da compensação pela construção de usinas; no entanto, até hoje, mesmo com a introdução de novos bens e tecnologias e com a inserção de novo modo de consumo, ainda preservam grande parte de suas tradições e seguem seu calendário tradicional.

Palavras-chave: Enawene Nawe. Rio Juruena. Meio ambiente. Impactos socioambientais.

¹ Orientador: Prof. Dr. Aumeri Carlos Bampi, UNEMAT; Cáceres (MT).

ABSTRACT

MOURA, Fabrício Alves Estephânio de. **People Enawene Nawe: land, culture and environment. Consequences of social and environmental impacts of changing the environment of indigenous land.** Cáceres: UNEMAT, 2014.122 p. (Dissertation – Master in Environment Science)².

The dissertation addresses the description of the people Enawene Nawe and aims to relate the changes in the IT environment promoted by capitalist enterprises (agribusiness and hydroelectric plants) to modifications of the culture and environment of Enawene Nawe. The research used qualitative methodology and included the following steps: fieldwork, considering the experience with the community and the documentary stage and literature review on studies of theses and papers, as well as the adoption of theoretical framework for analysis. The study reveals that the Enawene Nawe are an ethnic group of recent contact with Brazilian non-indigenous society, being conducted by the Anchieta Mission in 1974. Inhabit the northwestern region of Mato Grosso, in the upper Rio Juruena basin. Subsequently the intensification of contact with non-indigenous occurs from the 90s through grooming for construction of a bumpy road within the IT production flow agribusiness. Receive compensation of farmers illegal (food, boats and money) for the bumpy road. This situation places the capitalist mode of negotiations. This context is analyzed from the perspective treated by Harvey about the new imperialism and dispossession. Capital develops strategies for entry into new territories, environments and cultures. This situation reflects the current reality of this indigenous community. One issue not only directed to the territory itself, but to its surroundings, with modifications that reflect the internal existential questions. There are agricultural expansion and urban areas are new. The development of electricity demand, which attracts new hydroelectric projects. These, taken together cause serious environmental impacts of IT decreasing biodiversity, particularly fish populations by altering the natural landscape, polluting the soil, air and water. Surge in village social inequality and there is the abandonment of various cultural practices originated by financial compensation and its use model dependence of the extracted bringing financial capital of compensation for the construction of power plants. Yet even today, with the introduction of new goods and technologies and the introduction of a new mode of consumption, still preserve much of their traditions and follow their traditional calendar.

Key Words: Enawene Nawe. Juruena River. Environment. Social and environmental effects.

Advisor: Major Professor: Aumeri Carlos Bampi, UNEMAT; Cáceres (MT).

INTRODUÇÃO

A ideia de escrever uma dissertação sobre os Enawene Nawe foi motivada pelo tempo de convivência que tive com esse povo, da qual tive a percepção de que o conjunto de alterações socioambientais do entorno geravam mudanças internas e de relação homem-natureza ou sociedade-natureza para com os Enawene Nawe. Quando cheguei ao Mato Grosso, no ano de 1998, por meio da Operação Amazônia Nativa³ (OPAN), para compor uma equipe indigenista que atuaria diretamente na aldeia com um povo de pouquíssimo contato com a sociedade nacional, tive a oportunidade de acompanhar a trajetória dos Enawene Nawe durante 15 anos. Naquela época, os Enawene Nawe praticamente não falavam o português, não usavam roupas, deslocavam-se apenas por canoas de madeira movidas a remo, alimentavam-se exclusivamente de suas roças, pesca e coleta, em uma relação de profundo vínculo sociedade-natureza. Não conheciam dinheiro e nem mesmo o modelo de produção existencial da sociedade ocidental urbano-industrial. Apenas saiam para as cidades em casos de emergência, para tratamentos de saúde.

Trabalhei durante seis anos na OPAN (1998-2004), na área de economia indígena e sustentabilidade com os Enawene Nawe. Depois disso, trabalhei como intérprete para uma produtora francesa que realizou um documentário sobre a participação dos Enawene Nawe nos jogos indígenas. Também atuei mais dois anos pela FUNAI, auxiliando esse órgão na relação com os Enawene Nawe, que até então só tinham contato mais próximo com a OPAN. Em 2006, participei da elaboração dos estudos de impactos socioambientais do termo de referência do componente indígena para a construção de cinco pequenas centrais hidrelétricas localizadas ao longo do Rio Juruena, que afetaria, dentre outras, a terra indígena Enawene Nawe. No ano seguinte, fui contratado pela empresa responsável pela construção do empreendimento para auxiliar na interlocução entre a empresa e a comunidade indígena. Por fim, no ano de 2011, participei da elaboração dos estudos de impactos socioambientais do componente indígena para a construção da Estrada

³ Operação Amazônia Nativa (OPAN) – Organização Indigenista não governamental, fundada em 1969, que atua juntos aos povos indígenas do Brasil, valorizando a sua cultura, seus modos de organização social e na defesa de seus territórios e recursos naturais.

de Ferro 354 (Ferrovia de Integração Centro-Oeste), que também afeta a terra indígena Enawene Nawe.

O objetivo desta dissertação é traçar um panorama socioambiental do que se refere à sinergia do conjunto de empreendimentos e atividades instaladas na Bacia do Alto Juruena, com o propósito de compreender as alterações no entorno da terra indígena em questão; ao mesmo tempo, analisar as interferências dessas modificações e os impactos causados no modo de vida dos Enawene Nawe.

Todas as sociedades humanas são dinâmicas, vivem em constante transformação, nada é estático e permanente. Segundo Florestan Fernandes:

O homem se constitui como ser social no mesmo processo por meio do qual se constitui a sociabilidade. Nesse sentido, a interação social é, essencialmente, uma realidade dinâmica. Ocorre que existir socialmente sempre significa, de um modo ou de outro, compartilhar de condições e situações, desenvolver atividades e reações, praticar ações e relações que são interdependentes e se influenciam reciprocamente. Compreende diferentes probabilidades dinâmicas de interdependência, dos indivíduos entre si, de suas atividades, reações, ações e relações sociais, ou das categorias e agrupamentos de que fazem parte. Assim, as partes e o todo se constituem reciprocamente, modificam-se no mesmo processo em que se formam (IANNI, 1996, p.3).

Estamos sempre nos adaptando às mudanças ao longo do tempo, tendo que aprender a conviver com essas transformações. As inovações tecnológicas, hábitos alimentares, meios de produção, mudanças climáticas, transformação da paisagem e do regime hídrico etc. tudo isso influencia o comportamento de uma sociedade. A sociedade brasileira também passou por profundas modificações na sua forma de organização, nas relações sociais, nos meios produtivos de sua existência, na concentração territorial, ao mesmo tempo em que alastrava formas de exploração em todo o território nacional. Com as sociedades indígenas não seria de outra forma, no entanto a diferença dá-se quando elas deixam uma situação de isolamento e passam a interagir com a sociedade nacional. A partir dos primeiros contatos, sejam eles pacíficos sejam violentos, essas transformações ocorrem de forma bastante acelerada, fazendo essas sociedades terem que processar um grande número de informações em um curto espaço de tempo.

Dentro desse processo, as alterações mais visíveis nas sociedades indígenas ocorridas após o contato com a sociedade nacional são a baixa populacional, dadas por conflitos ou epidemias, e o abandono das práticas tradicionais, devido a influências de novidades trazidas pelos “colonizadores”:

No caso dos Enawene Nawe, foi diferente. O contato foi planejado e com os únicos objetivos de se garantir a posse e a integridade da terra e a saúde. Não havia outras intenções. Não tínhamos nenhuma pretensão política-ideológica, ou de ensinar isto ou aquilo e muito menos de pesquisar (BUSATTO⁴ apud PASSOS, 2005, p. 43).

Os Enawene Nawe são uma etnia indígena de recente contato com a sociedade brasileira, o qual foi realizado pela Missão Anchieta no ano de 1974. Não obstante, apesar da introdução de novos bens e tecnologias, os Enawene Nawe atualmente ainda preservam suas tradições e seguem seu calendário tradicional, o qual é extremamente dependente das estações do ano (chuva e estiagem) e do ciclo hidrológico local (cheia e vazante).

Na região onde se situam, o regime pluviométrico define duas estações bem nítidas, a chuvosa e a de estiagem, importantes balizas para a organização do calendário socioecológico dos Enawene Nawe, que se alternam ora vivendo na aldeia, ora nos acampamentos identificados a partir das diversas atividades de pesca, coleta e agricultura (SANTOS, 2001).

Vivem em uma única aldeia às margens do Rio Iquê, afluente do Rio Camararé, Sub-bacia do Rio Juruena, Bacia Amazônica. Suas casas são cobertas com palha de buriti e a estrutura é feita com material extraído da vegetação local (toras, varas, cipós e enviras). Não consomem carne vermelha e têm sua dieta alimentar baseada principalmente em peixe, mandioca e milho, retirados dos rios e de suas roças.

É fato que o entorno da terra indígena vem se transformando gradualmente ao longo dos anos, situação que pode ser constatada pela abertura de estradas, uso do solo para agricultura e pecuária, construção de barragens para hidroelétricas e linhas de transmissão. Essas transformações podem alterar a qualidade e quantidade de água dos rios da terra indígena, afetando diretamente a ictiofauna

⁴ Ivar Busatto é coordenador Geral da Opan – Operação Amazônia Nativa.

local, que conseqüentemente irá interferir na produção de pescado, a principal fonte de proteína na alimentação desse povo. Também se devem levar em conta os impactos sociais que essa transformação poderá acarretar nos valores culturais, simbólicos, religiosos e econômicos dessa sociedade que tem uma íntima relação com o ambiente natural em que vive.

A complexidade da situação atual das terras indígenas do Mato Grosso, na sua porção noroeste, foco desta análise, devido, sobretudo, à grande pressão do entorno, dominado pela agropecuária, sofre inúmeras pressões advindas dos diversos projetos de desenvolvimento na região e as intervenções catastróficas dos processos de licenciamento ambiental e suas “compensações”. Segundo Costa, essas adulterações do ambiente original, visivelmente, estão comprometendo a estrutura social e cultural desses povos e merecem estudos antropológicos mais aprofundados (2012).

Com as frentes de expansão da agropecuária industrial avançando sobre um mesmo espaço geográfico ocupado até a pouco apenas por povos indígenas, defrontaram-se modelos socioculturais diferentes: dois modelos agrícolas totalmente antagônicos. Poderíamos avaliar os méritos da “eficiência”, “produtividade”, “sustentabilidade”, “impactos ambientais”, ou outros para evidenciar diferentes modos de produção, mas o fato é que se defrontam e interagem. São dois mundos com interesses próprios. Pessoas de culturas distintas que vivem lado a lado, que se comunicam e julgam conhecer-se, mas sabem pouco, muito pouco um do outro. Sociedades diferentes, mas dotadas de suas capacidades adaptativas, de suas dinâmicas interativas encontram-se, se defrontam. Como explana Busatto (2003), essas relações de troca de bens, de mensagens e de símbolos fazem parte da condição humana; no entanto, trazem à tona conflitos e divergências.

Como é óbvio, cada sociedade tem sua própria visão de mundo. A da sociedade industrial é imposta pela estrutura técnica do sistema capitalista e tem por base uma filosofia do rendimento econômico, transformando tudo em mercadoria. Tudo implica em um modo particular de vida; porém, nossa civilização não tem diferenciado os métodos para o desenvolvimento humano dos métodos para o desenvolvimento tecnológico. Aplicam-se os mesmos padrões e os mesmos critérios para o homem e para a máquina, porque essa sociedade colocou o homem a

serviço do sistema, e não a serviço do homem (SOLER, 1980 apud BUSATTO, 2003, p. 21).

No caso dos povos indígenas, afirma Arruda (2002) que o abandono gradativo e forçado de suas práticas agrícolas promove também a impossibilidade da transmissão desse saber para as novas gerações, assim como dos rituais e conhecimentos associados, ampliando a dependência externa e diminuindo seu espaço de autonomia.

Esta pesquisa utilizou-se de metodologia qualitativa e contou com as seguintes etapas: primeiramente a de campo (considerando a vivência junto à comunidade); a segunda etapa foi documental e bibliográfica (estudos, teses, documentos referentes ao povo), para coleta de dados primários e secundários; a terceira fase foi a volta a campo para observação e análise das mudanças na comunidade (povo) e por fim a sintetização dos dados à luz do referente teórico. Do ponto de vista qualitativo, a abordagem dialética atua em nível de significados e estruturas, entendendo estas últimas como ações humanas objetivadas; logo, portadoras de significado. Ao mesmo tempo, tenta conceber todas as etapas da investigação e da análise como partes do processo social analisado e como sua consciência crítica possível. Assim, considera os instrumentos, os dados e a análise em uma relação interior com o pesquisador, e as contradições como a própria essência dos problemas reais (MINAYO; SANCHES, 1993).

De acordo com Markoni e Lakatos (2003), toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta. É a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse.

Para a pesquisa documental, foram analisados documentos de órgãos públicos e privados responsáveis pela elaboração de estudos de empreendimentos na região, diagnósticos ambientais, estudos de complementação/componente indígena e ações judiciais.

. Contou com pesquisa de campo, para levantamento de dados primários, com base em observações pessoais *in loco* da época em trabalhei com eles pela OPAN e pela FUNAI e participação na elaboração de estudos de impactos socioambientais para instalação de empreendimentos no entorno da terra indígena. Segundo Dodde (2012), a experiência adquirida *in loco*, o acesso a dados primários e o conhecimento da realidade – no caso, o contato com o povo indígena estudado – são elementos fundamentais para o entendimento da questão.

Para identificar a origem e as consequências dos impactos socioambientais que afetam a terra indígena, foram analisados relatórios escritos por instituições que atuaram na aldeia e artigos publicados por pesquisadores, avaliando o que foi positivo e negativo, como está esse local atualmente e quais são as perspectivas futuras.

Para uma melhor compreensão, essa dissertação foi dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo trata dos Enawene Nawe, a descrição da etnia, seu histórico, atividades produtivas, cotidiano e contato com não índios. Busco descrever neste capítulo as principais características desse povo, sua organização social, cosmologia e interação com o meio ambiente, rituais, agricultura, pesca e coleta, evidenciando como essa sociedade (povo) constituía suas relações com harmonia em relação ao meio – ou aquilo que denominamos de natureza –, exercendo sua territorialidade sem processos de degradação.

No segundo capítulo, apresento uma caracterização ambiental do meio físico e biótico e o contexto socioeconômico, caracterizado a partir de um histórico da região e focado na análise do entorno e as constantes transformações que interferem na terra indígena. Nessa seção, trato das consequências da modificação do entorno na cultura e ambiente da etnia, com subsídios teóricos do desapossamento e novo imperialismo.

Nas considerações finais, trago uma reflexão sobre o esforço dos Enawene Nawe para manterem suas tradições e seguirem seu calendário nativo, mesmo com todas as interferências e impactos causados pela modificação do entorno da terra indígena.

Capítulo I – BREVE ETNOGRAFIA DOS ENAWENE NAWE

1.1 Descrição

Os Enawene Nawe são um povo que fala uma língua do tronco Aruak. Vivem em uma única aldeia, localizada atualmente as margens do Rio Iquê, afluente do Rio Juruena, Bacia Amazônica, na porção noroeste do Estado do Mato Grosso, em uma terra demarcada e homologada pela União, com aproximadamente 742 mil hectares. Somam mais de 600 pessoas (IBGE-2010), em uma região de transição do cerrado para floresta amazônica, banhada por diversos rios e córregos, que esse povo percorre o ano inteiro, seguindo um calendário próprio de atividades produtivas, envolvidas por intensos rituais.

Fisicamente são fortes, vigorosos e possuem uma vitalidade impressionante, estão em constante movimento e parecem não se cansar nunca. Extremamente vaidosos, estão sempre preocupados com o visual e usam quase sempre algum tipo de enfeite ou adorno corporal. Também possuem uma enorme autoestima, considerando-se os mais fortes, bonitos e espertos entre os indígenas da região.

Homens e mulheres possuem uma fisionomia semelhante, todos têm o mesmo corte de cabelo, cuja franja é cortada em uma linha reta que segue até acima das orelhas, deixando comprida a parte de trás da cabeça. Raspam toda a sobrancelha e usam brincos de argolas feitas do coco do tucum nas orelhas desde o nascimento; em algumas ocasiões, também usam brincos feitos da concha do caramujo. Os homens usam uma tira de algodão branca, fiado pelas mulheres, amarrado entre o ombro e o bíceps; em alguns momentos, usam adornos feitos com plumas de arara vermelha e mutum. Nas pernas, amarram tiras branca de algodão estreita abaixo do joelho e largas acima do tornozelo. Quando realizam atividades nas matas, como coleta, roças ou provimento de lenha, os homens amarram tiras de enviras nos punhos e nas canelas. Na genitália, os homens usam uma tira de palha amarrada ao prepúcio, deixando o pênis embutido. Essa tira de palha, chamada de Olokori, é usada por homens adultos, fazendo parte de um rito de passagem, quando os meninos passam para a fase adulta e não é mais permitido que andem nus.

As mulheres também usam tiras de algodão amarradas nos braços e nos tornozelos, porém mais estreitas que a dos homens e de coloração vermelha. Abaixo do joelho, usam uma argola feita de látex da seringueira e tingida de urucum. Na cintura, amarram várias voltas de colares de tucum, formando um largo cinto e, abaixo, uma saia de algodão tingida de urucum. Atualmente elas confeccionam essas saias com linhas industrializadas. Para o banho, usam apenas folhas presas abaixo dos cintos de tucum. Após a primeira menstruação, as meninas passam por um rito onde são tatuados na pele alguns símbolos ao lado do umbigo e abaixo dos seios. Essas tatuagens são feitas de forma artesanal, utilizando-se a ponta da folha de uma bromeliácea com carvão e urucum. Indicam que a menina já passou para a fase adulta, estando, dessa forma, pronta para o casamento e apta para atividade sexual.

Figuras 1 e 2: Enawene com trajes tradicionais e moças retornando do banho.



Fonte: Sergi Guiraud

As crianças de colo usam uma grande quantidade de adornos pendurados no pescoço, pois as mães acreditam ser uma forma de proteção contra males. A pessoa recebe um nome dos pais no nascimento e, quando adulta, após o nascimento do primeiro filho, muda o nome, recebendo o sufixo *-ene* para o homem e *-netõ* para as mulheres, após o nome do filho(a). Se um homem se chama Kawairi e sua esposa Dalilose, por exemplo, após o nascimento do primeiro filho, que se chama Ataina, o pai passa a se chamar Atainaene e a mãe Atainanetõ. Essa regra vale também para o nascimento do(a) primeiro(a) neto(a); nesse caso, o avô passa a se chamar Atainatokwe e a avó Atainaserõ.

Figuras 3 e 4: Homem com criança de colo e moça realizando uma pintura com jenipapo.



Fonte: Sergi Guiraud

O alimento principal dos Enawene Nawe é a mandioca, pois é o que eles consomem em maior quantidade e está presente todos os dias em suas refeições. A partir dela são preparadas diversas bebidas, caldos e massas. Sua dieta alimentar é composta principalmente por líquidos; eles bebem mais do que comem e é comum, quando estão de barriga vazia, dizerem que estão com sede, ao invés de relatarem fome. Não têm o hábito de beberem água *in natura*, dando sempre preferência a algum tipo de bebida, a mais comum é o oloiti, uma bebida rala de coloração amarelada e sabor adocicado, produzida a partir da massa de mandioca mascada pelas mulheres e fervida por várias horas, porém sem fermentação. É comum nas casas vermos enormes panelas de até 100 litros cheias de oloiti, que é consumido por toda a família ao longo do dia, em enormes cuias de cabaças. Quando saem em alguma excursão longe da aldeia, sempre levam uma garrafa de oloiti, para consumirem no caminho, sempre que sentirem sede.

Com a massa da mandioca, as mulheres formam uns bolos, que são colocados em jiraus, com fogo em baixo, para conservação. Esses bolos são socados no pilão, depois de secos, para formarem uma farinha crua, que é utilizada na preparação de biju e bebidas.

Figuras 5 e 6: Panela cheia de oloiti no interior de uma casa e rapaz consumindo em uma cuia.



Fonte: Sergi Guiraud

Outras bebidas são produzidas a partir da mandioca:

- Makedanari – bebida de coloração branca e muito doce. Produzida do líquido que sai da massa da mandioca ralada e espremida e depois levada à fervura por várias horas.
- Keterá – tipo de mingau doce, feito da massa da mandioca ralada e cozida junto com grãos de milho socado no pilão.
- Holokwari – caldo de peixe, parecido com um pirão. Preparado com o peixe cozido inteiro, até desmanchar, com farinha de mandioca, sem sal nem tempero.

Observou-se que outro alimento bastante utilizado em sua dieta alimentar é o milho, com o qual preparam bebidas, bolos e biju. O mel também é muito consumido, sendo comum, quando os homens saem para coletar o mel, em um recipiente misturarem o produto de várias espécies de abelhas. Quando levados para a aldeia, são consumidos puros ou misturados com água ou suco dos frutos de algumas palmeiras, destacando-se a bacaba e o buriti, resultando em um delicioso sabor e muito nutritivo. Outros frutos são consumidos sazonalmente, os mais comuns são o jatobá e o pequi.

Figuras 7, 8, 9 e 10: Etapas da preparação da mandioca – descascar, ralar, socar no pilão, preparar o biju e armazenar.



Fonte: Sergi Guiraud

Antes de o dia clarear, os Enawene já estão em pé. A partir das quatro horas da manhã é possível ouvir, de dentro das casas, o som das flautas dos homens se apresentando no pátio da aldeia, como parte de algum ritual, que ocorre com frequência no cotidiano desse povo. As mulheres colocam lenha no fogo, mexem com as panelas e vão tomar banho em um córrego. É um hábito entre as mulheres tomarem um banho assim que levantam da rede. Elas quase sempre dormem com uma criança no colo, que não usa fraldas, por isso se faz necessária a higienização.

Assim que clareia o dia, os homens se reúnem no pátio e discutem o assunto em pauta. Se não tiver alguma atividade coletiva para o dia, vão cuidar de suas tarefas cotidianas, como roças, pesca ou coleta. As mulheres vão em grupos familiares colher mandioca na roça e preparar os alimentos. Mais tarde, já com o dia quente, quem não foi a algum lugar distante, permanece dentro de casa alimentando-se, descansando ou confeccionando algum utensílio ou adorno

corporal. As crianças ficam livres, sem responsabilidades, acompanham os pais em suas atividades, porém sem compromisso.

No final da tarde, os homens vão buscar lenha e rachá-la para o provimento das casas. Os Enawene dormem em redes e não usam cobertas, aquecem-se exclusivamente com o calor das fogueiras que permanecem acesas durante toda a noite, próximas às redes. Os alimentos são todos preparados no fogo à lenha, portanto há um grande consumo diário de lenha pelas famílias na aldeia.

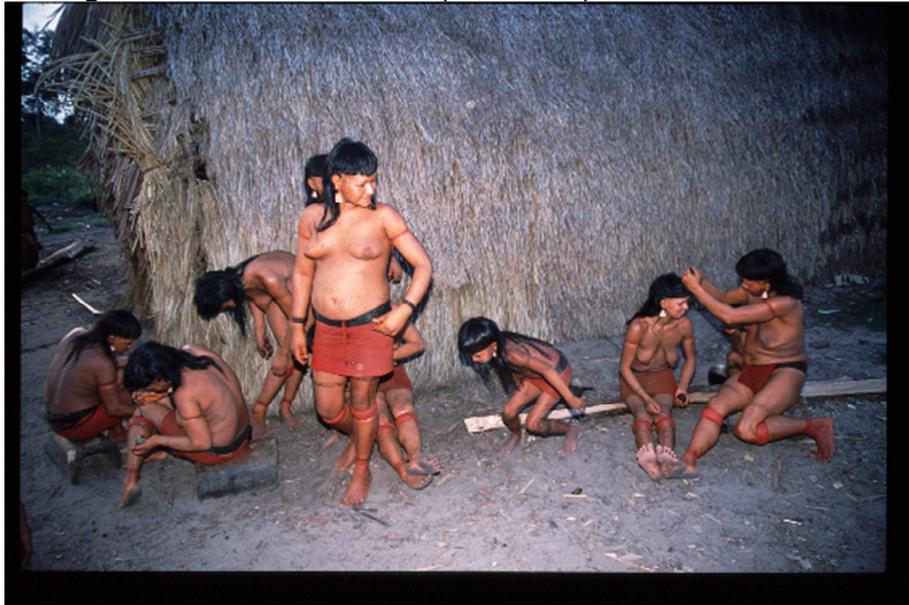
Ao término de todas as atividades, todos vão banhar-se nos rios e córregos. Tradicionalmente, os Enawene banham-se apenas com água e depois passam urucum na pele. Possuem diversas variedades dessa planta, com tons variando dos mais escuros ao mais claro. O tom vermelho vivo é usado para tingir os adornos corporais e para pinturas estéticas e para os pés, os tons mais claros são usados por todo o corpo, com a função de eliminar odores e proteger a pele. Após o banho, retornam ao pátio da aldeia e preparam-se para mais uma etapa de um ritual. No final, permanecem mais um tempo no pátio, em um momento de descontração, recolhendo-se às casas logo que escurece. Dormem cedo e, depois das 20 horas, praticamente toda a aldeia fica em silêncio.

Figura 11: Homens Enawene carregando lenha para a aldeia.



Fonte: Sergi Guiraud

Figura 12: Mulheres realizando pinturas corporais no final da tarde.



Fonte: Sergi Guiraud

1.2 Aldeia

A aldeia é composta por casas comunais, feitas de madeira roliça, retiradas da floresta e cobertas com folhas de buriti (*Mauritia flexuosa*). Medem cerca de seis metros de altura por 30 metros de comprimento, dispostas em círculo, formam um pátio central, onde se localiza a “casa das flautas”, local onde os homens guardam suas flautas sagradas, utilizadas nos rituais. A casa das flautas é proibida às mulheres da aldeia, só os homens têm acesso, é o local onde os Enawene Nawe reúnem-se para se prepararem para os rituais. A casa das flautas (Yãkwa Hakolo) tem um formato cônico, diferente das casas residenciais. A entrada fica sempre direcionada para o leste (sol nascente), apontada para o caminho do Yãkwa, trilha percorrida pelos pescadores que retornam das pescarias de barragem, que segue de um porto, em linha reta, até o pátio da aldeia.

Figura 13: Vista panorâmica da aldeia.



Fonte: Patrick R.de Lázari.

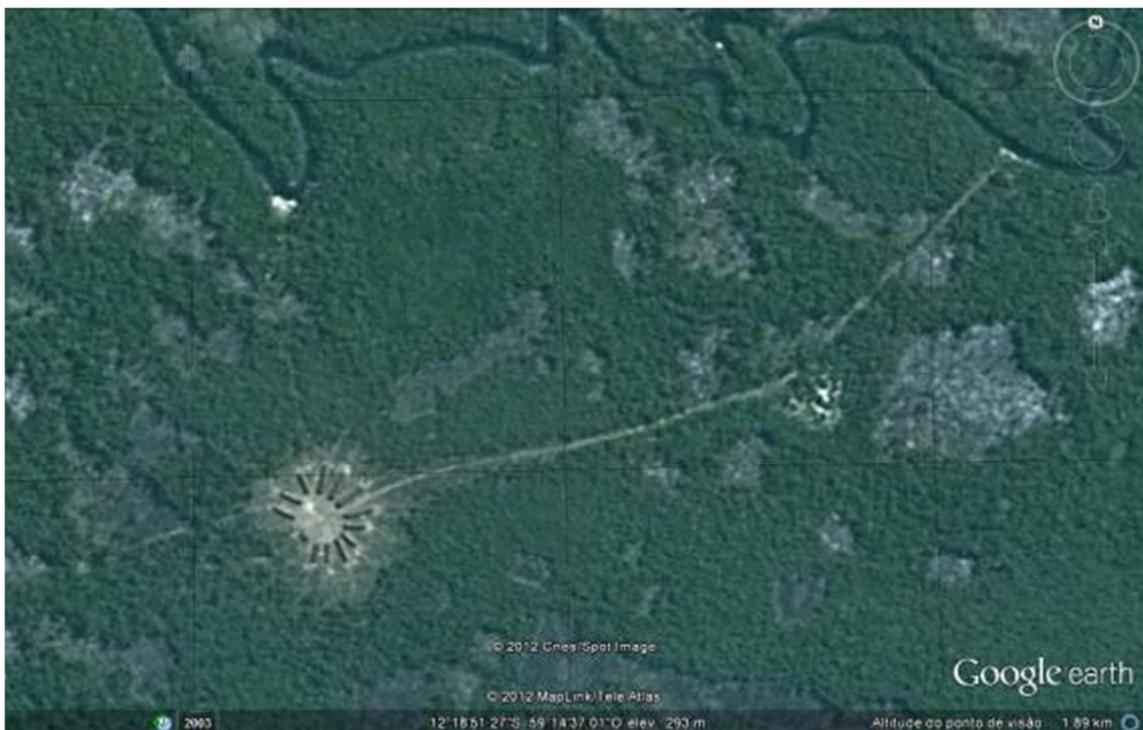
Figuras 14 e 15: Casa das flautas.



Fonte: Fabrício Moura

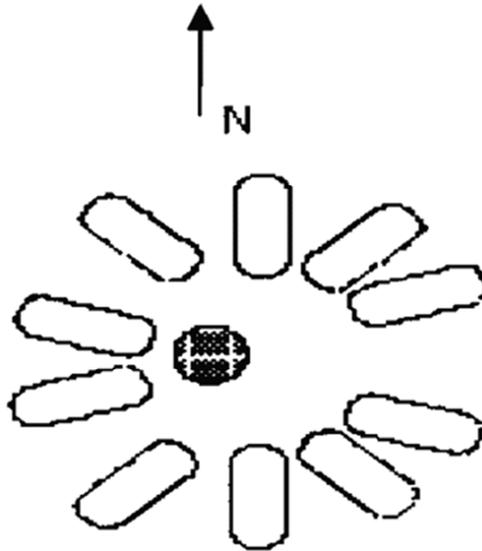
A aldeia (*hotaikiti*) e as áreas cultivadas circundantes (*masenekwa*) definem-se como espaços propriamente humanos, diante da mata (*kaira*), por onde vagam as sombras dos mortos (*dakuti*) e transitam os temíveis espíritos subterrâneos (*yakairiti*), donos dos recursos naturais e das doenças. A construção de uma nova aldeia tende a ocorrer em intervalos de aproximadamente dez anos. O esgotamento dos solos em seus arredores, somado ao acúmulo de defuntos enterrados sob o chão das casas – o que atrai perigosamente os espectros sinistros dos mortos –, foram as razões alegadas para a mudança de local da aldeia (SILVA, 1998).

Figura 16: Vista aérea da aldeia



Fonte: Google Earth, 2013.

Figura 17: Croqui da aldeia Enawene Nawe



Fonte: Silva, 1998.

Os habitantes de uma casa comunal, membros de um grupo residencial, são responsáveis por sua construção e pelos constantes cuidados de conservação e manutenção desse espaço. Mais frequentemente, um grupo residencial agrega dois a três grupos domésticos. Em casos excepcionais, pode abrigar mais de três ou apenas um desses grupos. O interior da casa é dividido em seções residenciais, separadas por áreas de circulação comuns. Cada seção é ocupada por um grupo doméstico, que ali organiza as repartições familiares, a cozinha e a despensa. Cada grupo doméstico cultiva uma ou mais roças de milho e organiza grandes expedições de coleta de frutos silvestres. As repartições familiares correspondem a pequenos espaços normalmente cercados por paredes de palha onde um casal e seus filhos solteiros se reúnem à noite em torno de uma fogueira. Esse pequeno grupo familiar mantém uma roça de mandioca, de meio hectare aproximadamente, e periodicamente promove a coleta de insetos comestíveis e a pesca em pequena escala (SILVA, 1998).

Em resumo, um grupo familiar tem como núcleo a relação de casamento. Nesses grupos, os homens são responsáveis pelo provimento de lenha, pela derrubada, queimada e plantio, enquanto as mulheres praticam a limpeza periódica das áreas cultivadas, a colheita e o processamento do alimento. O grupo doméstico (um agregado de grupos familiares) tem como nexos as relações entre sogro e genros e entre mãe e filhas. Essa unidade, fundada na uxorilocalidade e no serviço

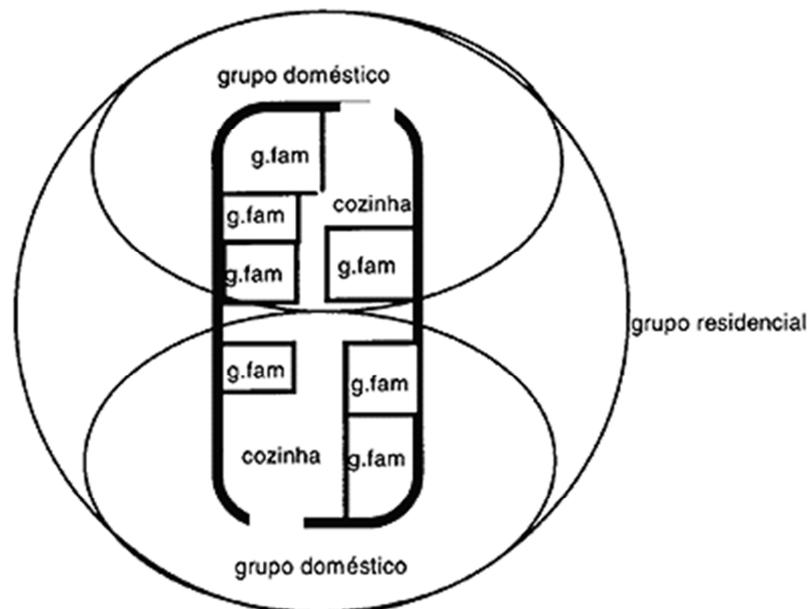
da noiva, é responsável por uma cozinha comunal e pelas roças de milho, onde o trabalho é dividido segundo padrões idênticos aos do grupo familiar. O grupo residencial (um agregado de grupos domésticos, reunidos em uma casa) repousa sobre a relação entre homens e mulheres “co-sogros” entre si (*natunawene*), isto é, unidos pelo casamento de seus filhos (SILVA, 1998).

Figuras 18 e 19: Interior de uma casa comunal.



Fonte: Fabrício Moura

Figura 20: Croqui de uma casa comunal com duas seções domésticas, segmentadas por vez em compartimentos familiares (g.fam)



Fonte: Silva, 1998.

1.3 Organização social

Possuem uma complexa organização social, dividida em clãs patrilineares que define os casamentos e as alianças produtivas, sempre com muita ritualidade. A sociedade enawene está organizada em nove clãs (*yãkwa*), grupos agnáticos patrilineares – que seguem a “linha” do pai – nomeados e dispersos entre as residências. Seu padrão de moradia obedece à regra uxorilocal, isto é, ao contrair matrimônio, um homem passa a residir na casa dos pais de sua esposa (SANTOS, 2008).

Os casamentos dos Enawene são arranjados pela família. Assim, ainda crianças, já sabem com quem se casarão, passando a morarem juntos logo que atingirem a puberdade e passarem pelo rito de iniciação. Via de regra, após a celebração do casamento, não há separação; porém, pode acontecer. Se um casamento recente não der certo, o jovem casal se separar; no entanto, após o nascimento do primeiro filho, o casal fica proibido pela sociedade de se separar, devendo permanecer juntos até que a morte os separe. As famílias dão preferência de casar seus filhos com os mesmos filhos da outra família. Se uma família tem dois filhos e duas filhas e a outra família também, então o ideal é que se casem seus dois filhos com as duas filhas da outra família e vice-versa, fazendo uma espécie de troca.

São monogâmicos, mas há casos de um homem ter duas esposas; normalmente, a segunda esposa é uma irmã solteira da primeira. Quando a família não consegue casamento para uma filha, ela se torna mãe solteira e dificilmente conseguirá casar-se e continuará a viver com os pais. A mesma situação acontece com as viúvas; porém, nesse caso, a viúva poderá morar com os pais ou com os sogros. Não há homens adultos solteiros entre os Enawene Nawe, sendo todos casados; mesmo os que ficam viúvos casam-se com rapidez. Nesse caso, o viúvo dá preferência em casar-se com uma moça nova e sem filhos, sendo esse um dos motivos do número de mães solteiras na aldeia.

Os Enawene Nawe contam que, em um passado mítico, muito tempo atrás eles viviam distribuídos em doze grupos, que estavam separados e conheciam-se relativamente pouco. Eram grupos populosos e cada um tinha modos de vida distintos. Devido a uma série de catástrofes (como dilúvios, doenças, guerras, e até

ações de feitiçaria), essas tribos míticas tiveram sua população extremamente reduzida. Três delas desapareceram. Com um número reduzido de pessoas, esses grupos, que eram endogâmicos, tiveram que se associar. Aprenderam assim novos costumes, por exemplo, alguns não usavam o estojo peniano – *olokori*, mas aprenderam a usá-lo com o grupo Aweresese. Os Enawene Nawe são descendentes dessas nove tribos míticas que sobreviveram às catástrofes. Cada clã/*Yãokwa* refere-se a um ancestral comum (uma tribo mítica); no entanto, os clãs (grupos consanguíneos) agora são exogâmicos (PASSOS, 2005).

Yãkwa é um termo complexo, mas que tem muito significado para a sociedade Enawene Nawe. Pode estar relacionado a um clã, um ritual ou uma divindade. É preciso considerar os limites da tradução da palavra *yãokwa*⁵. Eventualmente, pode exprimir um conceito que também se refere a um determinado conjunto de flautas que, por sua vez, são a própria representação dos clãs e também a uma das quatro fases da sequência ritual que orienta o ciclo econômico dos Enawene Nawe (PASSOS, 2005).

O ritual *Yãkwa* é o principal, mais longo e complexo do calendário Enawene Nawe e envolve todo sistema de produção dessa sociedade. Chama tanta atenção que, em 1995, foi registrado em um documentário pela organização não governamental *Vídeo nas Aldeias* com o título “*Yãkwa, o banquete dos espíritos*”. No ano de 2010, foi registrado como patrimônio imaterial da cultura brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e também incluído na lista do Patrimônio Imaterial da UNESCO. Tornou-se prioridade de salvaguarda pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, em 2012, foi tema do programa *Globo Repórter*, exibido pela TV Globo, em rede nacional.

⁵ Dependendo do autor, podemos encontrar *Yãkwa*, *Yãokwa* ou *Yãkoa*.

Figuras 21 e 22: Dois momentos do ritual Yákwa.



Fonte: Fabricio Moura



Fonte: Ameiro Enawene

Para os meninos, a passagem para a vida adulta dá-se com o aparecimento dos primeiros pelos pubianos, quando então recebem seu estojo peniano. Esse adorno consiste em uma tira de palha de buriti, de cerca de quarenta centímetros de comprimento por um centímetro de largura, que é amarrada no prepúcio, com um nó semelhante aos de gravata, com o pênis embutido na região pélvica. Esse ritual é praticado pelos futuros cunhados do menino, que recebem dos pais um pagamento de peixe para esse serviço.

No início do casamento, o noivo deve oferecer à noiva e à mãe dela lenha e peixe, para poder firmar o casamento. Um indivíduo Enawene Nawe, ao nascer, recebe um nome do seu avô paterno e outro de seu avô materno. Com o “pagamento do peixe” (eufemismo nativo para o serviço da noiva que, evidentemente, inclui muito mais que pescar), efetuado pelo pai da criança ao seu sogro (avô materno da criança), este último e a comunidade “esquecem” o nome conferido à criança, que passa a ser efetivamente incorporada ao patri-clã do pai. Os filhos de uma mulher sem marido pertencem automaticamente ao patri-clã materno, isto é, ao clã do pai da mãe. Dizem os Enawene-Nawe que esse homem, por não receber o pagamento do peixe, não esquece jamais o nome que deu ao neto (SILVA, 2001).

1.4 Atividades Produtivas

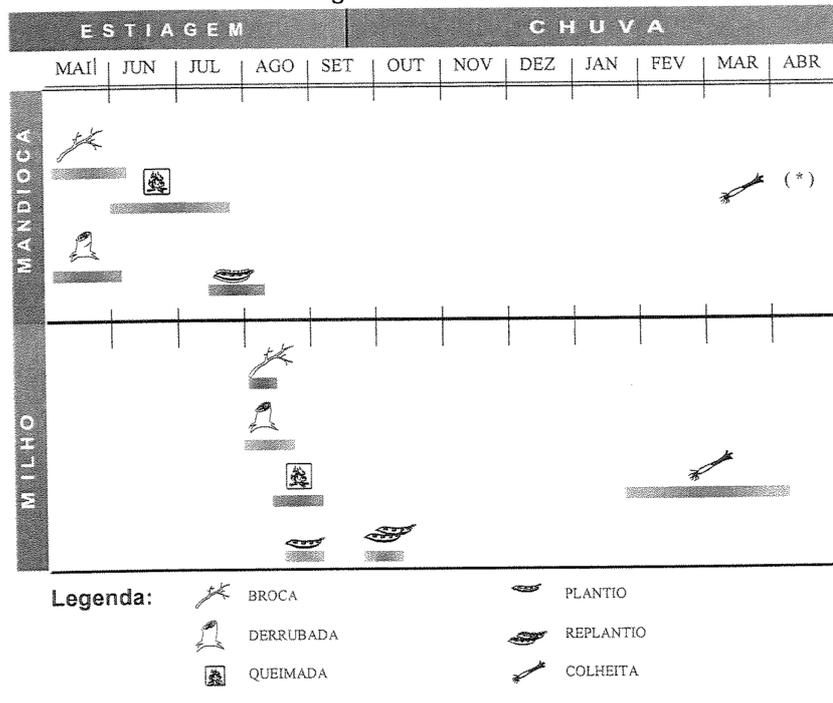
A produção dos Enawene Nawe está baseada na agricultura, pesca e coleta. A caça destina-se apenas para obtenção de matéria-prima (penas, dentes, etc.) para confecção de artesanatos, pois não consomem carne vermelha. Sua principal fonte de proteína está no peixe, retirado principalmente dos rios que cortam a terra indígena.

A agricultura Enawene Nawe caracteriza-se pelo cultivo de roças coletivas e de roças familiares, onde a mandioca e o milho são as duas espécies vegetais mais significativas para esta sociedade. As roças coletivas são cultivadas exclusivamente para fins rituais, que são extremamente expressivos para os Enawene Nawe. Já as roças familiares são destinadas ao suprimento diário de alimento na aldeia.

A mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz.) constitui-se um alimento de primeira grandeza para os Enawene Nawe, é o mais consumido e, conseqüentemente, em maior quantidade cultivada, a mais manejada na culinária e transformada nos mais diferentes tipos de alimentos. É talvez, ainda, o único produto que aparece diariamente na alimentação (SANTOS, 1995).

Próximo à aldeia (em um raio aproximado de 3 km), em solos arenosos e empobrecidos, localizam-se as roças de mandioca, que é uma cultura pouco exigente em termos nutricionais. A colheita e o transporte dos tubérculos são atividades simples, uma vez que esse trabalho é feito pelas mulheres, e o consumo é diário. Nessas roças, encontram-se outras espécies tais como o amendoim, o urucum, o inhame, a batata-doce, o cará e a araruta. Todas elas também pouco exigentes em relação à fertilidade do solo. As roças próximas aos cursos d'água têm suas porções mais baixas e úmidas cultivadas com milho.

Tabela 1: Ciclo agrícola anual – mandioca e milho



(*) A partir do 8º mês a mandioca é colhida e replantada quase que diariamente durante o ano inteiro.

Fonte: Santos, 2001.

Cultivadas longe da aldeia, com distância de até 30 km, as roças de milho estão localizadas em diferentes regiões, previamente escolhidas, com melhores condições de solos, sempre próximas aos cursos d'água. Praticantes da chamada agricultura itinerante, os Enawene Nawe cultivam novas áreas com milho a cada três anos aproximadamente. Essas novas áreas podem ser contíguas ou distantes da anterior. Os locais escolhidos são caracterizados por predomínio de vegetação quase sempre de grande porte (mata ciliar) com presença indispensável de água (áreas mais úmidas), onde os solos são mais férteis e com maiores concentrações de matéria orgânica. Segundo Santos (1995), esses locais são identificados pela cerejeira (*Trunus cerasus*) e pela palmeira bacuri (*Platonia insignis*), esta última conhecida por olokori, da qual utilizam suas folhas para confeccionar a "palhinha peniana".

São cultivadas nessas roças também outras espécies, destacando-se o feijão fava (*Phaseolus lunatus* L.), que é plantado logo após a colheita do milho. Suas

sementes são depositadas em número de três em cada cova feita preferencialmente entre as galhadas que sobraram da queimada para servir-lhes como tutoras.

A coleta é uma prática extremamente expressiva na sociedade Enawene Nawe, são variados produtos coletados entre os ecossistemas do cerrado e da floresta amazônica, que são utilizados na alimentação ou transformados artesanalmente para compor o rol de objetos de sua cultura material.

A época mais intensa da coleta de produtos vegetais concentra-se nos meses de dezembro a fevereiro. É o período do ano em que acontece o amadurecimento da maioria dos frutos silvestres consumidos. Os principais produtos de consumo envolvidos na coleta vegetal são: a castanha do Brasil (*Bertolletia excelsa*), o buriti (*Mauritia flexuosa*), a bacaba (*Oenecarpus bacaba*), o pequi (*Caryocar brasiliense*) e o pequiá (*Caryocar villosum*).

A castanha do Brasil, presente ao longo das margens do rio Juruena, desenvolve-se hoje, fora dos limites do território indígena. Por impedimentos de dispersão, a castanheira não chegou ao alto Juruena, onde atualmente está compreendida a área Enawene Nawe. Tal fato faz esses índios navegarem centenas de quilômetros, adentrando terras de outros povos (como Myky e Rikbaktsa) e de propriedades particulares em busca dos frutos (SANTOS, 1995). Vários outros frutos, em menor escala, ainda são coletados pelos Enawene Nawe durante o ano, para compor sua dieta alimentar.

Frutos e sementes florestais são utilizados na confecção de colares, cintos, pulseiras e brincos de uso diário, destacando-se o tucum (*Bactris inundata*), por ser o mais trabalhado por eles. Da folha nova do buriti são confeccionados adornos rituais; do algodão cultivado tecem redes, saias e adornos para pernas e braços; das fibras dos pecíolos de folhas de palmeiras são fabricados cestos, peneiras e armadilhas de pesca. Madeiras são retiradas para construção em geral e fabricação de remos, bordunas, arcos, bancos e ralos; cipós e enviras são utilizados para amarrações; tabocas, taquaras e cabaças são utilizadas na confecção de instrumentos musicais; resina inflamável para iluminação e fogo e algumas espécies de cabaça são beneficiadas para servir de cuia.

Os mais variados recursos que os Enawene Nawe fazem uso estão espalhados em seu território. Atividades como coleta de mel, barragens de pesca, coleta de minhocas, locais específicos com árvores de jenipapo para as pinturas corporais, pés de tucum para a confecção de cestarias, locais de madeira própria para a fabricação de canoas, árvores de casca específica para fazer armadilhas para pesca, aldeias antigas, moradas de espíritos, locais de timbó (cipós entorpecentes para pescarias), terras boas para argila, madeiras específicas cujas cinzas são componentes para a fabricação de panelas de barro (para dar liga), lagoas marginais para pequenas pescarias, roçados de feijão fava, milho, mandioca entre outras variedades e pontos onde se encontram as taquaras próprias para as flautas (PASSOS, 2005).

Do tronco da cerejeira e do mogno são fabricadas imponentes canoas para navegação; do látex da seringueira são confeccionadas bolas e adornos de pernas usados pelas mulheres; e ainda utilizam a tintura do jenipapo para pinturas corporais por ocasião dos rituais.

No período de dois meses, nos acampamentos, destinados a barragens de pesca, permanece na aldeia o grupo de homens chamados de *harikare*, que é responsável, dentre outras obrigações pelos preparativos do longo período ritual. Cabe-lhes a fabricação do *esewehi*: o sal vegetal consumido pelos homens, representando os espíritos. O sal vegetal é o resultado da combinação de duas ou mais plantas, sendo, no entanto, conhecidas cerca de dez espécies diferentes utilizadas para sua fabricação. Esse produto é consumido no desenrolar das danças rituais (oferecidos pelos *harikare*) o que acontece no mês de abril, assim que os grupos chegam das pescas de barragens. O sal também pode ser adicionado em pequenas pitadas em outros alimentos.

São vários tipos de fungos coletados. Eles aparecem mais frequentemente no ambiente das matas ciliares por serem esses locais mais úmidos e com maior concentração de matéria orgânica, substrato essencial para sua reprodução. Ocorrem durante todo o período das chuvas e são coletados com maior intensidade a partir do mês de setembro, estendendo-se até o mês de maio do ano seguinte (SANTOS, 1995).

Coletam também espécies vegetais que são utilizadas como ictiotóxicos, na pesca de *aikyuna* ou pescaria de timbó. São utilizadas duas espécies: um cipó (*Serjania af. Erecta Radlk*) e uma casca de árvore (*Acácia af. Velutina Dc.*). Ambas são usadas em conjunto. A coleta do cipó foi observada tanto em região de cerradão, como também em região de mata ciliar. A coleta da casca, utilizada em conjunto com o cipó, foi observada em região de mata ciliar (COSTA JR., 1995).

Exímios pescadores, já que o peixe representa sua principal fonte de proteína animal, os Enawene Nawe utilizam diversas técnicas de pesca, percorrendo todos os rios que cortam a terra indígena, sendo sua principal via de deslocamento. Além da tradicional pesca de barragem (*waiti*), realizada durante o ritual do *yãkwa*, quando são feitos barramentos de rios, afluentes do Juruena, de cerca de 20 metros de largura, utilizando toras, varas e cipós, são realizadas pescarias com o uso do timbó (*aikiuna*), armadilhas de pesca em córregos menores e arco e flecha. Após o contato com os não índios, passaram a pescar também com anzóis e mais recentemente no mergulho, usando máscaras e um arpão improvisado por eles.

A pesca é praticada sob diferentes modalidades, destacando-se aquela com o emprego de anzol (*maraytíhi*), a pesca com venenos vegetais (*aykyuna*) e com barragem (*waytí*). A primeira explora o leito dos rios ao longo de todo o ano para fins de suprimento do grupo familiar; a segunda é feita nas áreas alagáveis durante os meses de seca (julho a outubro), cujo objetivo é o abastecimento dos rituais de *lerohi* e *salumã*, associados, respectivamente, aos espíritos *iakayreti* e *enore-nawe*. A terceira é a pesca de barragem, a maior e mais importante de todo o calendário Enawene. Dela participam todos os homens adultos, organizados em quatro ou cinco grupos, que se instalam em acampamento às margens de rios de médio porte onde vivem por cerca de dois meses, durante o período de vazante dos rios, entre os meses de fevereiro a abril (SANTOS, 2008).

Figuras 23 e 24: Pescaria de barragem do ritual Yākwa.



Fonte: Sergi Guiraud

Por intermédio da pesca de barragem os Enawene Nawe conseguem a maior quantidade de pescado para levar à aldeia. Os peixes conseguidos durante essa pescaria são considerados sagrados e devem ser levados para a aldeia, não podem ser comercializados. São compartilhados entre todos, de forma ritualizada, para agradar os espíritos Yakairiti, sendo esse o sentido do Yākwa, compartilhar a fartura de alimentos e assim praticar a solidariedade entre os clãs. A avareza é um defeito considerado muito grave na sociedade dos Enawne Nawe; quando uma pessoa toma uma atitude avarenta, pode despertar a ira dos Yakairiti, sofrendo as consequências disso posteriormente. Nos rituais de cura, sempre há presença de alimentos sendo compartilhados entre os presentes, de forma a agradar os espíritos e ajudar na cura do paciente.

O peixe também representa um papel fundamental em outras atividades sociais dos Enawene Nawe, como nos ritos de passagem, casamento e nascimento de filhos, momentos em que o peixe é oferecido como moeda de troca para pagamento de serviços e dotes.

1.5 Cosmologia

Toda atividade produtiva dos Enawene Nawe é ritualizada, as atividades de pesca, coleta e agricultura, estão sempre envolvidas com algum ritual. São quatro os principais rituais do calendário anual dos Enawene Nawe: Yākwa, Lerohĩ, Salumã e Kateokõ. Para os Enawene Nawe, eles ocupam o patamar intermediário da terra. O subsolo é ocupado pelos Yakairiti, seres malignos e gananciosos que controlam os

recursos naturais. O céu é a morada dos Enore Nawe, seres perfeitos, bonitos e bondosos, que ajudam os Enawene Nawe.

Os Enawene Nawe desenvolveram a seguinte explicação para a paisagem natural: em tempos remotos, a superfície terrestre era absolutamente plana e sem qualquer vegetação. No meio desse cenário, havia uma única árvore gigantesca (*atahixuane*), uma árvore de milhares de árvores de todas as espécies. Um dia, um herói chamado *Wadare*, ajudado por outros Enawene Nawe, decidiu derrubá-la a golpes de machado. Com o impacto provocado pela queda dessa árvore descomunal, surgiram os leitos dos rios e as ondulações no relevo. A queda permitiu ainda o surgimento da cobertura vegetal. Os Enawene Nawe ocupam desde então uma região de cabeceiras, onde os rios não são muito largos. No plano horizontal, à proporção que se afastavam dessa região, os rios foram se tornando cada vez mais caudalosos e as águas ocuparam um espaço na superfície cada vez maior, até dominar a paisagem completamente. No plano vertical, esta se situa entre um patamar cósmico subterrâneo, povoado por espíritos predadores (os *yakairiti*), e um celeste, onde moram seus espíritos ancestrais (os *enore-nawe*). Esses três mundos correspondem a esferas de sociabilidade distintas, mas inextrincavelmente imbricadas (SILVA, 1998).

As atividades de manejo dos recursos “naturais” e “sobrenaturais” – as práticas econômicas e a vida cerimonial – só podem ser adequadamente observadas tendo em vista esse quadro de referências nativo. Ao longo do ano, os Enawene Nawe definem duas estações econômico-cerimoniais distintas. Uma delas é marcada pelas interações entre os Enawene Nawe e os espíritos do patamar subterrâneo, englobando os períodos de cheia, vazante e seca do ciclo hidrológico; outra é voltada para as suas relações com os espíritos do patamar celeste, durante o período de enchente. Cada uma dessas “estações” desdobra-se, por sua vez, em duas fases distintas: a estação dos espíritos subterrâneos é constituída pelos períodos dos rituais *yãkwa* e *Lerohĩ*; a dos espíritos celestes, pelos períodos dos rituais *salumã* e *kateokõ* (SILVA, 1998).

Em linhas gerais, as práticas econômicas e cerimoniais são encadeadas da seguinte maneira no ciclo anual: no início da estação seca, os Enawene Nawe promovem o plantio de mandioca e de milho, seguido de uma breve cerimônia do

Lerohĩ. Partem então para as pescarias do Lerohĩ, praticadas nas calhas dos rios e em lagoas marginais, seguidas por um período longo e complementar do ritual do Lerohĩ, que se estende até o fim da estação seca. Com o início das chuvas, realizam uma breve cerimônia do *salumã*, seguida de uma nova expedição de pesca e coleta de mel e, finalmente, de um período longo e complementar daquele ritual. De dois em dois anos, as mulheres (Enawenero Nawe) realizam o ritual do *kateokõ*, que marca o início de um ciclo bienal econômico-cerimonial. Com o fim do *salumã* / *kateokõ*, ocorre a temporada dos jogos de bola (*haira*), imediatamente seguida de um breve período da cerimônia do *yãkwa*, que se prolonga até organização das grandes expedições de pesca. O retorno das expedições é seguido do período longo e complementar do ritual do *yãkwa*, que se estende até o plantio de mandioca e de milho, quando tudo se repete (SILVA, 1998).

Figura 25: Ritual do *kateokõ*.



Fonte: Dodowai Enawene

Os *iakayreti* deslocam-se pelas águas dos rios e pelas profundezas da terra. Sua moradia são os acidentes e outros locais da paisagem natural: ilhas, morros, cachoeiras, lagoas, brejos e corredeiras e barrancas de rio – topônimos fixos e nomeados pelos Enawene. Ali vivem sob desordem, em hordas ou isolados, completamente desprovidos de sociabilidade. Mesmo dispersos na paisagem, são identificados a partir de nomes próprios e sempre associados aos grupos clânicos. Isto é, cada ilha, morro, etc. é habitado por um *iakayreti* associado a um dos clãs que organizam a vida social enawene – vinculação idêntica àquela feita dos grupos clânicos com os deuses celestes. Os *iakayreti* são proprietários de importantes espécies vegetais e a eles se destina a produção agrícola de milho e mandioca e eles são também os “criadores/ donos” dos peixes (*kõhase wayate*), isto é, os peixes

são seus xerimbabos, suas crias ou “animais de estimação”, que lhes servem como moeda de troca com os pescadores humanos durante as expedições de pesca coletiva. Por conduzirem os peixes para o interior das armadilhas, os *iakayreti* recebem em troca o sal vegetal e alimentos à base de milho, mandioca e peixe (que só os humanos são capazes de produzir) servidos nas grandes cerimônias rituais no pátio da aldeia (SANTOS, 2008).

Sempre preocupados em produzir e oferecer comida a esses espíritos, os Enawene Nawe organizam, exclusivamente para eles, fartos banquetes, em que grandes quantidades de bebidas são vertidas ao chão, e que, segundo contam, seguem diretamente para suas imensas panelas de pedra já bem posicionadas sob a terra. Esses seres também marcam presença na aldeia, durante os rituais, onde aparecem ladeados com os homens dançarinos, portando os enfeites mais exóticos, como o uso de cobras enroladas na cintura. São assim vistos apenas pelo xamã e, de olho nos comes-e-bebes, são capazes de se incorporar aos homens e nutrirem-se por intermédio deles (SANTOS, 2008).

Quase sempre insatisfeitos, os *iakayreti* visitam cotidianamente a aldeia à procura de alimento, chegando sempre na calada da noite, quando todos já estão dormindo. Promovendo verdadeira devassa no interior das casas, vasculham panelas, jiraus e cumeeiras; comem e “fiscalizam” o estoque de suprimento, seu tipo e quantidade armazenada. Se contrariados com o que viram, voltam irritados para seu domínio, investindo contra os incautos de seu próprio clã, causando-lhes os mais diferentes tipos de doença. Os *iakayreti* são, portanto, seres malevolentes, autores das desordens ecológicas, sociais e do organismo humano, a quem os Enawene têm a obrigação de saciar, oferecendo alimento em abundância e um extenso calendário de cerimônias rituais. Em troca, recebem como recompensa a tranquilidade, a saúde e a vida (SANTOS, 2008).

Assim, a maior parte do tempo, esforço e recursos dos Enawene Nawe são utilizados para agradar esses espíritos insaciáveis. Por mais que os Enawene tragam alimentos para eles, nunca é o suficiente. E uma vez desagradados, os Yakairiti podem se voltar contra os Enawene Nawe, causando diversos males. Muitas doenças que aparecem repentinamente na aldeia são associadas à insatisfação dos Yakairiti.

Capítulo II – CONSEQUÊNCIAS DA MODIFICAÇÃO DO ENTORNO DA TERRA INDÍGENA NA CULTURA E AMBIENTE DA ETNIA ENAWENE NAWE

2.1 Acumulação por espoliação

David Harvey em sua obra, *O novo imperialismo: acumulação por espoliação*, relata que o capitalismo global experimentou um problema crônico e duradouro de sobreacumulação, ou seja, a incapacidade de acumular por meio da reprodução ampliada sobre uma base sustentável; essa situação foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. O capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal, cria necessariamente uma paisagem física à sua imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-la.

O “novo imperialismo”, associado a uma ideologia de progresso e a uma missão civilizatória, o fluxo de capital especulativo e fictício, as relações entre poder estatal, supraestatal e financeiro como a dinâmica mais geral da acumulação de capital foram um dos mais claros e complexos elementos na narrativa do desenvolvimento geográfico desigual e da política imperialista e expansionista do capitalismo sobre novas territorialidades.

As disparidades, desigualdades e contradições colocam-se, desde o começo, como momentos nucleares das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica que produzem e reproduzem a sociabilidade burguesa (IANNE, 1996).

Segundo Marx, 1977 (apud HARVEY, 2004), o livre comércio do capitalismo não cria um estado harmônico e sim aumenta as desigualdades sociais e instabilidades que culminarão em crises econômicas. Algumas consequências do capitalismo podem ser observadas, onde o Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, desempenha um papel crucial ao respaldar e promover esses processos: mercantilização e privatização da terra; expulsão forçada das populações camponesas; conversão de diversas formas de direitos de propriedade em direitos de propriedade exclusivos; supressão do direito dos bens

comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria; supressão de formas de produção e consumo alternativas (incluindo os recursos naturais); monetarização das trocas e a arrecadação de impostos, dívida pública, sistema de crédito.

Mas o desapossamento, no Brasil, começou muito antes, desde 1500, com a colonização, mercantilismo, capitalismo nacional e agora com o capitalismo internacional:

Um povo formado por populações indígenas, conquistadores portugueses, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, árabes e asiáticos incorporados como trabalhadores livres. Mas essa é uma história baseada no escambo e escravidão, no colonialismo e imperialismo, na urbanização e industrialização, por meio da qual se dá, inicialmente, a formação da sociedade de castas, e, posteriormente, da sociedade de classes. Uma história atravessada por lutas sociais da maior importância, desde as revoltas de comunidades indígenas contra os colonizadores às lutas contra o regime de trabalho escravo. História essa que, no século XX, desenvolve-se com as lutas de trabalhadores do campo e da cidade pela conquista de direitos sociais ou pela transformação das estruturas sociais (IANNE, 1996).

Conforme Harvey (2003), a acumulação por desapossamento pode ocorrer de diversas formas e seu *modus operandi* tem muito de contingente e aleatório. Ainda assim, ocorre em todos os lugares e, independentemente do período histórico, acelera-se quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.

Faz muito tempo que as formações sociais capitalistas, quase sempre dominadas por um centro hegemônico, empregam práticas quase imperialistas na busca por ajustes espaço-temporais de seus problemas de sobreacumulação. Na ausência de uma forte revitalização da acumulação via reprodução ampliada, ocorrerá um aprofundamento das políticas de acumulação por desapossamento em todo o mundo com o objetivo de evitar que o motor da acumulação seja paralisado (HARVEY, 2003).

Assim, em uma corrida para um desenvolvimento econômico, o Brasil vem ampliando suas bases de produção, em uma tentativa de reprodução ampliada. Atravessando a fronteira que parte de centros cosmopolitas para áreas até então preservadas, a Amazônia e o Centro-Oeste brasileiro tornaram-se a última fronteira a ser explorada.

Foi principalmente a partir da década de 1960, com o Estado brasileiro definindo novas estratégias para o desenvolvimento regional, que a Amazônia foi inserida no processo de integração nacional, por meio dos “Grandes Projetos” ou “Projetos de Grande Escala”. Tornou-se alvo de ações político-governamentais baseadas na reprodução dos interesses do capital (nacional e estrangeiro), as quais, ao invés de propiciar o equilíbrio espacial, acentuaram as desigualdades econômico-espaciais. Conforme Baldisseri (2005), tais projetos se voltavam à industrialização, mineração e geração de energia elétrica, entre outras atividades que, via de regra, são extremamente impactantes ao meio.

Segundo Teixeira et al., 2003 (apud BALDISSERI, 2005), o Estado funcionou nesse período como articulador e gestor das formas de acumulação do capital interno, reforçando setores econômicos (por exemplo: agropecuários, mineração e projetos hidrelétricos) que passaram a ser pontas-de-lança na economia nacional. O Estado manifestou marcadamente seu caráter autoritário e centralizador, fortalecendo as funções burocráticas e a intervenção em todas as esferas da vida econômica, social e política, segundo a lógica dos interesses nacionais e internacionais.

De acordo com Thomé, 1999 (apud BALDISSERI, 2005), a integração da nação e a estratégia do sistema para promover a modernização em curto espaço de tempo, após 1964, tornou-se uma verdadeira obsessão. Com essa finalidade, abriram-se as portas ao capital estrangeiro para a pesquisa e a exploração dos recursos naturais com subvenções públicas. Além disso, impôs-se sobre todo o território nacional uma malha de controle técnico e político, por meio da criação de órgãos federais, com jurisdição absoluta e, até mesmo, direitos de propriedade. O resultado foi a expansão do aparelho do Estado, ou seja, a produção de um espaço político estatal. Na Amazônia, essa configuração tornou-se mais transparente, formando uma verdadeira “malha programada”.

Em 1974, foi criado o Polamazônia, voltado à determinação de polos agropecuários e de mineração, pois o governo percebia que a colonização a partir de pequenos proprietários era lenta e onerosa, sem produzir o desenvolvimento almejado para a região. Na década de 1980, outros projetos foram criados, visando conciliar a propriedade da terra com os interesses do capital, como o Programa

Grande Carajás, o Polonoroeste, o Projeto Calha Norte, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental, o Programa Nossa Natureza e o Programa Planaflores (BALDISSERI, 2005).

Com isso, a Amazônia e o cerrado brasileiro passaram a ter seus recursos naturais intensamente explorados, quase sempre com o incentivo do capital (nacional e internacional), causando impactos desastrosos ao meio ambiente e às populações indígenas que habitam a região a tempos imemoriais. Diversos autores relatam essa exploração predatória que teve consequências significativas, sobretudo às populações indígenas da região.

Na Amazônia Legal, segundo Passos (2005), o processo de globalização econômica tem acelerado a implementação de modelos de desenvolvimento, geradores de prejuízos sociais e ambientais para o país, incomensuravelmente maiores que os eventuais lucros concentrados nas mãos de muito poucos beneficiários. Nesse quadro, a enorme diversidade étnica do país tem se defrontado com diversas formas predatórias de exploração das riquezas naturais e/ou culturais desses povos, como a pirataria genética, o garimpo desenfreado, a extração indiscriminada de madeiras de lei e a implementação de projetos agroindustriais que devastam grandes áreas e rapidamente esgotam as terras. Os Enawene Nawe são um dos muitos povos atualmente ameaçados por esses modelos.

Em função de sua geografia plana e regime de chuvas rígido, o cerrado do Mato Grosso passou a ser extremamente valorizado pela pecuária e pela agricultura extensiva e mecanizada, principalmente a partir da década de 1970, quando houve uma maior intervenção da União na região. Ainda sob a ditadura militar, o Governo Federal incentivou a migração de agricultores do Sul do país para o Centro-Oeste, dando início a uma história de invejável desenvolvimento econômico e catastrófica degradação ambiental (SAKAMOTO et al., 2010).

O Estado de Mato Grosso é hoje o maior produtor de grãos do Brasil e a sua política desenvolvimentista confronta-se diretamente com os direitos dos povos indígenas e especialmente dos Enawene Nawe. Para Zorthêa (2006), o território desse povo está situado em um dos últimos corredores de fronteira agrícola da região e tem sofrido os diversos impactos resultantes da adoção desse modelo

predatório. Ainda assim, o povo continua resistindo frente às ameaças que se projetam sobre o seu sistema de produção tradicional.

Segundo dados da organização não governamental Survival International, três quartos da soja utilizada no Reino Unido para a engorda do rebanho bovino, em 2004, foram importados do Brasil e não se sabe o quanto dessa soja pode ter sido cultivada nas áreas que antes faziam parte da Floresta Amazônica. Entre as vítimas desses impactos, estão as populações indígenas que habitam as regiões cercadas pelo agronegócio. O Estado do Mato Grosso registrou nível recorde de desflorestamento em 2003 e 2004, representando a metade de toda a Amazônia (ZORTHÊA, 2006).

Herança da ditadura militar, esses projetos foram fruto de uma mentalidade desenvolvimentista presente no governo brasileiro, que se manifestou principalmente em megaprojetos de infraestrutura, sem levar em conta os graves impactos socioambientais. As populações tradicionais da Amazônia, em especial, sofrem desde os anos 1960 e 1970 os efeitos de grandes obras, como a rodovia Transamazônica e a hidrelétrica de Tucuruí, e continuam ameaçados por esses projetos ao longo do período democrático, mesmo sob governos populares. Essa postura adotada requer um amplo debate sobre a política energética e o modelo de desenvolvimento que queremos. Somente assim será possível superar essa política autoritária e predatória, herdada do regime militar, baseada no crescimento econômico a qualquer custo, que passa como um trator por cima do meio ambiente e da população brasileira (ABONG, 2011).

É justamente esse quadro que os Erawene Nawe encontram quando passam a interagir com a sociedade nacional. Deixaram uma situação de quase isolamento, quando apenas interagiam com algumas etnias indígenas mais próximas e eventualmente um não índio que se aproximava de seu território, para se relacionarem cada vez mais com a sociedade mediada em suas relações pelo sistema capitalista; uma realidade cada vez mais próxima, influenciando seus modos de sobrevivência, existência, cultura, organização.

A perspectiva sobre o novo imperialismo e o desapossamento, que há muito tempo vem se desenvolvendo no Brasil, adquirindo novas formas e estratégias com

o passar dos anos, reflete a realidade atual de muitas comunidades indígenas. Uma questão não somente direcionada ao território em si, mas ao seu entorno, com as modificações das questões existenciais internas, consequência da acumulação por espoliação e expansão geográfica do capitalismo, causando a modificação da paisagem e desenvolvimento desigual na região, que se reflete visivelmente dentro das aldeias.

No caso dos Enawene Nawe, passam a testemunhar a degradação ambiental do seu território tradicional, que ficou fora da demarcação oficial da FUNAI, pela pecuária e agricultura mecanizada. Até as áreas demarcadas, que deveriam ser fiscalizadas e protegidas, sofrem com invasão de madeireiros e garimpeiros. Há vários outros exemplos que serão apresentados adiante, cujo objetivo é um só, a acumulação mediante a espoliação.

2.2 Histórico da ocupação do entorno da terra indígena Enawene Nawe

A região noroeste do Mato Grosso, onde está inserida a terra indígena Enawene Nawe, abriga dois grandes Biomas brasileiros, o cerrado e a floresta amazônica, além de áreas de transição (Ecótonos) entre esses dois Biomas. Está localizada nas unidades geomorfológicas da Chapada e Planalto dos Parecis, caracterizada por apresentar relativa homogeneidade com predominância de formas dissecadas tabulares. Ross (2005) explica sobre esse tipo de relevo, que se caracteriza por altimetrias, variando de 300 a 600 metros, com uma extensa continuidade de formas planas, levemente dissecadas em amplos interflúvios tabulares, interrompidos apenas pelos degraus que delimitam as calhas aluviais e pelo seu rebordo dissecado. Ambos possuem um suave caimento topográfico e estrutural para o norte (PIAIA, 2003).

Preocupados com a exploração de ouro e de pedras preciosas, no início do século XVIII, os pioneiros da ocupação do cerrado criaram as condições iniciais para o estabelecimento de diversas cidades no Centro-Oeste. Com a depleção desses recursos, a atenção foi transferida para a pecuária extensiva, que ocupou a atenção dessa região, até praticamente o final da década de 1950 (RIBEIRO et al., 2005).

O cerrado não atraiu muito a atenção dos grandes investidores no início do século passado, por apresentar solos muito ácidos e pouco produtivos; porém, com o desenvolvimento de novas tecnologias, mecanização e correção do solo, o cerrado passou a ser extremamente produtivo, atraindo diversos investidores do ramo da pecuária e agricultura mecanizada, estabelecendo, dessa forma, o agronegócio na região.

Fatores como topografia plana (facilita a mecanização), vegetação de porte baixo (de fácil remoção), terras baratas e solos de textura adequada, facilitaram a ocupação desse bioma e o cerrado foi sendo modificado rapidamente, dando lugares a lavouras e pastagens, que mudou drasticamente a paisagem regional.

O cerrado apresenta topografia e solos propícios à mecanização agrícola, tornando o Estado do Mato Grosso em maior produtor de grãos do país. A floresta oferece uma diversidade enorme de espécies nativas para as madeireiras, o subsolo rico em minérios e hidrografia favorável ao aproveitamento hidroelétrico. Todos esses fatores fizeram com que a região noroeste de Mato Grosso despertasse há muito o interesse de investidores e governantes para a exploração desses recursos naturais.

A ocupação dessa região intensificou-se com a implantação das atividades de agricultura e pecuária, sendo mais expressivo nas grandes propriedades as pastagens e a agricultura mecanizada com culturas anuais tais como soja, milho, algodão, arroz, cana-de-açúcar. Em menor proporção, as pequenas propriedades distinguem-se pelo conjunto de minifundiários associados a projetos de colonização públicos e privados e a áreas de assentamento (CNEC, 2009). As atividades de extrativismo madeireiro acontecem, nos diferentes ambientes florestais, assim como a produção mineral, que já foi a mais relevante na região, tendo hoje expressão em Juína (Distrito Mineiro Diamantífero de Juína) e no Distrito Mineiro Aurífero Juruena, que tem sido objeto de incessante exploração desde a década de 1980 (CNEC, 2009).

O principal eixo de interesse econômico da colonização oficial ocorreu a partir dos rios Arinos, Juruena e afluentes, por meio do extrativismo da borracha, no fim do séc. XIX e início do XX, seguido da colonização agropastoril induzida, denominada

Marcha para Oeste (1940/50) e, mais significativamente, pelo Programa de Integração Nacional – PIN, durante a ditadura Militar na década de 1970.

Em 1907, chegou a Comissão Rondon Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Amazonas, atravessando o rio Juruena, no caminho para Vilhena (RO). Foi a primeira grande referência do contato de não índio com indígenas, chefiada por Rondon, que se estabeleceu na região, funcionando, de fato, como uma frente pioneira.

O êxito dos trabalhos de Candido Rondon junto aos índios de Mato Grosso oportunizou a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPIILTN) em 1910. É ilustrativo o teor de um relatório do SPIILTN de 1917 para melhor compreensão das políticas oficiais praticadas com relação aos índios, que eram vistos como nômades que deveriam ser transformados em trabalhadores nacionais, para sua redenção da “barbárie” (BUSATTO, 2003).

O SPIILTN nasceu, como V.Ex. sabe, do êxito dos processos praticados pelo então Tenente- Coronel Cândido Rondon, para pacificação das tribos silvícolas encontradas em seu caminho, ao fazer a travessia do Brasil central estendendo a linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas ... demonstração de que se poderia conseguir com os mesmos efeitos em todas as regiões do Brasil onde ainda se encontrassem indígena selvagens, isto é - brasileiros reduzidos à condição de brutos, inúteis a si e à coletividade e, a que é mais, entravando, em mais um ponto, o aproveitamento da terra e dos recursos naturais, ele inclusive, e sendo exterminados barbaramente como feras, por pseudocivilizados sem consciência e sem alma, a quem o índio involuntariamente prejudicava na tranquilidade e na cobiça (Brasil, SPIILTN, Relatório de Diretoria, 1917).

Pela estrada da Linha, vieram também os missionários; estiveram presentes na região também missões luteranas, mas o papel da Missão Utiariti foi estratégico. Ao mesmo tempo em que justificava a sua atuação com fins sociais, a missão encontrou um terreno fértil para aproximar-se dos índios da região que estavam combalidos por doenças e conflitos causados pelo contato com seringueiros. Órfãos e não órfãos eram retirados das aldeias e levados para o convívio com índios de outras etnias em um sistema de regras fechadas e, quando retornados às suas áreas, traziam novos valores e tinham profundas dificuldades de adaptação.

A Segunda Guerra Mundial e a conseqüente demanda por borracha no mercado internacional promoveram o terceiro ciclo da borracha do Mato Grosso. A

atividade seringalista atingiu, pela primeira vez de forma sistemática e maciça, as matas equatoriais das bacias dos rios Papagaio, Sacre, Sangue, Arinos, Juruena, Aripuanã, Roosevelt, para falar apenas das mais importantes. Atingindo os territórios de grupos tribais antes só marginal e esporadicamente alcançados, essas frentes de expansão provocaram inúmeros pontos de tensão e choques armados com os índios. As escaramuças genocidas e a difusão de doenças letais para os povos indígenas, além de promover sua crescente depopulação, tiveram o dom de acentuar os conflitos intertribais, alguns pré-existentes, à medida que as crescentes invasões tendiam a deslocar os grupos de seus próprios territórios para os territórios de outros (ARRUDA, 2002).

Os Enawene Nawe começaram a sofrer os primeiros impactos das frentes de expansão quando seus vizinhos Cinta Largas e Rikabaktsa, inimigos históricos desse povo, ao serem forçados a deixar os seus territórios para fugirem aos ataques dos não índios, invadiram o território ocupado pelos Enawene Nawe. Intensificaram-se os conflitos entre essas etnias, forçando os Enawene Nawe a se deslocarem para outros territórios, situação que Nahum (2012) chama de efeito borboleta da fronteira. Nessa época, também tiveram os primeiros contatos com não índios, relatando que invadiram acampamentos de seringueiros para furtar ferramentas e outros utensílios. Os seringueiros reagiram atirando, mataram uma mulher e feriram outra. Essa mulher ferida ainda está viva e tem a cicatriz do ferimento à bala no braço. Hoje uma senhora idosa, aposentada, vive na aldeia com seus filhos, netos, bisnetos e tataranetos, conta que escapou por pouco do ataque e que viu sua parenta morrer com um tiro que atravessou o seu rosto.

Em 1918, a Assembléia Legislativa do Mato Grosso decretou a autorização para a reserva de terra nas adjacências da estação telegráfica “Nambikwaras”, onde hoje está localizada a TI Pirineus de Souza. Durante quase 50 anos, essa seria a única área destinada aos índios da região, com pouco mais de 25.000 ha.

Em 1956, foi criada a Missão Anchieta que teve grande importância no contato e redução dos índios, funcionando como um “centro de catequese volante”. Esse foi um momento oportuno, pois ocorreu quando os índios da região estavam muito fragilizados por epidemias e conflitos e que, de fato, deu as condições para a aproximação dos missionários aos grupos indígenas.

A partir dos anos 1960, adensou-se a ocupação regional, porém por empresas agropecuárias, mineradoras, madeireiras e projetos de colonização, possibilitados pela abertura de estradas, a principal delas a BR 364 ligando Cuiabá a Porto Velho, terminada em 1968. Esse novo processo de ocupação regional acelerou-se nos anos 1970 e 1980 com o asfaltamento da BR 364, a abertura de novas estradas; a implantação de inúmeros núcleos de colonização; a ampliação da mineração e o desenvolvimento de grandes projetos, como o Polonoroeste, transformando essa região extrativista em polo mineral e agropecuário, promovendo sua definitiva ocupação e, infelizmente, devastação ambiental.

Segundo Busatto (2003), nessa mesma época, a Igreja Católica promoveu uma revisão crítica de seu papel histórico e uma reflexão teológica inovadora, cunhada de Teologia da Libertação, orientando sua atuação missionária na perspectiva da inculturação. A missão jesuítica adotou essa linha de ação, fechando o internato e passando a atuar diretamente nas aldeias.

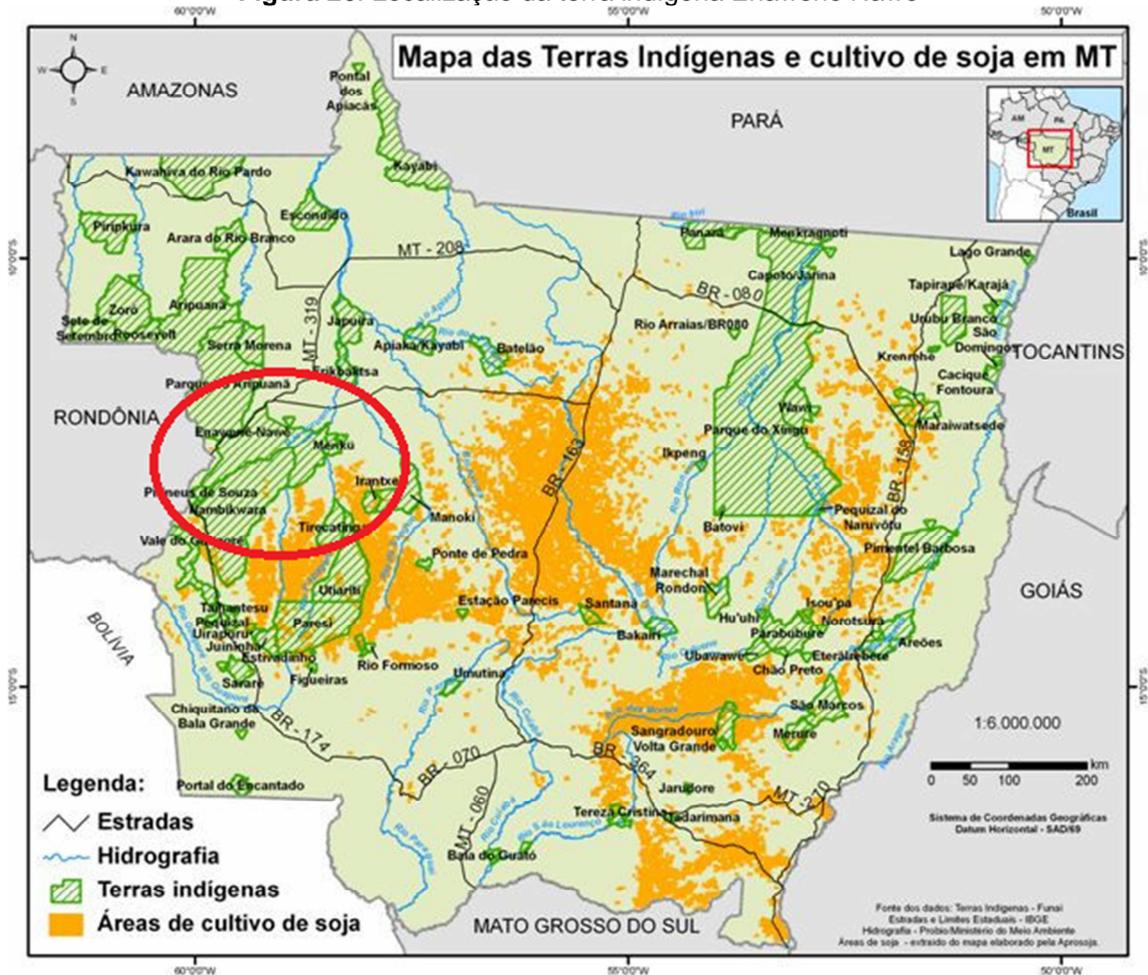
Essa ocupação já estava ocorrendo quando, em 1968, o Governo Federal reservou terras aos índios da região, já então decidido a tomar a frente da expansão e colonização da Amazônia, o que viria a se transformar no Plano de Integração Nacional (PIN). Foram então criadas as atuais TIs Paresi e Nambikwara sobre parte do território dos índios, por meio do Decreto nº 68.368, de 8 de outubro de 1968. A Missão Utiariti foi fechada em 1970, mas a Missão Anchieta continua atuando, aos poucos mudando sua filosofia de atuação.

A partir da década de 1970, foi concluída a maior parte das delimitações das terras reivindicadas pelas comunidades indígenas no Centro-Oeste brasileiro. Esses locais passaram a perceber mais diretamente o impacto do cerco a que estavam submetidas uma vez que o restante das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas passou a ser visto como “área liberada” para todo e qualquer investimento privado (BUSATTO, 2003).

A despeito do significado político e da afirmação de um direito, a demarcação das terras indígenas na Chapada do Parecis trouxe algumas consequências até então desconsideradas: liberou efetivamente grandes extensões de terras para uso agropecuário com a imediata implantação de um novo modelo econômico nas

cercanias das aldeias, diminuindo a antiga área de ocupação indígena (até então quase ilimitada) ao restrito espaço demarcado, provocando uma correspondente diminuição da disponibilidade de recursos naturais. Além disso, Busatto (2003) registra que se criou no meio da população envolvente um novo estigma, o de que os “índios” são proprietários privilegiados de terras e que podem arrendá-las aos empresários rurais e viverem desses rendimentos.

Figura 26: Localização da terra indígena Enawene Nawe



Fonte: Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis e ONG Repórter Brasil

Na década de 1980, mesmo após a elaboração do Estatuto do Índio, a vontade do governo brasileiro em colonizar os espaços vazios não diminuiu, ou seja, continuou a ocupar a grande maioria das terras de índios. O Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste) serviram para trazer recursos e transformar as terras vazias em centro de produção agropastoril.

Foi a partir da década de 1990 que o Estado de Mato Grosso passou a adotar um modelo de produção em escala industrial de soja, algodão e milho. O objetivo era alcançar o desenvolvimento regional seguido da integração com o restante do país; no entanto, embora a lavoura alcance altos índices de produtividade e consequente lucratividade, o seu sucesso está intrinsecamente ligado às condições do clima e à disponibilidade de capital no mercado financeiro. Observa-se que, sem tais garantias, a produção efetiva de grãos não se desenvolve. Diante de tais evidências, desde o início do ano 2000, tradicionais produtores de grãos têm formado grandes consórcios financeiros e migrado para formas de geração de energia (UHEs e PCHs), em consonância com as obras estaduais e federais de infraestrutura (construção e asfaltamento de estradas e instalação de linhas de transmissão e distribuição de energia).

Atualmente, o Governo Federal é responsável pela estratégia de expansão da nova frente econômica que tem como objetivo o desenvolvimento e a integração como nunca antes visto na história do Brasil e do Mato Grosso. No programa de aceleração do crescimento (PAC), está incluído investimento em diferentes sistemas de transporte e na sua integração, com o objetivo de baratear custos e garantir o escoamento da produção do agronegócio.

Os investimentos em geração de energia elétrica têm como base a implantação de empreendimentos complementares que permitem o funcionamento da cadeia de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa infraestrutura tem como objetivo dar suporte às atividades necessárias ao funcionamento e ao desenvolvimento do agronegócio, bem como ao desenvolvimento regional resultante desse processo, o que envolve uma retroalimentação entre cidade-campo-cidade pelo crescimento do agronegócio. Da mesma forma, as estradas federais e estaduais foram construídas e posteriormente asfaltadas (BR 364 e MT 235, por exemplo) para possibilitarem, principalmente, o escoamento da produção de grãos da região para os centros consumidores. Por fim, o governo planeja uma ferrovia com a finalidade de transformar o transporte de grãos em algo mais rápido e mais barato. Dessa forma, as estradas e a ferrovia também se complementam, dando condições de transporte e escoamento da produção oriunda do agronegócio, desde o local onde é realizada a atividade produtiva até seu destino final, de modo mais rápido e eficiente.

Figura 27: Traçado da futura EF 354 – Ferrovia Uruaçu-Vilhena.



Fonte: EIA/RIMA do empreendimento, VALEC

Sendo assim, quando se pensa nos impactos causados sobre as terras indígenas, devem-se avaliar os efeitos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos instalados na região. Essas consequências, além de atuarem conjuntamente e somando-se uma à outra, afetam os recursos naturais utilizados pelos povos indígenas, influenciam o cotidiano, a vida social e cosmológica desses povos.

2.3 A terra indígena Enawene Nawe

A terra indígena Enawene Nawe está localizada nos municípios de Juína, Comodoro e Sapezal/ MT, com uma superfície de 742.089 hectares, apresenta um relevo plano com algumas elevações no limite oeste e sul da terra indígena. A vegetação predominante é o cerrado, que cobre os extensos planaltos dissecados pelos rios Juruena, Camararé, Doze de Outubro e seus tributários, tendo as matas ciliares características do cerradão (savana florestada). Podem-se citar as seguintes espécies encontradas: jatobá-do-cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*), ipê-do-cerrado (*Tabebuia caraiba*), araticum (*Annona coriacea*), pequizeiro (*Caryocar brasiliensis*), mangaba (*Hancornia speciosa*), lixeirinha (*Davilla elliptica*), colher-de-arara (*Salvertia convallariaeodora*), lixeira (*Curatella americana*), muricis (*Byrsonima sp*), araticum (*Annona coriacea*), faveira (*Dimorphandra mollis*), marmelo (*Alibertia sp*), lobeira (*Solanum lycocarpum*), etc. Dentre as palmeiras, destacam-se: buriti

(*Mauritia flexuosa*), paxiúbas (*Iriartea sp*), inajá (*Attalea maripa*), palmito (*Euterpe precatoria*), bacabas (*Oenocarpus sp*), etc.

Figura 28: Localização da terra indígena.

Etnia	Enawene-Nawe (Salumã)	
Extensão Ha.	742.088,6783	
População (ano)	+600 habitantes (2010) IBGE	
Município	Sapezal, Comodoro e Juína	
Situação jurídica e fundiária	Homologada Dec. s/n de 02.10.96	

Na região sul da TI, próximo ao limite com a Terra Indígena Pirineus de Souza, encontram-se áreas de floresta estacional, em manchas de latossolos vermelhos de boa fertilidade, onde a comunidade indígena planta o seu milho nativo (milho mole). Nessa região, são encontradas árvores nobres, como mogno (*Swietenia macrophylla*), cerejeira (*Amburana cearensis*), cumaru (*Dipteryx sp*), cedro-rosa (*Cedrela fissilis*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), seringueira (*Bertholetia excelsa*), copaíba (*Copaifera langsdorffii*), dentre outras.

Também está presente na terra indígena Enawene Nawe o contato savana/floresta estacional que, segundo RADAMBRASIL (1982), localiza-se no planalto dissecado dos Parecis em terrenos do terciário e do cretáceo, de preferência nos latossolos vermelho-amarelos e areias quartzosas.

Na composição florística dessa comunidade, aparecem as espécies da floresta estacional semidecidual e da savana arbórea densa, que se mistura de maneira bastante homogênea, dando um aspecto de mata e não apresentando o esgalhamento característico da savana. Apresentam árvores decíduais que deixam cair suas folhas, total ou parcialmente, nos meses de julho e agosto, ficando o solo coberto por uma camada densa de folhas secas. Segundo Higa e Joana da Silva (1995), alguns autores descrevem essa vegetação como floresta de transição. A

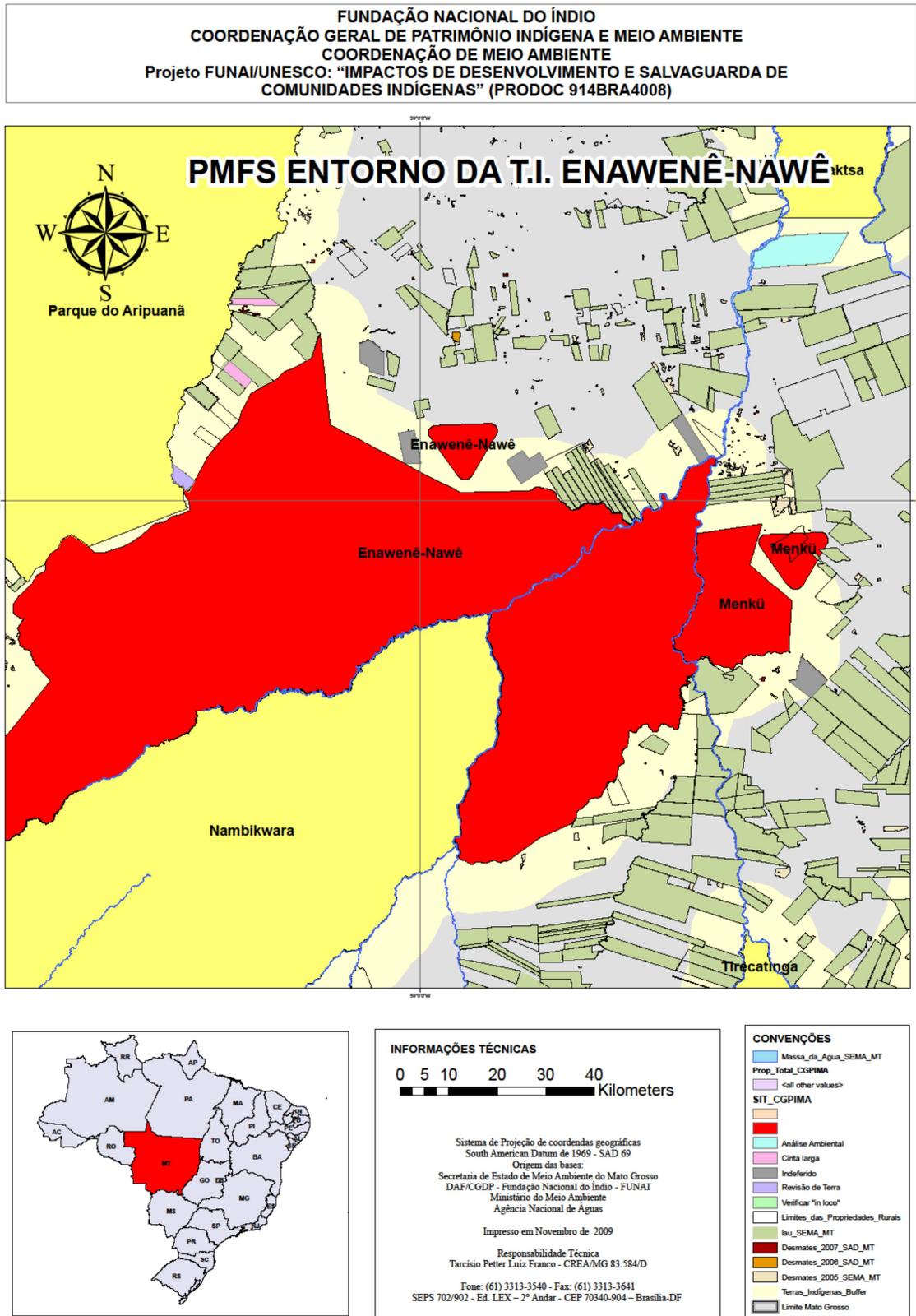
estrutura dessa comunidade é composta por árvores que alcançam 20 a 25 m de altura, em geral com diâmetros finos. A submata mantém-se limpa, de fácil penetração, com pequena quantidade de cipós. As palmeiras são em número reduzido, e a de maior ocorrência nessas áreas é a bacaba (*Oenocarpus bacaba*). As espécies florestais de maior ocorrência são: sucupira preta (*Bowdichia vigilioides*), *Cenostigma macrophyllum*, *Hirtella glandulosa*, *Termilalia sp*, *Protium aracouchini*, a (*araipa grandiflora*), Envira (*Guateria poeppigiana*), *Ocotea opifera*, *Roupala Montana*, *umiri* (*Humiria balsamifera*), cariperana (*Licania membranacea*), abiorana (*Priourella priourii*), breu-branco (*Protium palidum*) e *Jacarandá decurrens*. A aldeia Halataikwa está situada sob a influência do contato Floresta Estacional/Savana.

A terra indígena estende-se até a divisa de Rondônia com Mato Grosso, próximo ao município de Vilhena, fazendo limite com a terra indígena Nambikwara. Também fazem limite com a terra indígena Enawene Nawe as terras indígenas Pirineus de Souza e Myky. Há também uma porção da terra indígena que se sobrepõe a Estação Ecológica Iquê, administrada pelo Instituto Chico Mendes.

A terra indígena Enawene Nawe apresenta um ótimo estado de conservação, porém possui muitos pontos vulneráveis a invasões e explorações clandestinas de recursos naturais, principalmente nos locais mais isolados e de difícil acesso, onde há pouca fiscalização. Dentre os recursos naturais explorados clandestinamente, o diamante é sem dúvida o mais cobiçado. Na década de 1990, centenas de garimpeiros adentraram os limites da terra indígena, na região do km 180 da estrada Juína-Vilhena, em busca desse minério, causando com isso sérias degradações de nascentes e córregos da terra indígena. Após uma operação da FUNAI que expulsou os garimpeiros, o garimpo foi abandonado e não se teve mais notícias de invasão nessa região.

A madeira é outro recurso muito cobiçado pelos exploradores clandestinos, principalmente na região próxima à divisa com a terra indígena Pirineus de Souza, que apresenta a única mancha de floresta presente na terra indígena Enawene Nawe. Essa região é ocupada por diversos pequenos proprietários que, em geral, respeitam aos limites da terra indígena, porém já houve caso de extração clandestina de madeira nesse local.

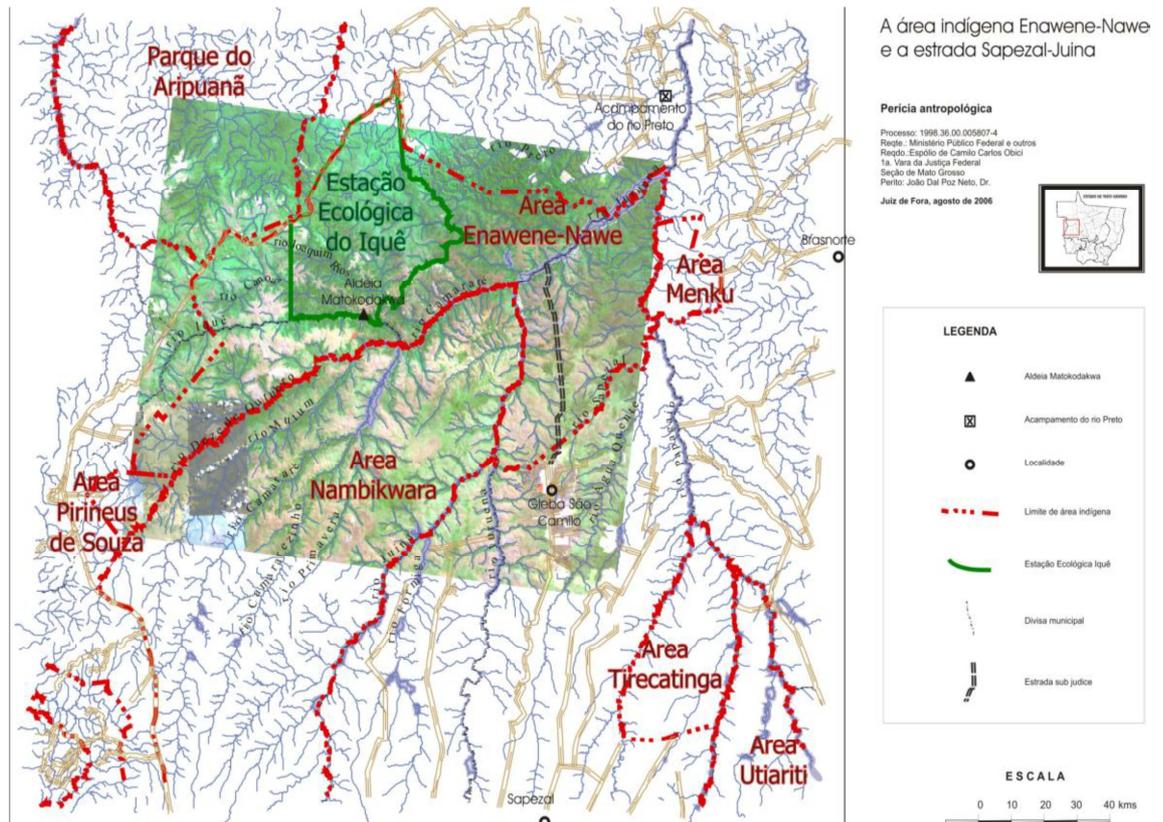
Figura 29: Empreendimentos aprovados no entorno da Terra Indígena.



Fonte: FUNAI/CGPIMA, novembro 2009.

No ano de 1998, proprietários de terras do município de Sapezal aliciaram os Enawene Nawe com o intuito de obterem permissão dos indígenas para adentrarem a terra indígena com uma estrada que partiria de Sapezal rumo à Juína. A estrada chegou a ser aberta até a margem do rio Juruena, cortando cerca de 50 km da terra indígena.

Figura 30: Trajeto da estrada que ligaria Sapezal à Juína.



Fonte: Dal Poz, 2006.

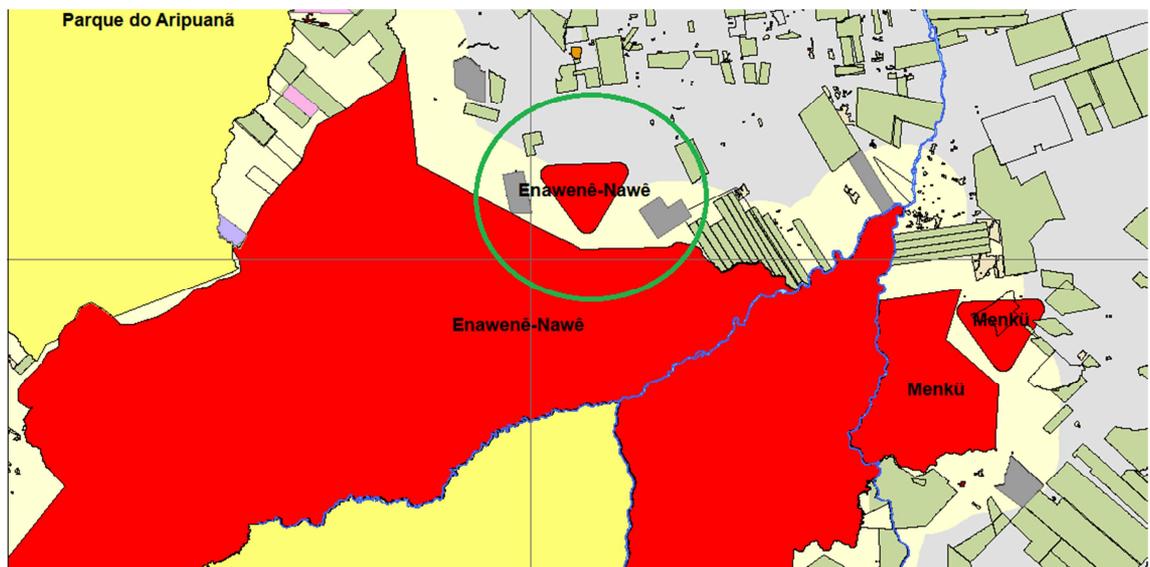
Essa obra causou um grande impacto para a comunidade Enawene Nawe, desestruturando uma sociedade que até então se mantinha isolada da sociedade envolvente e que até hoje mantém praticamente intacta sua cultura tradicional. A obra, financiada pelo ex-prefeito de Sapezal (André Maggi), injetou uma grande quantidade de mercadorias e bens industrializados na aldeia dos Enawene Nawe, desestabilizando sua economia interna e causando dependência externa de recursos financeiros. O impacto só não foi maior porque o ministério público foi acionado e embargou a obra antes de ser concluída.

Há uma porção do território tradicionalmente ocupado pelos Enawene Nawe que ficou de fora da demarcação. Considerado de suma importância pelos Enawene

Nawe, para sua sobrevivência física e cultural, a margem direita do rio Preto é ocupada por diversos proprietários rurais.

Os Enawene Nawe reivindicam há anos, junto à FUNAI, para que seja feito o estudo desta área a fim de reintegrá-la ao seu território. Preocupados com o processo acelerado de desmatamento que tornará a terra “feia” para eles, continuam insistindo para que as autoridades competentes tomem providências a fim de garantir a preservação dessa terra.

Figura 31: Destaque para a bacia do Rio Preto, área reivindicada como terra indígena pelos Enawene Nawe.



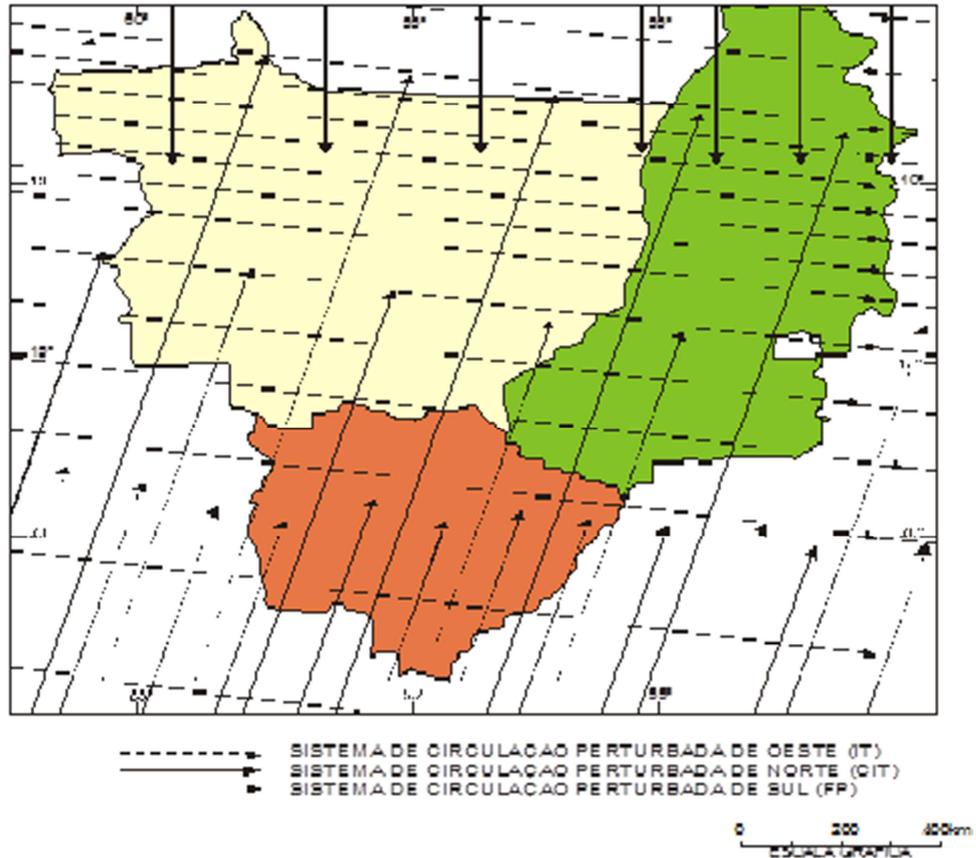
Fonte: FUNAI/CGPIMA, novembro 2009.

A terra indígena apresenta uma vasta rede hidrográfica de rios, córregos e lagoas marginais, sendo o Juruena o principal rio que corta a terra indígena. Os principais afluentes são o Rio Papagaio, Camararé, Doze de Outubro, Joaquim Rios, Grande e Iquê. Os rios da terra indígena apresentam águas límpidas, de baixa turbidez, com pequena quantidade de materiais em suspensão, devido à natureza arenosa dos solos.

O solo predominante na terra indígena é do tipo areia quartzosa. Sua estrutura é basicamente de grãos simples, baixo valor de nutrientes e caráter álico, com reduzida capacidade de retenção de água, intenso processo de lixiviação e grande suscetibilidade a processos erosivos.

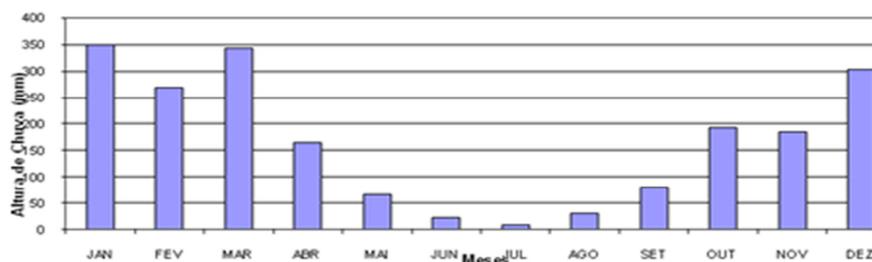
meses de junho, julho e agosto, muitas vezes sem nenhum registro de chuva em um ou mais meses desse período (SANTOS, 2001).

Figura 34: Sistemas de circulação atmosférica do Mato Grosso



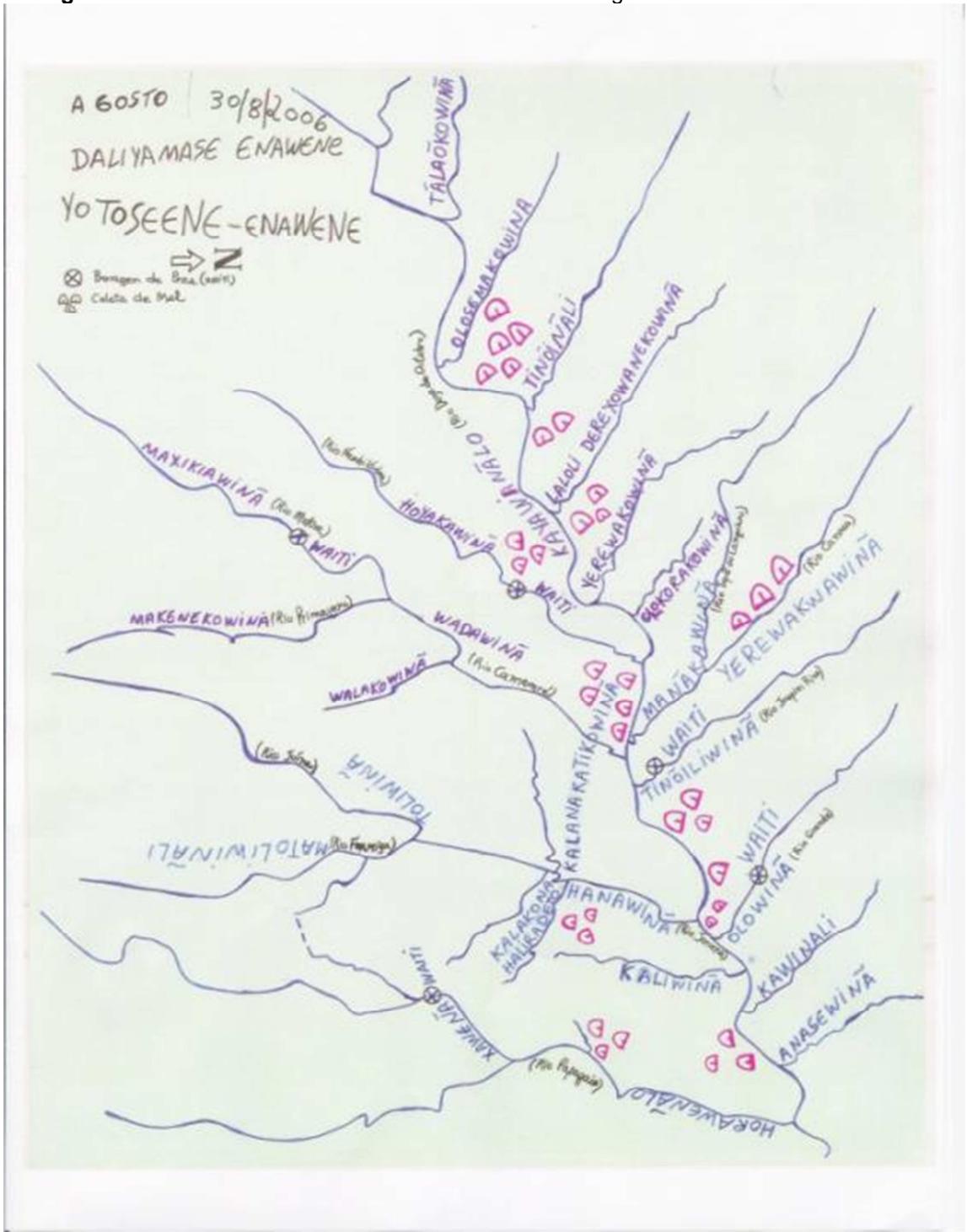
Fonte: IBGE

Tabela 2: Posto Fazenda Tucunaré – Distribuição anual das precipitações no período de 1983/1997.



Fonte: Diagnóstico Ambiental Prévio, TD-Engenharia Ltda.

Figura 35: Visão dos Índios Enawene Nawe da terra indígena Enawene Nawe.



Fonte: MAPPA, 2007.

2.4 Os impactos da modificação do entorno na cultura e no ambiente da etnia Enawene Nawe.

2.4.1 Impactos do contato, delimitação do território e introdução de novos bens e consumo.

Os impactos causados pelas frentes de expansão sobre as comunidades indígenas são sentidos mesmo antes do contato, como no caso dos Enawene Nawe, que estavam de certa forma protegidos por outras comunidades indígenas ao seu redor, deixando-os menos acessíveis ao contato com os não índios. Assim, ao se confrontarem com as frentes de expansão, etnias guerreiras como os Rikbaktsa e Cinta largas, intensificaram os ataques aos Enawene Nawe, fazendo-os se deslocarem de seu território tradicional e invadirem as terras de seus vizinhos, os Nawbikwaras.

O próprio contato com a sociedade nacional, mesmo que pacífico e com todos os cuidados que tiveram com os Enawene Nawe, protegendo-os de epidemias, baixa populacional, garantia da terra e respeito às suas tradições, não deixou de causar impactos na dinâmica dessa sociedade. A introdução de ferramentas e os meios de locomoção, de certa forma, interferiram na política interna da comunidade.

A delimitação do território, mesmo que garantindo o usufruto exclusivo da terra, acaba por confiná-los a um espaço que antes, em tese, era ilimitado e vasto, cercado por uma biodiversidade preservada. Com a delimitação das terras indígenas, as terras ao redor ficam liberadas à ocupação e à exploração essencialmente em atividades diminutas de biodiversidade e que utilizam a terra nua, ou pertencem a outras etnias. Com isso, os recursos disponíveis também passam a ser limitados, como a caça, pesca e áreas de coleta e terras para agricultura.

Azevedo afirma que (2010) antes do contato com os colonizadores, os povos indígenas viviam em áreas onde os limites eram dados pelo próprio meio ambiente e pelos outros povos nativos que habitavam áreas contíguas, com os quais faziam guerra ou comércio. Com a presença do Estado brasileiro, foram demarcados territórios, colocando-os em uma nova situação: a de terem que viver nessa área, com limites conhecidos e demarcados.

Para os povos indígenas da Amazônia, que têm seus territórios demarcados, incluindo áreas de exploração dos recursos naturais, é preciso pensar o crescimento populacional junto com a tecnologia e o meio ambiente que ocupam *elementos estruturadores de suas culturas*. Para os Enawene Nawe, parece que também têm consciência de seu crescimento populacional, dizem que as mulheres devem ter muitos filhos (dez como número ideal). Tal explicação encontra uma justificativa antropológica: por terem sofrido graves perdas populacionais anteriores ao contato com os não índios, parece que foi estimulado o desejo de crescimento. O fato de que os territórios são ainda abundantes em recursos naturais para toda a população não os coloca em questão quanto à ideia de continuarem a crescer. A preocupação dos pesquisadores que se ocupam deles é quanto à pressão desse crescimento frente ao agora limitado território, e seus recursos (AZEVEDO, 2010).

Com a ajuda da medicina e de remédios alopáticos, diminui-se a mortalidade e aumenta-se a expectativa de vida, somando-se a introdução de ferramentas, que propicia um aumento na produção agrícola. Há um crescimento populacional sobre um território limitado, que culminará com a exaustão dos recursos naturais com o passar do tempo, marcado por uma cultura tradicionalmente extrativista.

Apesar da introdução de alguns bens de consumo e técnicas alheias à sua cultura, os Enawene Nawe mantiveram praticamente intactas suas tradições, com pouquíssimas dependências externas, pelo menos até 1998. A partir desse ano, os proprietários de terras do município de Sapezal aliciaram os Enawene Nawe com o objetivo de construir uma estrada que ligasse Sapezal a Juina, cortando pelo meio a terra indígena Enawene Nawe. Essa estrada clandestina foi denunciada ao Ministério Público Federal e embargada, porém os responsáveis pela obra não foram punidos. Camilo Carlos Óbice foi indiciado como principal responsável pela obra, mas foi assassinado antes de finalizar o processo e André Maggi, financiador da obra, não foi investigado. Os impactos causados à sociedade Enawene Nawe foram gravíssimos e irreversíveis, causando dependência externa e desestabilizando sua economia interna.

Para Detogni (2007), dentre os presentes oferecidos, os barcos de alumínio e os motores de popa foram especialmente valorizados pelos Enawene-Nawe, pois, a partir desses recursos, não mais precisaram despender tanto esforço físico para

seus deslocamentos, os quais também se tornaram mais ágeis. A partir de então, os Enawene-Nawe foram aos poucos aumentando sua frota de barcos e motores e, como decorrência, aumentaram também a frequência de seus deslocamentos para as cidades próximas a fim de obter combustíveis e manutenção para suas embarcações. Os recursos necessários para garantir a frota e as viagens eram obtidos, até 2005, prioritariamente, a partir das aposentadorias recebidas pelos velhos, do auxílio-natalidade pago aos pais de crianças até quatro meses de idade. Soma-se a isso, o comércio de artesanatos e, eventualmente, de excedentes da produção de mel ou de pescarias e de participação no imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS ecológico). Tal recurso foi garantido pelo governo aos municípios que possuem grandes áreas naturais preservadas.

Com o aumento da frequência de deslocamentos da população (principalmente adultos jovens do sexo masculino) para as cidades próximas, e com o conhecimento e uso do dinheiro, diferentes alimentos vêm sendo introduzidos no cotidiano dos Enawene Nawe. Ainda segundo Detogni (2007), o consumo desses produtos pela população ainda é relativamente restrito, porém vem crescendo nos últimos anos.

A intensificação do contato dos Enawene Nawe com a sociedade envolvente, processo que foi acelerado com a tentativa de abertura da estrada Sapezal-Juína, abriu as portas à entrada do capital em seu cotidiano. Nesse momento, pude observar como o dinheiro causa uma dependência imediata em uma sociedade, transformando rapidamente seus valores e princípios.

Esse povo, até então, não conhecia dinheiro e comercializava seus produtos na base da troca, tendo o seu primeiro contato com esse recurso e começou a se dar conta das possibilidades de poder para cobiçá-lo automaticamente. A partir de então, tudo ao seu redor passou a ter um preço e tornar-se mercadoria.

Quando comecei a trabalhar com os Enawene Nawe, em março de 1998, compondo uma equipe indigenista da OPAN, atuei na área de economia indígena. Uma das atividades dessa área era de gerenciar o fundo de troca, que tinha o objetivo de fornecer os produtos externos que haviam sido incorporados na sociedade Enawene Nawe. Esses produtos baseavam-se principalmente em

ferramentas (machado, enxada, foice, facão) e material de pesca (anzol, chumbada e linha), que eram trocados por algum objeto produzido pelos Enawene Nawe, na maioria das vezes algum artesanato.

Além de suprir a necessidade dos Enawene Nawe para obter produtos industrializados, o fundo de troca também tinha um cunho educativo. Assim, havia uma relação que comparava o valor dos seus artesanatos com os principais produtos que eles desejavam. Dessa forma, garantia-se o acesso deles a esses produtos de forma sustentável e sem assistencialismo. O artesanato era levado da aldeia e comercializado pela equipe da OPAN; com o dinheiro da venda, comprávamos os produtos solicitados e levávamos de volta aos Enawene Nawe. Com isso, eles sabiam o valor dos produtos, sem a necessidade de se colocar preço.

Com a intensificação do contato com a sociedade industrializada e capitalista, a comercialização do artesanato deixou de ser feita na base da troca e passou a ser vendida, pois davam preferência em receber dinheiro para gastar nas cidades. Além do artesanato, outros produtos passaram a ser comercializados, como o peixe e o mel. Esses acontecimentos revelam um exemplo da teoria geral da acumulação do capital, que inclui a monetarização das trocas e a supressão de formas de produção e consumo alternativos.

A introdução dos barcos de alumínio com motores de popa, recebidos dos fazendeiros de Sapezal, foi a grande responsável pela fixação do capital nessa sociedade, bem como da desestabilização de sua economia interna. A economia dos Enawene Nawe diminuiu seu grau de sustentabilidade e cooperação a partir do momento em que trocaram as canoas de madeira por barcos motorizados, que precisam de gasolina e de manutenção periódica para se manterem em movimento, necessitando de uma quantia de recursos financeiros que já não se sustentava com a venda de artesanatos.

Esse fato também causou desigualdades sociais, fazendo as famílias que não possuíam barcos motorizados se sentirem inferiores as que já haviam conseguido o seu. Houve perda de práticas culturais, pois deixaram de construir as canoas e os remos de madeira, com tecnologia e matéria-prima acessível a todos;

consequentemente, aumentou a poluição dos rios, pelo derramamento de gasolina e óleo lubrificante nas águas e pela emissão de gases tóxicos no ar, somando-se à poluição sonora, causada pelos ruídos produzidos pelos motores de popa.

Sustentabilidade ecológica é definida por Lima e Pozzobon (2005) como a capacidade de uma população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente. Em seu artigo sobre sustentabilidade ecológica e diversidade social na Amazônia, os autores classificam a ocupação humana em termos de pressão de uso e do impacto que exercem sobre o meio ambiente. Assim, criam categorias socioambientais levando em consideração critérios classificatórios baseados na orientação de sua produção econômica, grau de envolvimento com o mercado e cultura ecológica. Comparando a situação atual dos Enawene Nawe, de acordo com essa classificação, observa-se que o entorno da terra indígena foi ocupado por categorias socioambientais com comportamento distinto relacionado ao modo como se relacionam com a natureza.

Dentre as categorias socioambientais que ocupam o entorno dessa terra indígena, existem os latifúndios recentes, os migrantes, grandes projetos e os exploradores itinerantes. Os latifúndios recentes são formados principalmente por fazendeiros do Sul do país que, interessados em terras baratas, ocuparam grandes áreas da Amazônia, sendo responsáveis pelas maiores taxas de desmatamento da floresta para a instalação de pastagens cultivadas. Com isso, causaram o massacre e deslocamento de grupos indígenas, trabalho escravo, expulsão de posseiros e conflitos de terra. Possuem uma sustentabilidade ecológica muito baixa, forma de ocupação predatória e uma orientação econômica baseada no lucro, porém sujeita ao fracasso pela vida curta das pastagens devido à degradação do solo. Os migrantes são representados por pequenos produtores de assentamentos rurais, que utilizam o desmatamento para legitimar sua ocupação na terra. Possuem uma orientação econômica doméstica, destinada ao consumo e uma baixa sustentabilidade ecológica. Os grandes projetos são empreendimentos capitalistas que recebem pesados investimentos federais em infraestrutura e incentivos fiscais. Representados pelos empreendimentos hidrelétricos e pela monocultura extensiva, têm uma orientação econômica lucrativa e baixa sustentabilidade econômica. Os exploradores itinerantes são extrativistas e exploradores de recursos naturais,

trabalhando muitas vezes na ilegalidade, não têm compromisso com o lugar que exploram, por isso tendem a explorar o máximo de recurso no menor tempo possível, levando o ambiente à exaustão. São representados pelos garimpeiros e madeireiros, possuem uma sustentabilidade econômica muito baixa, orientação econômica lucrativa e ocupação extremamente predatória.

A pressão exercida por essas categorias no ambiente e na economia local contribuiu à instalação de um modelo de desenvolvimento capitalista predatório e a uma racionalidade capitalista, que ordena os segmentos sociais segundo seu grau de desenvolvimento e mercado. Esse panorama influencia o comportamento da sociedade Enawene Nawe e causa mudanças em sua sustentabilidade ecológica e orientação econômica, bem como sua inserção na economia de mercado. De acordo com Lima e Pozzobon, (2005), o envolvimento com o mercado implica mudanças socioambientais seguidas por alterações significativas no padrão de consumo do grupo. Assim, os Enawene Nawe deixam a categoria de povos indígenas de comércio esporádico, que tem característica de uma orientação econômica autóctone, com caráter de independência com relação ao mercado e uma alta sustentabilidade ecológica, pelo baixo impacto ambiental e uma limitada demanda sobre os recursos naturais. Passam para a categoria de povos indígenas de comércio recorrente, que possui média sustentabilidade ecológica e apresenta uma orientação econômica consuntiva (de consumo), mesmo que seja voltada para o consumo do grupo doméstico, busca no mercado itens que o grupo considera indispensáveis para sua reprodução.

Nesse contexto, o artesanato dos Enawene Nawe já não era suficiente para suprir as necessidades de combustível. Tentaram outras fontes de renda, como a venda de peixe e mel, que também não deu retorno satisfatório. Muitas vezes, o ganho com a venda de peixe não pagava nem o combustível gasto na pescaria e no deslocamento até o ponto de venda, causando ainda mais prejuízos. Alguns grupos retornaram ao município de Sapezal, na tentativa de receberem doações dos fazendeiros, o que lhes foi negado após a interdição da estrada. Chegaram a experimentar o trabalho braçal nas fazendas em Sapezal, mas concluíram que o retorno financeiro não compensava o tempo e os esforços gastos no trabalho.

Os Enawene Nawe já não sabiam mais como fazer para conseguir combustível. A gasolina, combustível utilizado nos motores dos barcos, passou a valer mais do que ouro naquela aldeia. Quem viesse de fora teria que guardar muito bem sua gasolina, para não correr o risco de ser furtado e faltar combustível para ir embora. Diziam que não tinham como pescar se faltasse gasolina e sem peixe não tinham como realizar seus rituais, recusando-se a voltar a remar. Chegaram a pensar na hipótese de arrendarem parte de suas terras ao garimpo ou vender a madeira de suas florestas, como fizeram algumas etnias vizinhas ao seu território, prática que os Enawene Nawe sempre condenaram.

Diante desse quadro, a OPAN realizou um seminário interno para discutir quais as ações que a equipe de campo teria que desenvolver para suprir essa nova demanda dos Enawene Nawe. A primeira ação proposta e executada foi solicitar ao INSS a aposentadoria dos idosos da aldeia, que na época somavam 28 anciões; e depois o auxílio maternidade para as mães que possuíam crianças de colo. Ação que ajudaria bastante, mas não resolveria definitivamente o problema. Na época, estava sendo posta em prática a lei do ICMS ecológico, que repassava um acréscimo para os municípios que possuíam áreas de preservação em seus territórios. A OPAN apresentou um projeto de solicitação de financiamento com recurso do ICMS ecológico aos três municípios que abrangiam a terra indígena Enawene Nawe (Sapezal, Comodoro e Juína). Apenas o município de Juína aceitou financiar o projeto, por meio de um convênio com a OPAN. Anos depois, os Enawene Nawe passaram a reivindicar pessoalmente esse recurso, fazendo visitas às prefeituras e algumas vezes manifestações, chegando inclusive a fechar prefeitura, impedindo a entrada e a saída de funcionários, quando não eram atendidos.

Com a instalação dos Distritos Especiais Indígenas de atenção à saúde, as instituições que prestam atendimento nas aldeias passaram a contratar agentes indígenas de saúde, agentes sanitários, auxiliares de odontólogos, pilotos de barcos e motoristas. Mais recentemente passam a receber de outros programas do Governo Federal, como o bolsa família e panela cheia. Com isso, a renda dos Enawene Nawe foi aumentando, na mesma proporção que aumentou o consumo e a dependência do capital financeiro. Nessa situação, o consumo não mais ficou restrito às ferramentas, aos materiais de pesca e ao combustível. Muitos outros bens

de consumo foram introduzidos, as enormes panelas de barro foram substituídas por panelas de alumínio, passam a comprar linha industrializada, substituindo as linhas fiadas pelas mulheres com o algodão nativo, sacos de milho em grãos, oriundos das lavouras mecanizadas, no lugar do milho nativo de suas roças, roupas, calçados, lanternas, pilhas, gravadores, aparelhos de dvd, televisores, celulares, bicicletas, sabonetes, comidas industrializadas (arroz, macarrão, óleo de soja, açúcar, bolacha, etc.). Enfim, a sociedade Enawene Nawe definitivamente estava se abrindo à sociedade de consumo.

As terras indígenas surgem como novo espaço para absorver os excedentes gerados pelos municípios do entorno. Os recursos entram e são trocados por bens e mercadorias; porém, não há investimento em infraestrutura e na área social, muito menos são guardadas reservas de capital para serem usadas em momentos de crises. Pelo contrário, muitas vezes os recursos que entram são utilizados para pagar dívidas adquiridas anteriormente pela aquisição de bens e/ou serviços, causando desigualdades e instabilidade. Na sociedade Enawene Nawe, a entrada de capital levou a mudanças estruturais e poderá levar a crises internas: mudanças na produção e consumo e crises como dependências e abandono de práticas sustentáveis.

2.4.2 Impactos ambientais da alteração do entorno da terra indígena EnaweneNawe.

O desenvolvimento regional não planejado e a ocupação desordenada de zonas urbanas e rurais contribuem negativamente à alteração da paisagem e degradação ambiental de áreas naturais, aumentando também a pressão sobre as terras indígenas, que representam uma das últimas áreas com excelente preservação no Estado do Mato Grosso.

A ocupação do entorno, acelerando o desmatamento e as queimadas, a poluição do solo e dos recursos hídricos pela pecuária e lavoura, que usam agrotóxicos e causam assoreamento, os barramentos para geração de energia e a pesca predatória levam a uma inevitável degradação ambiental, afetando negativamente a qualidade de vida das populações indígenas.

O avanço da fronteira agrícola, que hoje se estende até o limite das terras indígenas, multiplica-se com um desenvolvimento não planejado, contribuindo para o aumento do desmatamento e o uso intensivo de agrotóxicos e de defensivos agrícolas. Pode ocorrer ainda o envenenamento da fauna silvestre que é utilizada na alimentação dos povos indígenas e, conseqüentemente, causar danos à saúde dessas populações.

Assim constata-se que a ocupação do entorno com a expansão das áreas urbanas, atividade agropecuária e empreendimentos hidroelétricos causam graves impactos ambientais às terras indígenas, diminuindo a biodiversidade, alterando a paisagem natural, poluindo o solo, ar e água.

A seguir, alguns impactos causados pela expansão urbana e agropecuária que afetam os recursos hídricos regionais, constatados por Costa et al. (2012, p. 80), no estudo complementar da Bacia do Alto Juruena:

Podemos observar que nas estações chuvosas há um incremento no parâmetro Coliforme Totais. Com as chuvas há um aumento do transporte de material sólido das partes mais altas (e adjacentes ao rio) e da região da cabeceira. Estes sedimentos vêm acompanhados com agrotóxicos, defensivos agrícolas, além de fezes das criações e efluentes não tratados de atividades humanas. No relatório de Monitoramento da SEMA/MT é citado, por exemplo, que nos pontos mais próximos às áreas urbanas, como no rio Formiga, situadas próximo a Comodoro e Campos de Júlio, houve decréscimo da qualidade da água, maior que nos outros locais. Os valores de E. coli. é o parâmetro que influencia mais esta constatação. Citam ainda que a lixiviação de matéria orgânica das áreas de pecuária e agricultura no entorno dessas duas cidades podem ser consideradas como a principal fonte de contaminação das águas. Dos oito municípios que estão inseridos na bacia do rio Juruena, em nenhum há rede de tratamento de esgoto, sendo que estes são lançados in natura nos corpos hídricos da bacia. Além disso, os resíduos sólidos não possuem locais controlados para sua deposição, que representam outra fonte de poluição. Na área rural geralmente o lixo é queimado e nas zonas urbanas, estes são depositados em áreas a céu aberto, nos arredores das cidades. Vale lembrar que a ocupação da bacia é dominada pela agropecuária intensiva, com uso de fertilizantes e agrotóxicos. Esse material acaba sendo carregado para o rio, aumentando as concentrações de Fósforo e metais pesados. Na região já se percebe o acúmulo de nutrientes nos sedimentos, responsáveis provavelmente pelo desenvolvimento de macrófitas aquáticas que se proliferam em grandes extensões, inclusive em áreas legalmente protegidas. A principal fonte de poluição pelo cultivo de soja, milho e arroz (safra e safrinhas) vem do uso de fertilizantes e herbicidas. São usados cerca de 200 a 400 kg de fertilizantes a cada safra (inseticidas piretróides e organofosfatados). Durante a colheita, feitas entre janeiro a maio (época da estação chuvosa na região), o solo desnudo propicia maior carregamento desses produtos para os corpos hídricos. A atividade pecuária requer para a sua implantação em desmatamentos que ocorrem em grandes extensões. O preparo da área para o plantio de gramíneas é feito com aplicação e

calagem, fertilizantes e praguicidas. Além disso, soma-se a excreta dos animais que são carregados para os corpos hídricos que são fontes difusas de carga orgânica e de coliformes. Em termos de equivalentes populacionais (tomando-se o homem como unidade de referência), uma vaca corresponde à carga poluidora de 16,4 homens.

As lavouras mecanizadas representam a atividade que mais contribui com as modificações ambientais da expansão agrícola. Tendo a soja como produto principal, ocupam extensas áreas em regiões de cerrado e floresta, convertendo a vegetação natural em campos produtivos. Grandes quantidades de agrotóxicos são lançados anualmente pela monocultura da soja, milho, algodão, etc., poluindo o solo, ar, água, animais, vegetação e a população local. Diminuição de biodiversidade, perda de produtos como fibras, resinas, extratos e frutos, redução do espaço da fauna e Influência em comunidades indígenas, são impactos visíveis observados na transformação do cerrado e floresta, dando lugar às lavouras e às pastagens.

Figuras 36 e 37: Desmatamento na margem do Rio Juruena, entorno da terra indígena Enawene Nawe, para formação de pastagens.



Fonte: Costa et al. (2012)

De modo geral, como a soja é um dos maiores vetores de desmatamento do cerrado, grande consumidora de agrotóxicos, consolidadora do modelo monocultor e introdutora da transgenia no Centro-Oeste; essa oleaginosa vem acompanhada de uma grande carga de impactos sobre o ambiente onde está inserida. Degradação,

erosão, empobrecimento e desertificação do solo, destruição das matas ciliares, contaminação de cursos d'água, disseminação das queimadas (que anualmente vitimam milhares de animais silvestres e causam graves doenças respiratórias principalmente em crianças); pulverização de venenos sobre pequenos agricultores, indígenas e suas plantações, introdução de um novo paradigma de consumo capitalista entre as populações tradicionais e aprofundamento do preconceito e do racismo contra os indígenas são alguns “efeitos colaterais” da sojicultura e de sua proposta de desenvolvimento (SAKAMOTO et al., 2010).

Figura 38: Desmatamento e preparo do solo para monocultura no limite da terra indígena Enawene Nawe.



Fonte: Fabricio Moura

Este tipo de produção no entorno das terras indígenas causa diversos tipos de efeitos negativos para as comunidades que ali habitam. São impactos ambientais, como a poluição por agrotóxicos do lençol freático e das nascentes que percorrem grande parte das terras indígenas e impactos sociais, pela desestruturação da economia tradicional dos povos indígenas. A pressão estende-se também para dentro das terras indígenas, com o aumento do assédio dos exploradores dos

recursos naturais como madeira e minérios existentes nessas terras, bem como arrendatários e pesca clandestina.

Segundo Passos (2005), a quantidade de pescado na terra indígena Enawene Nawe varia de ano a ano, há uma sazonalidade natural no que diz respeito à população de peixes; no entanto, os Enawene Nawe, de sete anos para cá, dizem que a quantidade de peixes diminui ano após ano. Diversas cabeceiras (nascentes) formadoras dos rios da T.I. Enawene Nawe localizam-se fora do território demarcado. Estão dentro de fazendas, sítios, e até cidades. Com o avanço da soja e da pecuária, essas cabeceiras estão sendo poluídas com agrotóxico, lixo e esgoto.

Algumas etnias vizinhas dos Enawene Nawe já se converteram a esse tipo de produção no interior de suas terras. Os Parecis, Nambikwara e Manoki arrendaram parte de suas terras para o plantio de soja, em um esquema de parceria com fazendeiros da região; os Cinta-largas, Myky e Nabikwara já venderam boa parte da madeira nobre de suas florestas. Os Enawene Nawe ainda não se tornaram adeptos desse tipo de produção, preferindo buscar outros caminhos para a aquisição dos recursos necessários às suas novas demandas.

A expansão da soja é um exemplo claro da marca do novo imperialismo, porque a incapacidade de acumular por meio da reprodução ampliada sobre uma base sustentável é acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. Nesse caso, existe a espoliação dos recursos naturais, retirando do solo todos os seus nutrientes até sua completa exaustão e depois o envenenam com agrotóxicos. O setor agrário possui altos níveis de dependência com relação a insumos monopolizados. Para enfrentar a crise do capitalismo, a opção acaba sendo a expansão geográfica e a ocupação de novas áreas de plantio, mesmo que em áreas protegidas, como no caso das terras indígenas.

2.4.3 Impactos da instalação de empreendimentos hidrelétricos

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) dos governos Lula e Dilma investiram intensamente no setor hidrelétrico brasileiro, incentivando a instalação desse tipo de empreendimento em rios de diversas bacias hidrográficas do território

nacional. As pequenas centrais hidrelétricas (PCH) foram apresentadas como alternativas às grandes usinas hidrelétricas, com o argumento de que causariam menos impactos ambientais, menor custo de instalação e menos tempo para a conclusão das obras.

Todo empreendimento hidrelétrico leva à disputa por terras e posição geográfica, causando desordenamento fundiário e agrícola onde é implantado, sobretudo quando se tem um conjunto de barragens em um determinado trecho do rio. Ao complexo Juruena, por exemplo, onde foram projetadas nove PCHs e duas UHEs em um trecho de 100 km do alto Rio Juruena, localizado a montante da terra indígena Erawene Nawe. A instalação do empreendimento abre as portas para entrada de novas atividades no entorno dos barramentos, tornando-se principal foco de comércio e emprego regional. Há o remanejamento fundiário para a instalação do canteiro de obras, abertura de estradas, áreas de retirada de madeira, areia, pedra e bota fora, supressão de vegetação e faixa de servidão para as linhas de transmissão. As hidrelétricas introduzem novos valores de mercantilização da terra, trabalho e configuram novas relações sociais, inflacionando temporariamente o mercado regional, pois o processo de construção é o auge da concentração de pessoas. Depois, os trabalhadores vão embora, esfriando o mercado regional que havia ficado aquecido, permanecendo apenas poucos funcionários que irão acompanhar o funcionamento do empreendimento.

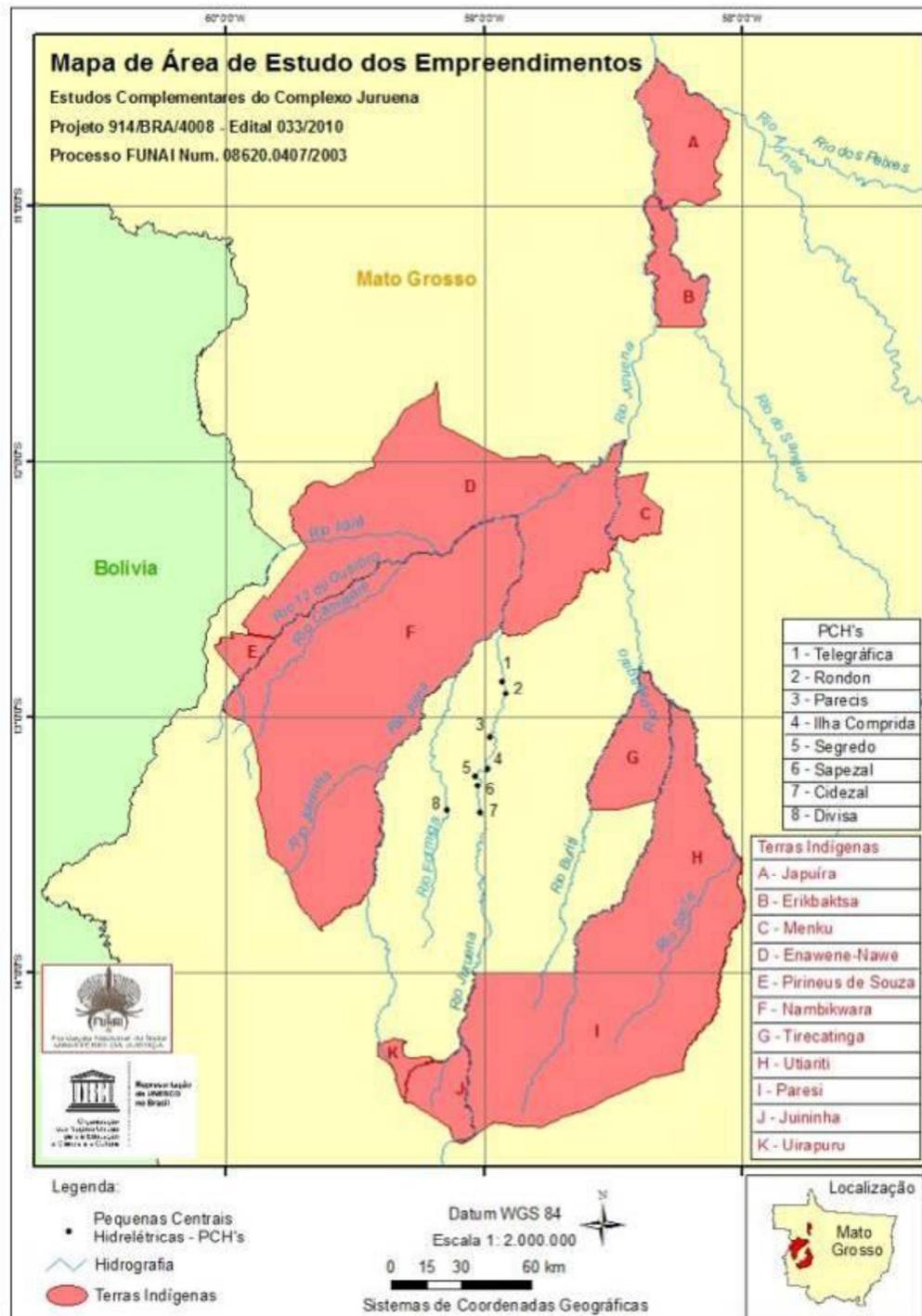
Sendo um mercado oligopólio, os empreendimentos hidrelétricos trabalham com capital fixo e investimentos estatais e privados. No processo histórico do capitalismo, a acumulação de capital sempre leva a negociações desiguais, beneficiando os poderosos e causando expropriação de bens materiais e simbólicos aos mais desfavorecidos. Esse mecanismo encontra explicação no conceito de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2009), quando sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, grupos étnicos discriminados, populações marginalizadas e vulneráveis.

Na relação dos Erawene Nawe com o complexo Juruena, os índios tiveram que aceitar a contragosto a instalação do empreendimento a montante do principal rio que corta seu território. Sofreram pressão dos empresários, do governo e até de

outras etnias indígenas para concordarem com a execução de uma obra repleta de ricos técnicos e sociais, mesmo sabendo que isso colocaria em risco a oferta de recursos naturais e suas crenças espirituais, em troca de uma compensação financeira pelos impactos causados. Seguiram a teoria do “fato consumado”, pois sentiam que não conseguiriam impedir a instalação das barragens. Assim se estabelece a hegemonia capitalista, cujos interesses financeiros sobrepõem-se a todos os outros.

No ano de 2003, os Enawene Nawe tiveram o primeiro contato com o complexo Juruena, quando um consultor contratado pela empresa visitou a aldeia, acompanhado de um funcionário da FUNAI e um técnico da OPAN, para informar os Enawene Nawe sobre o empreendimento, como parte do processo de licenciamento. Nesse momento, os Enawene Nawe demonstraram muita preocupação e insegurança diante desse novo fato que surgia no entorno do seu território e fizeram questão de expor isso aos consultores, em uma reunião um tanto tensa. Lembro de uma senhora parando o funcionário da FUNAI, que seguia em direção ao porto da aldeia para ir embora. Em uma atitude desesperada, começou a falar na língua deles e gesticular, mostrando a ele que tinha muitos filhos e netos na aldeia e que temia que morressem afogados. O homem não entendeu o que a senhora disse, apenas deu um sorriso e continuou seu caminho. Há um mito na cultura dos Enawene Nawe sobre um dilúvio que ocorreu em um passado muito distante e que matou muitas pessoas, assim eles temiam que, com os barramentos das hidrelétricas, esse dilúvio se repetisse e atingisse sua aldeia.

Figura 39: Mapa do Complexo Juruena.



Fonte: Estudos complementares do Complexo Juruena, 2012.

Em 2006, iniciaram-se os estudos antropológicos e ambientais complementares para a emissão da licença de instalação de cinco PCHs do complexo Juruena. São explicados os possíveis impactos previstos pela instalação do empreendimento aos Enawene Nawe, bem como a compensação que eles

receberiam por esses impactos. Nessas explicações, foi garantido a eles que o empreendimento não acabaria com os peixes do seu território e que, mesmo assim, receberiam a compensação. Apesar das desconfianças, resolveram não se opor naquele momento e aguardar o término dos estudos para continuar as negociações.

Figuras 40, 41, 42 e 43: Reuniões de apresentação de empreendimentos aos Enawene Nawe.



Fonte: Fabricio Moura

Fonte: Fabricio Moura



Fonte: Sandra H. Maia



Fonte: Guilherme Fantin

As próprias apresentações e discussões sobre a instalação de empreendimentos, quando acontecem na aldeia ou quando têm que deslocar as lideranças para as cidades, a fim de participarem de reuniões longas e exaustivas, desviam os indígenas de suas atividades tradicionais e preocupam-nos com assuntos que até então não faziam parte de sua realidade. Cria-se também uma expectativa pela compensação financeira com a instalação do empreendimento,

fazendo os indígenas deslumbrarem-se com a possibilidade de aquisição de bens materiais, desviando a atenção dos impactos negativos advindos dessas alterações.

Com a conclusão dos estudos em 2007, a FUNAI emitiu parecer positivo à instalação do empreendimento e logo se iniciaram as obras. Em uma excursão pelo Rio Juruena, um grupo de Enawene Nawe chegou até o ponto onde seria construído o barramento da PCH Telegráfica e constataram que as obras já estavam em andamento. Essa verificação causou espanto no grupo, pois os Enawene Nawe acreditavam que as negociações ainda não haviam terminado, portanto as obras não deveriam ter começado. Sentiram-se lesados ao descobrir que a FUNAI já havia dado parecer positivo sem o consentimento deles e retornam à aldeia para levar essa informação a todos. Em uma reunião no pátio da aldeia, decidiram fazer uma manifestação para paralisar as obras das PCHs, deslocando-se até o local do empreendimento e fecharam uma estrada que dá acesso ao canteiro de obras, impedindo a entrada e a saída de funcionários. Durante a manifestação, redigiram uma carta exigindo a paralisação imediata das obras, realização de novos estudos e negociação da compensação dos impactos.

Os empreendedores negociaram com os manifestantes e realizaram uma reunião com a comunidade indígena, representantes do Governo do Mato Grosso, FUNAI e MPF. Nessa reunião, os empreendedores concordaram com a realização de novos estudos, porém se recusaram a paralisarem as obras. Em contrapartida, os empreendedores aceitaram o pedido dos Enawene Nawe e disponibilizaram nove mil litros de gasolina e duas toneladas de milho em grãos para que dessem continuidade ao Ritual Yâkwa; assim, os Enawene Nawe retornaram para aldeia, deixando que as obras continuassem. Depois desse fato, semanalmente um grupo de Enawene Nawe visitava o canteiro de obras da PCH Telegráfica e retornava com galões cheios de gasolina, levando também gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo, macarrão e açúcar) retirados do refeitório dos funcionários das obras e doados aos índios.

Os recursos financeiros adquiridos pelos Enawene Nawe como aposentadoria, auxílio-maternidade, ICMS ecológico, salários e venda de artesanato tornaram-se insuficientes para manter a demanda de combustível de forma que pudessem realizar suas atividades produtivas e cerimoniais. Diante desse quadro,

os recursos oferecidos pelos empresários do setor hidrelétrico apareceram como única alternativa para aquisição de gasolina, o que fez os Enawene Nawe não impedirem a continuidade das obras mesmo sendo contra a instalação do empreendimento.

Assim como os EUA mantêm o poder de controle sobre as instituições financeiras globais (FMI e OMC), os empreendedores usam essa estratégia a partir das compensações, induzindo as comunidades indígenas a aceitarem os empreendimentos no entorno, por estarem dependentes do capital financeiro das compensações. Foi o que aconteceu na relação dos Enawene Nawe com o complexo Juruena, pois, mesmo os indígenas sendo desfavoráveis aos barramentos do rio, aceitaram a obra, apesar de todo o risco que correram em consequência de seus impactos, por tamanha dependência do capital financeiro em que se encontram.

Os empreendedores e as corporações atuais que representam a burguesia (proprietários do capital) oferecem resistência (forte oposição) para perderem privilégios em benefício dos indígenas, como uma política de redistribuição ou de melhoria social. Além do preconceito em relação aos indígenas, a classe empresária argumenta que é dever do Estado investir nas terras indígenas. No caso do complexo Juruena, os empresários argumentam ainda que o empreendimento está situado fora de terras indígenas e que os impactos serão pequenos e restritos ao local dos barramentos, portanto não afetariam a comunidade indígena.

Contudo não é o que demonstram estudos de impactos ambientais em rios que são represados. Segundo Bandeira (2005), barramentos de qualquer tipo interrompem o carreamento natural dos sedimentos em direção ao oceano, causando tanto o assoreamento do reservatório bem como interrompendo ou diminuindo o fluxo natural desses. A retenção de sedimentos no reservatório – areia e sedimentos finos (silte argila e coloides) – rompe o equilíbrio sedimentológico e ambiental da bacia hidrográfica com reflexos, por vezes dramáticos, na região estuarina e costeira onde, finalmente, ela vem a desaguar.

Os sedimentos mais finos, como o silte, coloides e argila transportam nutrientes e matéria orgânica, vitais para a manutenção da biota aquática. Quando

há a diminuição desses nutrientes, conseqüentemente, a taxa de piscosidade diminui. A retenção dos sedimentos mais grossos, sobretudo a areia, termina produzindo um desequilíbrio sedimentológico nos cursos d'água a jusante, que juntamente com a alteração da vazão, provoca modificações no traçado do talvegue e erosão nas margens (SALIM et al., 2004).

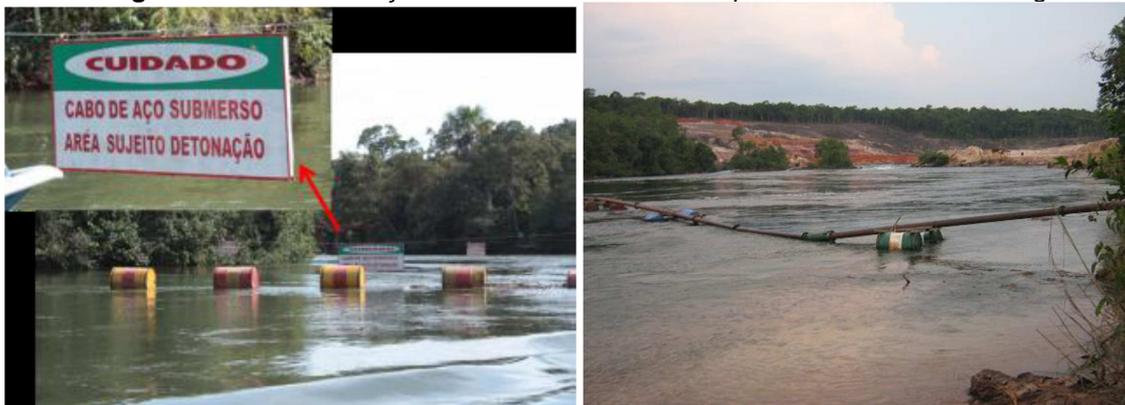
A existência de uma cachoeira com aproximadamente 20 metros de queda, logo acima da PCH Telegráfica, levou os empreendedores a afirmarem que esse barramento natural já impedia a migração de peixes, portanto os barramentos das PCHs não afetariam a ictiofauna; porém, deve-se levar em conta outros impactos de barramentos que afetam a ictiofauna, como os constatados por Costa et al. (2012, p. 101), no estudo complementar da Bacia do Alto Juruena, apresentados a seguir:

De forma geral, um dos impactos mais relevantes da construção de barragens para a ictiofauna é a interrupção de rotas migratórias para as espécies reofílicas, alteração que tem efeito drástico no ciclo reprodutivo e na distribuição das comunidades ao longo do rio. Por ser um impacto irreversível e de grande importância, quando não atenuado pela construção de algum mecanismo de transposição nos locais onde o barramento do rio realmente oferece prejuízo para esta movimentação natural das espécies. Um rio, por mais que apresente barreiras naturais ao longo de seu curso, ainda continua sendo um contínuo onde os processos que ocorrem nas áreas a montante determinam os de jusante. Em condições naturais, o fluxo unidirecional proporciona um gradiente contínuo de condições físicas, como geomorfologia, profundidade, largura, correnteza, turbidez e temperatura que regulam a estrutura e a dinâmica biológica. Este conjunto de mosaicos são contínuos e ligados lateralmente/longitudinalmente ao entorno, interconectando processos dominantes de fluxo, erosão, deposição, substrato, produção, que permitem a interação entre fatores biológicos e físicos ao longo de sua bacia de drenagem, o que influencia fortemente a composição e a estrutura das comunidades aquáticas. Com isso, o principal impacto sinérgico e cumulativo desses empreendimentos para a ictiofauna é a interrupção deste contínuo natural. A fragmentação provocada pelos barramentos trará sérias implicações para o fluxo de nutrientes, de organismos, matéria orgânica e energia, com reflexo negativo para a manutenção da heterogeneidade ambiental e disponibilidade de recursos, principalmente para as áreas de jusante, onde foram registrados os maiores valores de riqueza. O Rio Juruena, a exemplo de outros rios de sua bacia de drenagem, é um rio pobre em nutrientes e apresenta elevada transparência na água, característica adquirida dos solos que drenam ao longo de seu curso. Por ser um rio de cabeceira da bacia de drenagem, possui características que é bem comum a rios de baixa ordem, como trechos encachoeirados, águas mais rápidas e menor produtividade autóctone. Este conjunto de características é responsável pela manutenção de uma ictiofauna altamente adaptada as condições ambientais de sua área de ocorrência. Uma evidencia clara disso é representado pela teia alimentar criticamente curta, composta quase que totalmente por espécies que se alimentam de itens alóctones, fornecidos principalmente pela mata de galeria, o que aumenta consideravelmente o grau de sensibilidade para mudanças ambientais.

No caso dos Enawene Nawe, essas mudanças no Rio Juruena ameaçam a quantidade de pescado para esse povo, implicando na alimentação e práticas culturais. As alterações no leito do rio também podem influenciar na vazão, prejudicando a navegabilidade, principal meio de locomoção dos Enawene Nawe pelo território.

A redução pesqueira, para uma sociedade que tem no peixe sua principal fonte de proteína e o centro das relações sociais e cósmicas, é uma consequência gravíssima da instalação de empreendimentos hidrelétricos. Por mais que os empreendedores e consultores do empreendimento demonstrem, a partir de estudos, que os impactos serão insignificantes para a ictiofauna, haverá a divergência técnica x simbólica. Na visão dos Enawene Nawe, as barragens foram instaladas em um local repleto de pedras e corredeiras, considerado místico para eles. De acordo com sua mitologia, foi o local onde surgiram os peixes que habitam os rios de seu território, então a movimentação no leito do rio, por meio de desvios e barramentos, provoca os espíritos Yakairiti, que são detentores dos recursos pesqueiros. Se ficarem irritados, esses espíritos descontarão sua ira nos Enawene Nawe, não só com a falta de peixes mas também com doença e morte.

Figuras 44 e 45: Alterações no leito do Rio Juruena pelas obras da PCH Telegráfica.



Fonte: Costa, M. P

Fonte: Fabrício Moura

Apesar do paliativo que os Enawene Nawe recebem dos empreendedores, como gasolina e gêneros alimentícios, a compensação pelos impactos não se define e as obras continuaram. Em julho de 2008, o MPF conseguiu uma liminar paralisando as obras, alegando irregularidades no processo de licenciamento ambiental, mas logo em seguida o presidente do STF derrubou a liminar, permitindo

a continuidade das obras. Dias depois, em uma reunião entre a comunidade indígena, FUNAI e EPE, solicitando autorização dos indígenas para realização de pesquisas dentro de suas terras para um inventário de potencial hidrelétrico, foi apresentado um mapa com plano de construção de 66 hidrelétricas na bacia do Rio Juruena.

Com o avanço do empreendimento, as obras das PCHs chegaram ao leito do Rio Juruena, causando turbidez nas águas que naturalmente são límpidas e transparentes, deixando os Enawene Nawe assustados e apreensivos com essa situação. A soma dos fatores turbidez da água, demora no pagamento da compensação e ameaça de construção de novas PCHs na bacia do Juruena revoltou a sociedade Enawene Nawe e levou-os a tomar uma atitude inesperada.

Em outubro de 2008, quase todos os Enawene Nawe se deslocaram de barco, subindo o Rio Juruena, acamparam no meio do caminho e chegaram bem cedo ao canteiro de obras da PCH Telegráfica. Pintados para guerra e armados com arco e flechas, em uma atitude de protesto, expulsaram os funcionários das obras, confiscaram os rádios de comunicação dos seguranças e realizaram um saque nos alojamentos, escritórios e refeitório. Carregaram tudo o que conseguem levar; dentre os itens pilhados, destacam-se: celulares, notebooks, computadores, máquinas fotográficas, relógios, carteiras com dinheiro e documentos, roupas, ferramentas, panelas, gêneros alimentícios, gasolina e até cadeira de escritório. Depois da pilhagem, atearam fogo em todo o canteiro de obras, queimando alojamentos, escritórios, ambulatório, refeitório, almoxarifado, caminhões e veículos. A manifestação durou cerca de três horas e não houve feridos.

Depois desse fato, as obras da PCH Telegráfica ficam paralisadas, mas nas outras quatro à montante, que já estavam em andamento, continuaram. Criou-se um clima de medo e insegurança entre os Enawene Nawe e os funcionários das obras, e a segurança foi reforçada. Os Enawene Nawe tomaram a posição de não mais negociarem sobre o empreendimento. Essa posição durou até fevereiro de 2009, quando um grupo de Enawene Nawe se deslocou até Juína a fim de buscarem recursos para o combustível que será usado nas pescarias de barragens do ritual Yãkwa. Após várias tentativas com a FUNAI, OPAN e Prefeituras, a quantidade de benesses que conseguiram não foi suficiente. Então decidiram pedir ajuda aos

empreendedores do complexo Juruena, que aceitaram doar o combustível com a condição de retomarem as negociações da compensação pelos impactos e selarem um acordo de paz.

Figuras 46, 47, 48 e 49: Incêndio no canteiro de obras da PCH Telegráfica.



Fonte: Fabrício Moura

Os Enawene Nawe aceitaram o acordo e agendaram uma reunião para final de março, junto com outras quatro etnias (Paresi, Nambikwara, Myky e Rikbaktsa), assinaram o PBA para compensação ambiental pelos impactos de oito PCHs do complexo Juruena. Coube aos Enawene Nawe o valor de um milhão e quinhentos mil reais, que foi depositado para FUNAI, sob a administração do NAL-Juína. Com esse recurso, foram comprados cerca de 60 barcos com motores para os Enawene Nawe, um caminhão, um micro-ônibus, combustível e outros itens de interesse da comunidade indígena. Portanto não houve um programa de cunho ambiental para mitigar os impactos causados pelo empreendimento, apenas uma compensação financeira que foi usada à vontade pelos indígenas. Com isso, foram potencializados os impactos do empreendimento, intensificando a pressão sobre os recursos naturais da terra indígena e aumentando a dependência externa dos Enawene Nawe.

Ao final da pescaria de barragem que os Enawene Nawe realizaram no ano de 2009, alegaram que a quantidade de peixes retirada do rio por suas armadilhas não foi suficiente para a realização do cerimonial do Yãkwa. Assim, solicitaram à FUNAI que comprasse peixes criados por piscicultores da região para que pudessem dar continuidade ao ritual. A FUNAI atendeu-os, fornecendo três toneladas de tambaqui. O que era exceção virou regra e, a partir de então, todos os anos os Enawene Nawe compram peixes de piscicultores para a realização de seus cerimoniais.

Com o pagamento da compensação pelos empreendedores e a compra de mais barcos e motores, surgiu a inevitável e contínua demanda por gasolina. Os Enawene Nawe passaram a exigir uma compensação permanente dos empreendedores pela instalação e funcionamento do empreendimento. Argumentaram que as PCHs não irão acabar, funcionarão permanentemente, portanto a compensação deverá ser permanente também. Os empreendedores resistiram em concordar com esse pagamento, mas declararam que iriam esperar a conclusão dos estudos encaminhados pela FUNAI, que definiria a necessidade ou não de um pagamento permanente. Devido à insistência dos Enawene Nawe, os empreendedores aceitaram custear um plano emergencial que supriria as demandas mais urgentes da comunidade indígena, enquanto não se concluísse o estudo complementar do complexo Juruena encomendado pela FUNAI.

Com a conclusão do estudo complementar, em 2012, os empreendedores, FUNAI e comunidade indígena acordaram um pagamento mensal pela compensação dos impactos do complexo Juruena. Os Enawene Nawe organizaram uma associação e, por intermédio de uma diretoria formada democraticamente entre eles, passaram a gerir diretamente esse recurso. Com isso, conquistaram a tão sonhada autonomia financeira, que supre em parte as demandas necessárias para manter suas novas aquisições.

Apesar de garantidos, em parte, os recursos financeiros para o deslocamento dos Enawene Nawe realizarem suas atividades produtivas e cerimoniais, o mesmo não se pode dizer dos recursos naturais. Os Enawene Nawe afirmam que o peixe está ficando cada vez mais escasso, sendo necessário estar sempre comprando o pescado de produtores da região. Com isso, estão deixando inclusive de construir as

tradicionais barragens de pesca do cerimonial Yãkwa. Agora realizam acampamentos próximos à estrada e ficam aguardando a chegada do caminhão trazendo o peixe, que é preparado da forma tradicional e levado à aldeia para a realização do ritual.

Figuras 50 e 51: Porto Enawene em 2002.



Fonte: Sergi Guiraud

Figuras 52 e 53: Porto Enawene em 2010.



Fonte: Costa et al. (2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação apresentou uma descrição dos Enawene Nawe. Esse povo constituído em uma única aldeia, com pouco mais de 600 membros, é uma etnia indígena que mantém uma íntima relação com o ambiente natural em que vivem. Utiliza-se da biodiversidade de seu território para extrair, em cooperação com a natureza, a maior parte dos produtos utilizados em sua cultura material. Vivem na terra indígena, a noroeste do Estado de Mato Grosso.

São cercados de muitos ritos em seu cotidiano. Suas atividades produtivas seguem um rigoroso calendário nativo, extremamente dependentes das estações do ano, porque devem agradar espíritos muito perigosos e insaciáveis que detêm a posse dos recursos naturais, segundo suas crenças.

Embora muito bem preservada, a terra indígena Enawene Nawe teve seu entorno progressivamente alterado a partir das frentes de expansão capitalista desde a década de 1970 e de maneira mais drástica ao longo das duas últimas décadas.

As alterações tiveram início com a exploração da borracha, depois com a extração de madeira e, posteriormente, pela formação de pastagens e abertura de terras para agricultura (grupos agropecuários) e ultimamente por assentamentos do INCRA. Assim, o espaço natural do entorno foi sendo ocupado por distintas categorias socioambientais, que moldaram a paisagem de acordo com seu modo de produção gerando significativos impactos à terra indígena.

Os Enawene Nawe estiveram relativamente mais protegidos dos efeitos dessas frentes de expansão exploratória do que as outras etnias da região até a década de 1990, por estarem cercados por outras terras indígenas, como a dos Rikbaktsa, Cinta-Larga, Nambikwara e Myky. Esses últimos ficaram mais vulneráveis às frentes de expansão capitalista de tomada e incorporação do território-ambiente.

Outro fator que os manteve protegidos foi o contado planejado realizado pelos padres jesuítas Vicente Cañas e Thomaz de Aquino Lisboa em 1974. Esses religiosos tinham, como único objetivo, garantir a posse e a integridade da terra e a

saúde, tomando o cuidado de causar a menor interferência possível, preservando a cultura e as tradições indígenas. Posteriormente, a OPAN assumiu o trabalho, que seguiu a mesma linha dos padres jesuítas.

A partir da década de 1990, entretanto, se instalou, no entorno da terra indígena, na região, o modelo de produção em escala industrial da pecuária e da agricultura industrial (soja, algodão e milho). Esse padrão intensificou o desmatamento, diminuiu a biodiversidade, aumentou a poluição com o lançamento de agrotóxicos e, por consequência da pressão externa, introduziu junto à comunidade indígena novas formas de relações sociais e econômicas, sendo um deles o uso do dinheiro e o consumo baseado no modo capitalista.

Com o intuito de se beneficiar pelo encurtamento da distância e por uma melhor logística de transporte com a finalidade de escoamento da produção do agronegócio, fazendeiros de Sapezal aliciaram os Enawene Nawe em 1998, cortando seu território com uma estrada ilegal que ligaria Sapezal a Juína. Como compensação também ilegal, os Enawene Nawe receberam alimentos, dinheiro e barcos motorizados, que constituíram, então, a primeira frota de barcos motorizados. Por consequência, aumentaram a frequência de seus deslocamentos para as cidades próximas, bem como se ampliou a demanda por materiais de consumo e combustível. Assim, o agronegócio foi o responsável pela entrada do capital na sociedade Enawene Nawe, colocando-os em uma situação de dependência do mercado de consumo, situação com a qual não haviam convivido.

A partir desse fato, os Enawene Nawe começaram a depender cada vez mais de itens do mercado para sua reprodução física e cultural. A demanda contínua e crescente por gasolina (combustível utilizado nos barcos) e o desejo por produtos industrializados aumentou significativamente sua dependência do capital financeiro, alterando significativamente as próprias relações internas na comunidade, bem como da relação que estabeleciam sociedade-natureza.

A instalação dos empreendimentos hidrelétricos no alto Rio Juruena, à montante da terra indígena, intensificou também a pressão sobre os recursos naturais nessa bacia hidrográfica, especialmente sobre a ictiofauna. Surgiu um clima de conflito e de insegurança entre os Enawene Nawe, uma vez que não consomem

carne vermelha, pois sua dieta alimentar é baseada principalmente em peixes retirados dos rios, bem como mandioca e milho de suas roças.

. A preocupação com os impactos ambientais e o risco de redução pesqueira foram os principais argumentos usados pelos Enawene Nawe ao tentarem impedir a instalação do empreendimento. Essa situação configurou-se, pois, na atualidade, para a realização de suas festas e rituais, precisam adquirir peixes oriundos da produção pesqueira externa à T.I.

O PBA do complexo Juruena, que deveria ser usado em programas ambientais, para mitigar e compensar os impactos socioambientais causados pela instalação do empreendimento, foi utilizado para comprar mais motores e barcos, veículos e produtos industrializados. Tal situação aproximou ainda mais os Enawene Nawe da economia de mercado capitalista e intensificou os impactos ambientais na terra indígena.

O agronegócio, caracterizado por um modelo de agricultura capitalista, destinado à exportação e à obtenção de lucros, ao expandir sua fronteira para os limites da terra indígena Enawene Nawe e com a abertura da estrada que ligaria Sapezal a Juína, implicou profundas mudanças socioambientais na relação sociedade-natureza dessa cultura. Foram sentidas alterações significativas no padrão de consumo do grupo, em especial vestimentas, alimentos industrializados e outros produtos.

Assim, o agronegócio foi o responsável pela inserção dos Enawene Nawe na economia de mercado com o modo desenvolvimentista, baseada na racionalidade da acumulação, transformando tudo em recursos a serem explorados e convertendo valores em preço. Menosprezaram-se os saberes e conhecimentos locais acerca do uso da natureza, valores que vão muito além do sentido capitalista e que eram mantidos pela própria comunidade como fundamentais à vida nativa. As práticas desenvolvimentistas do entorno da terra indígena replicam um modelo difundido nas sociedades ocidentais que levam à exaustão dos recursos naturais, caminhando para o agravamento da crise ambiental, seja local, seja em sua contribuição à escala planetária de problemas socioambientais. Tal situação põe em xeque o próprio modelo capitalista de desenvolvimento, não sem antes deixar um legado de

degradação e transmutação das próprias culturas, que agora vivem da escassez produzida pelo processo. No caso dos indígenas, uma insuficiência alimentar no caso do peixe e uma carência construída pela necessidade de consumir, como no caso do combustível, com cada vez mais barcos, além de outros bens.

As alterações socioambientais ocorridas no entorno da terra indígena, pelo uso e ocupação do espaço pelos diferentes modos de produção e a sinergia do conjunto de empreendimentos e atividades instaladas na Bacia do Alto Juruena, produziram condições favoráveis às mudanças ocorridas na sociedade Enawene Nawe. Os impactos causados por essas alterações são sentidos na sua economia, cultura e ambiente.

Funcionando como uma articulação imperialista do capitalismo, o agronegócio inseriu na comunidade a dependência do capital financeiro e abriu caminho para a instalação dos empreendimentos hidrelétricos que os atingiram diretamente na questão da dieta alimentar, costumes, tradições; enfim, na cultura e no modo de vida. O agronegócio facilitou e incentivou o processo de mercantilização quando do aliciamento para a construção da estrada ilegal à qual foram dadas compensações financeiras aos indígenas. Como já dependiam parcialmente do mercado externo, aceitaram mais facilmente a construção das barragens, pensando na continuidade das compensações financeiras, situação que criou um círculo vicioso.

As alterações ocorridas no entorno da terra indígena Enawene Nawe, com a expansão de áreas agrícolas, surgimento de áreas urbanas e a posterior instalação de empreendimentos hidrelétricos, vão muito além dos impactos ambientais. Essas modificações influenciaram no comportamento da sociedade Enawene Nawe e causaram mudanças em sua sustentabilidade ecológica, orientação econômica e em sua cultura.

No entanto, mesmo com o uso e apropriação de bens materiais alheios à sua cultura, como os motores de popa, aparelhos eletrônicos e outros produtos industrializados, eles passaram a se utilizar dessa tecnologia e recursos para criarem novos significados a seus espaços dentro de sua lógica cultural e produtiva local. Situação que, obviamente, não minimiza a problemática socioambiental

construída pelo capitalismo em expansão que cerca seu território-ambiente e, de certa forma, do qual agora fazem parte.

Assim, as novas aquisições são colocadas a serviço de seus rituais, pois os Enawene Nawe estão preocupados em manter seu modo de vida, dentro do seu território tradicional. Há, no entanto, grande preocupação de quais limites eles próprios colocarão para que, enquanto comunidade impactada, possam a estabelecer a continuidade de uma relação harmoniosa sociedade-natureza que possuíam e consigam fazer a preservação cultural e de seu modo de vida em meio à tão rica biodiversidade da terra indígena.

REFERÊNCIAS

- ABONG. Os impactos socioambientais de Belo Monte e a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento. Editorial sobre Belo Monte da Associação Brasileira de ONGs – ABONG, Informes 484. Disponível em: <<http://www.pad.org.br/content/os-impactos-socioambientais-de-belo-monte-e-necessidade-de-um-novo-modelo-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ARRUDA, R. S. V. Resumo do relatório circunstanciado de revisão de limites da Terra Indígena Manoki. *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2002.
- AZEVEDO, M. *Quantos eram? Quantos serão?* Marta Azevedo escreve sobre a recuperação demográfica dos povos indígenas. Disponível em: <<http://www.pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quantos-sao/quantos-eram-quantos-serao>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- BALDISSERI, D. H. As transformações espaciais e os impactos ambientais na Bacia do Rio Uatumã – AM, Brasil. X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 20 a 26 de março de 2005. *Anais...*
- BANDEIRA, J.V. O impacto ambiental de barramentos em bacias hidrográficas sobre a disponibilidade de sedimentos e a estabilidade morfológica em sua foz: o caso da bacia hidrográfica do rio São Francisco. XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. XVI Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, João Pessoa, Nov. 2005. ABRH, 2005. 1 CDROM. *Anais...*
- BAPTISTA, F. M. *Suspensão de liminar nº 246/AL*. Mato Grosso.
- BATISTA, M. F. Revisão dos impactos ambientais gerados na fase de instalação das hidrelétricas: uma análise da sub-bacia do alto Juruena, MT. *Biodiversidade*. v.11, n. 1, 2012.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL: Levantamento de recursos naturais: Folha SD.21 – Cuiabá. Rio de Janeiro, 1982. v. 26. 544 p.
- BUSATTO, I. L. V. *Os Nambikwara da Terra Indígena Tirecatina, Mato Grosso: agricultura, espécies e variedades tradicionais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agricultura Tropical da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, MT, 2003.
- CNEC. Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Juruena Relatório Final. [s.n] 2010. 87p. 1 v.
- COSTA JÚNIOR, Plácido. A pesca na sociedade enawene-nawe. In: *Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na área indígena Enawene-*

Nawe. Relatório técnico apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Cuiabá: OPAN/Gera, 1995.

COSTA, M. P; Silva, S. E. da; BORGES, C. L. Estudo complementar complexo Juruena. Processo FUNAI n°. 08620.0407/2003. Brasília, 2012.

DAL POZ, João. Os Enawene-Nawe e a estrada Sapezal-Juina – MPF (Laudo antropológico – Processo 1998.36.00.005807-4). Juiz de Fora/MG, 2006.

DETOGNI, A. M. *Práticas e perfil em saúde bucal: o caso Enawene-Nawe, MT, no período 1995-2005*. 2007. Dissertação (Mestrado em Odontologia) – Programa de Pós-Graduação em Odontologia. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2007.

DODDE, P. A. M. *Impactos de empreendimentos lineares em terras indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das terras indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó*. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Estratégico) – Programa de Pós-Graduação Administração. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, RJ, 2012.

HARVEY, D. 2005. *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press.

HIGA, Nilton Tassicazu e SILVA, Carolina Joana da. J. *Estudo das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na Área indígena Enawene- Nawe*. Operação Amazônia Nativa e Centro de Estudos e Pesquisas do Pantanal, Amazônia e Cerrado da Universidade Federal de Mato Grosso. Relatório técnico apresentado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Cuiabá, 1995, p. 6-11.

IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. Estudos avançados 10 (26), 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2013.

LISBÔA, Thomaz de Aquino. *Os Enauêne-Nauê: primeiros contatos*. São Paulo: Loyola, 1985.

MAPPA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. Estudo de complementação dos impactos socioambientais e socioculturais dos empreendimentos do Complexo Juruena. Brasília, DF, 2006. Relatório técnico.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 9. ed. Petrópolis, RJ; 1993. p.9-29.

NAHUM, C. Enawene-nawe 'potlatch against the state'. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale* (2012) 20, 4 444–457.

NEVES, I. A. Conflitos institucionais em empreendimentos do setor hidrelétrico: estudo de oito pequenas centrais hidrelétricas/PCHs na bacia hidrográfica do rio Juruena, no Estado de Mato Grosso. Universidade Católica de Brasília: Brasília/DF, 2007.

ONG Repórter Brasil. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2014.

PASSOS, P. H. M. da C. *Mecanismos de sociabilidade Enawene Nawe e o papel da OPAN – Operação Amazônia Nativa na defesa do território*. 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2005.

PIAIA, Ivane Inez. *Geografia de Mato Grosso*. 3. ed. Cuiabá: Edunic, 2003.

ROSS, Jurandy; VASCONCELOS, Tereza Neide Nunes; CASTRO JUNIOR, Prudêncio Rodrigues de. Estrutura e formas de relevo. In: HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaine. (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

RIBEIRO, J. F.; BRIDGEWATER, S.; RATTER, J. A.; SOUZA-SILVA, J. C. Ocupação do Bioma Cerrado e conservação de sua diversidade vegetal. In: SCARIOT, J. C.; SOUZA E SILVA; FELFILI, J. M. (Coord.). *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, Brasil, 2005.

SAKAMOTO, L. (Org.). *Impactos da soja sobre terras indígenas no estado do Mato Grosso*. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2014.

SALIM, L.H. et al. Evolução do assoreamento na Represa da Pampulha, Belo Horizonte, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE SEDIMENTOS, 6, 06- 10 de dez. 2004, Vitória, ES. *Anais...* Vitória: ABRH/UFES, 2004. p. 293-297.

SANTOS G. M. *Da cultura à natureza: um estudo do cosmos e da ecologia Enawene-Nawe*. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, SP, 2006.

SANTOS G. M. *Seara de homens e de deuses: uma etnografia dos modos de subsistência dos Enawene-Nawe*. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

SANTOS G. M. Agricultura e coleta Enawene-Nawe: relações sociais e representações simbólicas. In: OPAN/GERA/UFMT. *Estudos das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na área indígena Enawene-Nawe*. Cuiabá: OPAN/GERA/UFMT; 1995. p. 45-78.

SANTOS, Gilton Mendes; SANTOS, Geraldo Mendes. Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe. *Tellus*, ano 8, n. 14, p. 39-59, Campo Grande, MS. 2008.

SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DE MATO GROSSO DE PLANEJAMENTO. Diagnóstico sócio-econômico e ecológico do Estado do Mato Grosso. Cuiabá, 2002. Relatório técnico.

- SILVA, M. F. Tempo e espaço entre os Enawene-Nawe. *Revista de Antropologia*. v. 41 n.2 São Paulo 1998.
- SILVA, M. F. Relações de gênero entre os Enawene-Nawe. *Tellus*, ano 1, n. 1, p. 41-66, Campo Grande – MS, out. 2001.
- VALEC. Engenharia, Construções e Ferrovias. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- ZORTHÊA, K.S. *Daraiti Ahã*: escrita alfabética entre os Enawene Nawe. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Sociedade. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2006.

APÊNDICE A: Cronologia dos principais acontecimentos na história do povo Enawene Nawe.

- Os Enawene Nawe são habitantes da Amazônia meridional, no noroeste do Estado de Mato Grosso, vivendo nessa região há aproximadamente uma centena de anos. Os Enawene Nawe habitaram antes, por algum tempo, as cabeceiras do rio Aripuanã, ambiente típico de floresta tropical, de onde foram expulsos pelos temidos Cinta-Larga. Uma vez instalados na bacia do rio Juruena, também aí foram atacados, tanto pelos Cinta-Larga como pelos Rikbaktsa, que ocupavam ambas as margens desse rio. Tantos foram os ataques sofridos, que durante certo período os Enawene Nawe passaram a viver, como estratégia de sobrevivência, dispersos em pequenos acampamentos (Santos, 2006).
- Deslocando-se continuamente em direção ao sul, por volta dos anos 1950 os Enawene Nawe chegaram às margens do rio Iquê, tendo daí expulsado os Nambikwara. Anos depois também foram vitimados por seus históricos inimigos, sendo obrigados a continuar fugindo. Na década seguinte, os Enawene Nawe se depararam com as frentes telegráficas, e delas também recuaram, decidindo habitar nas proximidades do rio Primavera, um pequeno afluente da margem direita do rio Camararé, em pleno território nambikwara (Santos,2006).
- Os padres jesuítas Vicente Cañas e Thomaz de Aquino Lisboa, havia tempo, buscavam a aproximação com esse povo. Os *Enawene Nawe* percorriam uma área que de certa forma era protegida por outros povos indígenas da região, principalmente os Rikbaktsa, Cinta-Larga, Nambikwara e Myky. Estes sim, mais vulneráveis às frentes de expansão colonialistas.
- 1972 – Os jesuítas, juntamente com Roberto Nambikwara, Tapema e Ogudubá (Rikbaktsa) fizeram suas primeiras visitas próximas ao território dos então isolados Enawene Nawe, para a ambiciosa missão de contato.
- 1973 – Missão Anchieta juntamente com a OPAN decide que era importante contatar os Enawene Nawe. O contato foi planejado e com os únicos objetivos de se garantir a posse e a integridade da terra e a saúde.

- 1974 – Foi no dia 28 de julho de 1974 que ocorreu o contato oficialmente registrado com os *Enawene Nawe*, cuja existência era conhecida desde 1962. Realizado através da Missão Anchieta, pelo padre Thomaz de Aquino Lisboa e Ir. Vicente Cañas. Trabalho de imunização e reconhecimento do território. Distribuição de ferramentas e materiais de pesca.
- Ao contrário de representantes das velhas missões católicas que desde o séc. XVI já andavam por estas terras, Ir. Vicente e Thomaz Aquino Lisboa representavam, a partir de 1970, uma corrente que se opusera aos moldes da missão Anchieta, instalada no Mato Grosso desde 1930. Aos poucos, Irmão Vicente (meio que um “anarquista” dentro de estrutura religiosa rígida) e pessoas da OPAN foram criando uma relação de troca e convivência com este povo. A idéia era tentar evitar massacres ou a dizimação pelas frentes de expansão ou por epidemias, como era comum ainda nesta época.
- No início, em 1974 e 1975, Vicente Cañas e outros companheiros da Opan, tinham como prática, fazer visitas esporádicas aos Enawene Nawe.
- 1977 - Vicente Cañas ou Kiwxi, como era conhecido, se estabeleceu entre os Enawene Nawe.
- 1978 - começaram a morar algumas pessoas lá, como a Teri, a Wanda, além de Vicente (Kiwxi).
- 1984 - os Enawene mataram dois topógrafos que faziam medições em suas terras.
- 1986 - os Enawene Nawe atacaram uma família de colonos que entrou no seu território, a mando de um patrão, para abrir caminho naquela terra cobiçada.
- 1987 - Ir. Vicente foi torturado e assassinado a mando de fazendeiros da região quando tentava acelerar o passo para a demarcação da T.I. Enawene Nawe.
- Com o assassinato do Ir. Vicente Cañas, a Opan teve que se esforçar para que a FUNAI não assumisse o trabalho com os Enawene Nawe, pois se assim fosse a demarcação não seria concluída com a rapidez que se fazia

necessária. Além disso, ainda havia (e ainda há em muitos lugares) o uso comum de práticas assistencialistas na FUNAI.

- Sua morte, no entanto, fez com que o governo desse início ao processo demarcatório. A Opan organizou um projeto indigenista para garantir a demarcação e dar continuidade ao trabalho de saúde. A prioridade continuaria sendo terra e saúde.
- Em 1987, a Opan consegue financiamento e apoio para um conjunto de ações junto aos Enawene Nawe. Monta-se uma equipe de três indigenistas que fazem de uma velha casa de madeira, na cidade de Brasnorte, a sede de sua equipe. De fato, mesmo antes da morte de Vicente Cañas (Kiwxi), membros da Opan já colaboravam nos trabalhos junto aos Enawene Nawe. No entanto, foi a partir deste ano que a Opan passa de coadjuvante para uma das principais parceiras deste povo.
- 1993 - Realização de estudos sobre o manejo de recursos naturais na área indígena. Projeto financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, seu principal objetivo era conhecer e sistematizar as atividades desenvolvidas pelo grupo e subsidiar as ações da equipe indigenista.
- A partir de 1995 a Opan inicia um programa de alfabetização na língua nativa. O desejo de aprender a escrita sempre fora explícito entre muito Enawene Nawe.
- 1996 – A Terra Indígena Enawene Nawe se encontra demarcada e homologada.
- No período de 1997 a 2001 a Opan acompanha os Enawene Nawe em diversas viagens de fiscalização no entorno da Terra indígena, que apesar de demarcada e homologada, continua vulnerável a invasões e explorações clandestinas. Sendo constatadas diversas invasões de garimpeiros e madeireiros na região de Juína e ameaças de expansão de lavouras na região de Sapezal.
- 1998 - Proprietários de terras na região de Sapezal aliciam os Enawene Nawe e começam a construir uma estrada clandestina que chegaria a Juína, cortando pela metade a Terra Indígena Enawene Nawe. As propostas vieram acompanhadas de muitos presentes: chinelos, roupas,

material para a lavoura, linha de algodão entre outras coisas. Alguns começaram a visitar com mais freqüência o município de Sapezal e de lá voltavam para a aldeia abarrotados de mercadorias e, vez ou outra, com um barco de alumínio e um motor de popa. Comentam que num dos supermercados da cidade de Sapezal as mercadorias estavam à disposição deles: era só recolher tudo o que desejassem. Naquele período os *Enawene Nawe* experimentaram comidas da cidade e começaram a trabalhar nas fazendas vizinhas. Não apreciaram muito. Foi também o início da inserção dos motores de popa na vida social, desejo que se expandiu entre eles rapidamente. As demandas na área de saúde se tornariam cada vez mais intensas. Para lidar com esta situação, a Opan começou a desenvolver um trabalho de capacitação em saúde para os Enawene Nawe. Os Enawene Nawe começam a relatar a falta de peixes.

- 1999 – Os Enawene Nawe trocam as tradicionais canoas de madeira por voadeiras de alumínio, movidas a motores de popa. Começam a surgir outras demandas, como gasolina, manutenção de motores, carro e estrada. É dado início ao programa de aposentadoria dos idosos da aldeia.
- A partir do ano de 1999 os *Enawene Nawe* iniciaram um processo de retorno à região do *Adowina* ou rio Preto (situada no nordeste da área) ficou de fora da demarcação oficial.
- 2001 – Os Enawene Nawe participam pela primeira vez dos jogos dos povos indígenas, realizado em Campo Grande - MS
- 2002 - O Complexo Juruena (Complexo Hidrelétrico composto por onze empreendimentos que se distribuem em 110 km do rio Juruena, numa região ocupada por extensas monoculturas de soja que se intercalam ao conjunto de terras indígenas localizadas na porção centro-norte de Mato Grosso) foi concebido a partir do estudo de inventário hidrelétrico realizado no Alto Juruena pela empresa Maggi Energia.
- 2002–Realização de diagnósticos ambientais prévios e simplificados (TD Engenharia) entregues a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente-MT) hoje SEMA/MT (Secretaria do Meio Ambiente MT) com parecer positivo da FEMA/MT para LP das PCHs Telegráfica, Rondon, Parecis, Sapezal e Cidezal (Linear Participações, atual Juruena Participações Ltda)

e as PCHs Ilha Comprida e Segredo (responsabilidade da Maggi Energia S.A) *Com exceção da PCH Jesuíta (que terá um reservatório com 8,38 km²) e dos dois AHEs (Cachoeirão e Juruena).

- 2003 - FUNAI fica a par do processo e exige realização de Diagnóstico Antropológico do Complexo Juruena.
- 2003 - Os Enawene Nawe receberam a primeira visita dos consultores contratados para realizar os estudos do Complexo Juruena. O primeiro encontro foi tenso. Os consultores, acompanhados de funcionários da FUNAI, chegaram à aldeia no período em que os Enawene Nawe retornam das barragens de pesca. Este é um momento tenso.
- 2005 – A FUNAI passa a atuar diretamente junto aos Enawene Nawe, contratando um profissional conhecedor da língua para trabalhar na aldeia. A partir deste momento a Opan deixa de ser a única intermediadora dos Enawene Nawe.
- 2005 – FUNAI emiti TR para realização do EIA PCH Jesuíta e concede anuência para 5 PCHs: Telegráfica, Rondon, Parecis, Sapezal e Cidezal (condicionadas a realização de estudos complementares do Diagnóstico Antropológico do Complexo Juruena)
- 2006 - Com as Li das 8 PCHs vencidas em 2006, o Ministério Público Federal do Mato Grosso exige a elaboração da AAI (Avaliação Ambiental Integrada) como condição para renovação;
- 2007 – Estudos Complementares do Diagnóstico Antropológico concluídos, SEMA/MT renova a LI de 8 PCHs (PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Parecis, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa- entre municípios de Sapezal e Campos de Júlio);
- 2007 – Obras iniciadas em maio. FUNAI emiti parecer positivo ao licenciamento desde que cumpridas as medidas compensatórias e mitigatórias aprovadas no parecer.
- 2007 – (Dezembro) lideranças Enawene Nawe fecham a estrada de acesso para 2 PCHs. MPF/MT, FUNAI e lideranças acordam a necessidade de nova análise dos estudos complementares do Diagnóstico Antropológico e da AAI do Complexo Juruena;

- A partir de 2008 a história ganha uma nova dimensão quando, durante uma reunião com a Empresa de Pesquisas Energéticas - interessada em realizar o Estudo de Inventário da Bacia do rio Juruena – os Enawene Nawe são informados de que o governo federal planejava a implantação outras hidrelétricas na bacia do rio Juruena.
- 2008 – FUNAI pede estudos para nova análise e parecer.
- 2008 (outubro) A SEMA/MT, sem parecer da FUNAI, emitiu LI para PCH Jesuíta e LP para UHE Cachoeirão. Estes foram emitidos sem a realização de estudos Etnoecológicos.
- 2008 (outubro) Lideranças Enawene Nawe invadem e ateiam fogo em escritório e alojamentos do canteiro de obras da PCH Telegráfica em Sapezal/MT.
- 2009 (março) Empreendedores, FUNAI, Povo Nambikwara, Menkü, Paresi, Enawene Nawe e Rikbaktsa assinam PBA para compensação ambiental de 8 PCHs (PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Parecis, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa). O acordo prevê 1 milhão e meio de reais para a TI Enawene Nawe; 1 milhão para TI Menky, 500 mil para TI Tirecatinga Povo Nambikwara, 1 milhão para TI Nambikwara e Pirineus de Souza; 1 milhão para as TIs Paresi (Paresi, Juininha, Uirapuru, Utiariti) e 1 milhão para as TIs do Povo Rikbaktsa (Rikbaktsa, Japuirá, Escondido);
- 2009 e 2010 – FUNAI demanda ao consórcio Juruena Participações a compra de peixes para realização do ritual Yaõkwa do Povo Enawene Nawe, que alega escassez do recurso devido à construção das PCHs;
- 2010 (junho) Lideranças Enawene Nawe exigem compensação permanente para aos impactos na ictiofauna. Alegam dois anos sem peixe devido à construção dos empreendimentos no Rio Juruena.
- 2010 (julho) - reunião FUNAI-BSB: Diretoria, lideranças Enawene Nawe, OPAN (Org. não governamental que trabalha com o Povo Enawene Nawe) e empreendedor.
- Definem execução de Programa emergencial (agosto 2010 a fevereiro 2011) à ser detalhado em agosto 2010; Definem possibilidade de Programa Permanente com previsão de início em março 2011, conforme

resultado de estudos complementares. FUNAI solicita suspensão de licenças emitidas pela SEMA/MT para outros empreendimentos no Juruena até que o estudo complementar das 8 PCHs seja finalizado.

- 2010 (agosto) – Publicação do Edital CGGAM FUNAI/UNESCO de seleção da equipe para estudo complementar do complexo Juruena.
- 2011 – Os Enawene Nawe recebem na aldeia os consultores que irão realizar os estudos socioambientais para instalação da ferrovia de integração Centro-Oeste.
- 2012 – Os Enawene Nawe se desentendem com a Opan por causa do projeto “Berço das águas”, financiado pela Petrobrás. Os Enawene Nawe alegam não terem sido esclarecidos sobre o orçamento do projeto e pegam para si uma camionete Hillux comprada para dar apoio aos técnicos que irão trabalhar no projeto. Os Enawene Nawe manifestam não ter interesse em manter a parceria com a Opan, que fecha então o projeto Enawene Nawe, passando a não atuar mais junto a esse povo.
- 2013 – Pela primeira vez os Enawene Nawe deixam de construir as tradicionais barragens de pesca para o ritual Yãkwa. Ao invés disso realizam um acampamento próximo à cidade de Juína para aguardarem a chegada dos peixes comprados de piscicultores da região com recursos da compensação financeira das pch’s do complexo Juruena. Apenas um pequeno grupo constrói uma barragem de pesca em um afluente do Rio Juruena.

APÊNDICE B: Glossário da língua Enawene Nawe.

- Ahakahare – Ladrão
- Ahete – Urucum
- Ahiro – Avó
- Aiadê – Cheiroso
- Aiaka – Futuro distante
- Aikiule – Dente
- Akakawetene – Saudade
- Akosetin – Vagina
- Akote – Muito
- Akotene – Bater
- Akoteri – Gordo, Grosso
- Akuhã – Toma Banho
- Akuia – Relação Sexual
- Akulatá – Levar, Trazer
- Akutahã – Defecar
- Alikiahã – Peidar
- Alukahã – Urinar
- Amayu – Batata doce
- Anetenene – Desejar, querer
- Aõere – Chefe, Cacique
- Assemenê – Entender, Sentir, Escutar
- Ataira – Madeira, Árvore
- Atawtase – Faca, facão
- Atore – Avô
- Atunahã – Andar, seguir
- Awalo – Bonita
- Awari – Bonito
- Awe – Bom
- Awetene – Concertar
- Awini – Futuro próximo

- Awitaloti – Moça, Adolescente
- Awitariti – Menino, Adolescente
- Awõla – Leve
- Baikioxi – Baixo
- Batohã – Quebrar
- Darayti – Escrita
- Datawa – Amanhã
- Dawaiti – Machado
- Deta – Ir embora
- Detê – Fedido
- Dinhoa – Criança
- Dixo – Vocês
- Edowa – Cair
- Ehekoko – Certo
- Ena – Homem
- Enahari – Esperto, Inteligente
- Enahi – Osso
- Enano – Linha, Corda
- Eno – Céu
- Erakoxi – Perto
- Eranetõ – Esposa
- Erani – Marido
- Ere – Ele
- Erikaiti – Fogo
- Eroze – Olho
- Eserá – Beber
- Esewari – Cabelo
- Esse – Semente
- Essekuia – Longe
- Essewehi – Sal
- Etata – Pele, Couro, Casca
- Etoli – Troca, Comércio

- Hahare – Pai
- Haiahã – Venha
- Haitá – já
- Haititá – Um, sozinho
- Hakolo – Casa, Habitação
- Halakota – Onde está? cadê?
- Hane – Hoje
- Hanini – Comida
- Hatalota – Outro
- Hekoari – Repor, Ressarcir
- Hetalaiti – Roça
- Hinkiase – Acordar
- Hinkiwa – Nascer, Brotar
- Hixo – Você
- Hõkwa – Rede de dormir
- Holidema – Por isso
- Hõlikiwa – Dançar
- Holoti – Vento
- Hotaikiti – Cidade, Aldeia
- Hotaka – Peder
- Hotoxi – Rato
- Huanã – Para você
- Huirá – Azul, Verde
- Iaiarê - Vergonha
- Iakene – Atirar, Flechar
- Idiolé – Óleo, Gordura
- Ihakatá – Comer
- Ikehi – Magro, fino
- Ikixi – Pé
- Ikixitini – Calçado
- Inerahã – Canto
- Inõti – Não índio

- Iōla – Invocado, descontente
- lotá – Sim
- Iri – Fruto
- Ixa – Canoa, Barco
- Ixiki – Fezes
- Ixini – Onça
- Ixiwiri – Cabeça
- Kaiala – Cola, grudento
- Kahaka – Ontem
- Kalo – Arara Vermelha
- Kamatera – Metal
- Kame – Sol
- Kari – Também
- Kariwa – Talvez
- Kaseeta – Vivo
- Kasewi – Cheio
- Katala – Azedo
- Kawe – Dor
- Kaxaniro – Grávida
- Kay – Lua
- Kera – Queimar
- Kete – Mandioca
- Kinhatá – Forte
- Kiwini – Perigoso
- Kixixi – Pouco
- Kodekitiwa – Tempo passado, Antigamente
- Koeraiti – Sorrir
- Kohase – Peixe
- Kolakalare – Velho
- Koloalo – Sapo
- Konete – Saia
- Konohi – Algodão

- Koreton – Milho
- Kuitala – Pássaro
- Kya – Preto
- Madokwene - Errar
- Maha – Mel
- Maherene - Esquecer
- Mahia – Não
- Mahonkwaniri – Feio
- Makalo – Arara amarela
- Makwa – Primeira menstruação
- Mamalo – mãe
- Marikiware – Feliz, contente
- Massê – Mole
- Masserá – Mentira
- Menakalo – Virgem
- Menakatiare – Bobo, Tolo
- Metá - Difícil
- Mikia – Escuro
- Muia – Vamos
- Nato – Eu
- Nawe – Todos
- Netaí – Filho
- Noñni – Para mim
- Noatore – Cunhado
- Nowaka – Aqui
- Noxewetõ – Neta
- Noxiwete – Neto
- Ohiro – Mulher
- Oiwa – Doce
- Okorese – Espingarda
- Okoriokõ – Arco e flecha
- Olohõ – Urubu

- Olotawa – Papagaio
- Onehi – Barro, Argila
- Oni – Água
- Otokwene – Segurar
- Oxikia – Amarelo
- Sairi – Pedra
- Takwanã – Chuva
- Takwata – Chegar
- Talasetin – Pênis
- Tana – Folha
- Tenkwa – Dormir
- Tewena – Pesado
- Tiena – Chorar
- Tinrra – Frio
- Tiolaiti – Sangue
- Tiya – Triste
- Toene – Fazer
- Tolilori – Abelha (*Apis melífera*)
- Totehi – Terra, Território
- Toto – Leite, Seio
- Uahakase – Comprido, Alto
- Waini – Morrer
- Waiti – Barragem
- Walataiti – Fala, Idioma
- Watá – Quente
- Wayate – Dono
- Wixo – Nós
- Xima - Fumaça
- Xinakahã – Conversar
- Xixi – Beiju
- Xokowaoko – Macaco
- Yakaré – Jacaré

- Yatakwa – Rápido
- Yayalo – Irmã mais velha
- Yayare – Irmão mais velho
- Yoalo – Irmã mais nova
- Yoare – Irmão mais novo
- Yoda – Vermelho
- Yoma – Branco

ANEXO A: Atividades desenvolvidas com os Enawene Nawe pela OPAN, no ano de 2001.

APÊNDICE I do Acordo datado dia 28 de março de 2001 entre OPAN e NORAD

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO

A Operação Amazônia Nativa (OPAN) é uma entidade indigenista, fundada em 1969, que desenvolve projetos de trabalho junto a comunidades indígenas, na região Centro-Oeste e Norte do Brasil. Os membros da OPAN são técnicos de diversas profissões, que atuam nos campos de saúde, educação, economia, defesa da terra e organização indígena, e estão distribuídos em equipes locais para executar projetos de trabalho junto às comunidades indígenas.

Conforme descrito na Programa trienal: 2001 - 2003 o Projeto Enawenê Nawê da OPAN dará continuidade às suas atividades na área de terra, economia, educação e saúde. O Projeto está apoiado por as seguintes agências financiadoras: NORAD, MISEREOR e IWGIA.

Além de manter as atividades já em andamento, OPAN incluiu neste projeto a participação direta de um membro da Coordenação Executiva da entidade, tendo em vista assegurar o suporte necessário à equipe indigenista do Projeto, que do segundo semestre de 2000 até o final do primeiro semestre de 2001 terá sofrido uma substituição de 75% dos seus quadros.

Objetivos gerais do Projeto

Garantir que seja assegurado um espaço de interlocução entre os enawenê nawê e a sociedade envolvente, tendo em vista a manutenção da integridade cultural indígena em todos os níveis, disponibilizando para a população enawenê nawê uma equipe de indigenistas que os ajude em suas negociações com a sociedade envolvente e acompanhe internamente os reflexos desses contatos nos diversos campos de atuação da equipe da OPAN (terra, economia, educação e saúde).

I. O PROGRAMA DE ECONOMIA

Objetivos para o triênio no campo da Economia

Os objetivos para o triênio no campo econômico serão de manter suficiente a produção de alimentos, da dieta tradicional enawenê nawê e introduzir novas técnicas de produção tais como o cultivo apícola e a criação de aves (galinha caipira), tendo presente um aumento populacional de aproximadamente 4% ao ano. Ao mesmo tempo se incentivará formas sustentáveis de geração de renda (produção e comercialização de artesanato), para aquisição de bens industrializados e serviços externos atualmente necessários, como passagens, telefonemas e hospedagens.

Dada a riqueza e o potencial do meio ambiente, pretende-se realizar durante o triênio estudos e pesquisas que contribuam para a identificação de novas alternativas econômicas; a realização de pesquisas de sementes florestais e essências nativas, o mapeamento do potencial

ik

B

pesqueiro da Terra Indígena Enawenê Nawê e o estudo de sistemas agro-florestais adequados à região.

Visando maior autonomia, melhor desempenho na utilização de novos equipamentos e racionalização de custos para manutenção, serão oferecidos cursos de mecânica (motores e veículos) que garantam o controle técnico aos enawenê nawê sobre os novos equipamentos por eles já utilizados.

Resultados esperados

Ver assegurada a auto-suficiência na dieta tradicional enawenê nawê contribuindo com a comunidade indígena na manutenção dos recursos naturais existentes em seu território, no incentivo ao plantio das roças tradicionais e na exploração de recursos econômicos alternativos existentes na área;

Implantação de atividades econômicas que requerem novas tecnologias (criação de galinhas e apicultura) para complementar a renda e principalmente os recursos alimentares da comunidade;

Abertura de novos mercados para o artesanato indígena com a divulgação dos produtos artesanais através de um catálogo ilustrado a ser elaborado já no início do triênio;

Produção de relatórios de estudos e pesquisas sobre o potencial econômico existente no território Enawenê nawê, nas áreas de pesca, recursos florestais e essências nativas e dos possíveis sistemas agro-florestais utilizáveis;

Formação e treinamento de dois motoristas com noções de mecânica de motores de popa e veículos para as atividades de fiscalização e vigilância do território indígena.

Metas de curto prazo (2001):

1. Manejo Apícola

A princípio serão instaladas mais caixas de *Apis Melifera* e em seguida caixas de abelhas nativas. Paralelamente será feito o devido contato para o escoamento da produção, assim que esta tiver alcançado consistência. Na medida em que os enawenê nawê forem se apropriando da técnica de criação de abelhas e o trabalho progredir, será aumentado a quantidade de equipamentos. O Manejo Apícola será desenvolvido ao longo de todo o triênio (2001/2003).

Atividades para 2001:

- a) realização de dois cursos para 10 alunos cada, sobre manejo e produção de mel;
- b) instalação de 30 caixas de *Apis Melifera*;
- c) instalação de 50 caixas de abelhas nativas.

2. Elaboração de um catálogo ilustrado do artesanato enawenê nawê

Durante o ano de 2001, o projeto elaborará um catálogo ilustrado de todo o artesanato que os enawenê nawê comercializam. Neste catálogo serão detalhados a função dos objetos, as categorias de gênero o contexto ritual e o material utilizado na sua confecção, facilitando a divulgação do produto e sua comercialização.

ih

B

3. Incentivo à criação de aves (galinhas caipiras)

Por ser uma reivindicação dos enawenê nawê, será uma meta ainda para este ano, o apoio à aquisição do material necessário (telas, arame e aves...) para a implantação de galinheiros (pertencentes aos grupos familiares) como uma forma de complementar a alimentação dos enawenê nawê nas épocas de escassez de peixe.

Atividade: Um curso, com duração de uma semana, voltado à iniciação dos índios interessados na criação de aves, terá como prática a implantação de 10 galinheiros com 20 matrizes cada que será ministrado por um Engenheiro Agrônomo na própria comunidade indígena no segundo semestre de 2001.

4. Apoio à aposentadoria

A equipe do Projeto Enawenê Nawê estará disponível para dar qualquer orientação necessária para que os enawenê nawê administrem cada vez melhor os recursos recebidos por os aposentados (em 2001 são 28 pessoas).

5. Reuniões

Juntamente com a FUNAI, a coordenação da OPAN e assessores, pretendem aprofundar a reflexão sobre as atuais demandas enawenê nawê, sobretudo as relacionadas à racionalização do gasto de gasolina e que poderá implicar na construção de uma estrada particular para o transporte de veículos até a aldeia.

Atividades:

Duas reuniões entre as partes envolvidas durante o ano de 2001, com datas a serem definidas no decorrer do ano, garantindo-se ampla participação da comunidade.

Resumo das atividades programadas para o Programa da Economia 2001

Atividade	Responsável	Apoio	Data
Manejo Apícola	Fabício	Adu e Ajuri	maio a dezembro
Elaboração do Catálogo ilustrado	Fabício	Monika Grossman	julho
Apoio à infra-estrutura da Opan	Fabício	Equipe	mensal
Apoio à aposentadoria	Fabício	Funai	mensal
Incentivo à criação de aves	Fabício	Ivar Busatto	Setembro, outubro
Apoio à infra-estrutura enawenê nawê	Fabício	Equipe	mensal

ih

13

II. O PROGRAMA DE DEFESA DO TERRITÓRIO

Objetivos para o triênio no campo de Defesa do Território

- a) Execução de viagens regulares de fiscalização no entorno e no interior da área.
- b) Desintrusão e retirada dos ocupantes do território indígena.
- c) A médio prazo (a partir de 2002) os enawenê nawê devem estar em condições de assumir o trabalho de fiscalização no que se refere à sua parte prática. O papel da equipe da OPAN será de orientar os enawenê nawê na organização de suas viagens e ajudando seus representantes na relação com o estado (Funai, Ibama, DNPM e Fema) nos momentos em que isso se faz necessário e sempre que os enawenê nawê solicitarem o apoio da OPAN. Para tanto o Projeto enawenê nawê, nos anos de 2002 e 2003 deverá fornecer o apoio logístico para a manutenção das ações executadas pelos enawenê nawê.

Resultados Esperados

A proposta para o ano de 2001 é possibilitar aos enawenê nawê condições técnicas e logísticas para que, num médio espaço de tempo, eles possam assumir totalmente o programa de fiscalização de seu território e que a OPAN seja uma "ponte", uma referência na atividade de fiscalização, presente nos momentos mais difíceis ou de conflito iminente, nas questões onde se fizer necessário a representação da OPAN aos órgãos federais como Ibama, Funai e governos estaduais e federais. Durante o ano de 2001, a OPAN, acompanharia ainda as viagens de fiscalização, nos moldes como vem fazendo nos últimos anos, porém com o intuito de capacita-los a fazerem sozinhos em médio prazo. Ainda neste ano de 2001, a OPAN deverá acompanhar diretamente a investigação da Funai sobre a porção do território a ser reconquistada (Rio Preto). Sendo esta área hoje, ocupada por fazendas, será de fundamental importância a presença da OPAN. Muito provavelmente, o processo de reocupação não será tranquilo.

Metas para o ano 2001

- a) Viagens dentro do território e no entorno e a realização de duas vistorias em todo o perímetro da área atual
- b) Viabilização das desintrusões, indenizações e retirada dos ocupantes da Roda d'água, além do trabalho pedagógico, no qual foi discutido aspectos de geografia e economia. No entanto, após esses anos de trabalho voltado para a questão da terra, os enawenê nawê podem estar próximos de um patamar no qual o trabalho de fiscalização propriamente dita possa estar sendo assumido por eles exclusivamente.
- c) Garantir ações junto aos órgãos públicos responsáveis para a total desintrusão da área.
- d) Acompanhamento dos enawenê nawê no processo de estudo e delimitação das áreas do Jenipapo e Rio Preto.

Resumo das atividades programadas para o Programa de Defesa do Território 2001

Atividade	Responsável	Apoio	Data
Viagens de Fiscalização no território e seu entorno	Ajuri e coordenação da Opan	Pedro H. Passos	bimestral
Acompanhamento ao G.T. da Funai para o Rio Preto	Coordenação da Opan	Márcio F. da Silva	a partir de setembro
Formação e acompanhamento aos motoristas enawenê nawê	Ajuri e Ubirai		a partir de junho
Discussões de Geografia	Ajuri	Ubirai	mensal
Apoio à infra-estrutura enawenê nawê	Ajuri	Equipe	mensal
Apoio à infra-estrutura da Opan	Ajuri	Equipe	mensal

III. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO

Metodologia:

O programa de educação do Projeto Enawênê Nawê têm como pressuposto metodológico básico, os enawênê nawê como sujeitos do processo de aprendizagem, isto significa que o trabalho é executado com os enawn nawê interessados, ainda que a pessoa responsável por este programa esteja à disposição de todos indistintamente. O que define os lugares, horários, grupos, temas, materiais, e toda estrutura educacional, é o contexto e a dinâmica social própria dos enawênê nawê (por exemplo - a própria grafia definida para a alfabetização foi construída conjuntamente com eles.

É importante assinalar, que ainda que sejam os homens o contingente maior de interessados, as crianças e mulheres não estão excluídas do processo, participam a seu modo. O que ocorre é que, sendo a metodologia adotada parte integrante dos critérios e modos da organização social enawênê nawê, a "informalidade" (ou pelo menos aquilo que para os não índios é entendido como informal) é predominante na condução do processo. Deste modo está claro para o programa que vêm sendo executado, que até o momento a Escola não é a demanda dos enawênê nawê, e assim sendo práticas escolares tais quais a instituição de horários, lugares, definição de faixas etárias, avaliações, índices de aprovação, reprovação e presença **não fazem parte do universo educacional enawênê nawê, e nem tampouco o trabalho tem a intenção de representar um processo pré-escolar ou páraescolar.**

Por fim, através desse método (informal - adequado ao contexto específico enawênê nawê) somam uma média de vinte homens com domínio da escrita, além de outros com interesses em outras áreas como o português, matemática e ou política. Considerando que a população enawênê nawê gira em torno de trezentas pessoas, esse índice deve manter-se

lh

B

estável ainda por um largo espaço de tempo, não sendo prudente fazer projeções quantitativas sobre este grupo já formado de *daraitare nawe* ([pessoas que sabem a escrita]).

É fundamental esclarecer que considerando a organização social enawenê nawê em termos de suas especialidades (herbalistas, pajés, músicos, rezadores etc) nenhum dos homens que praticam essas especialidades citadas solicitaram esse aprendizado. Comparando quantitativamente, estes grupos de especialistas, o índice de especialistas da escrita é numericamente maior.

Concluindo, nossa conduta deve estar antes de tudo atenta aos usos e modos como os enawenê nawê têm praticado seus novos conhecimentos / nova especialidade, levando-se em conta a valorização dos processos próprios de aprendizagem, produção e criação de conhecimentos.

Objetivos para o triênio na área de Educação

- a) manter a continuidade das atividades de alfabetização, português e matemática pautados pelas ciências sociais.
- b) aprimorar as esferas de relação entre educação e as áreas de saúde terra e economia. Nos três campos a intenção básica é estimular as reflexões sobre os problemas e contextos específicos de cada uma destas instâncias de atuação.
- c) trabalhar de forma sistemática com vídeos.
- d) recuperar o estudo lingüístico e documentação da língua enawenê nawê.
- e) garantir a participação direta dos enawenê nawê em todos os níveis e eventos que os envolva diretamente, instâncias de decisões que sejam referentes a eles, ou ao Projeto Enawne Nawe, através do constante fluxo de comunicação e informação dos termos pelos quais os planejamentos de trabalho e encaminhamentos se dão.

Resultados esperados ao final do triênio:

- f) Os enawenê nawê deverão sentir-se mais seguros para a comunicação em português - sobretudo oral. (metodologias de conversação, "psicodrama" e traduções).
- g) Deverão ter relativa autonomia nos processos que envolvem a defesa de seu território (português e código de transito / formação de motoristas, continuidade dos diálogos sobre leis, constituição, direitos, etc.).
- h) Compreensão sobre o processo de demarcação da área do Rio Preto bem como a participação efetiva durante todo o processo (através do acompanhamento sistemático e pedagógico - constante fluxo de informações dos modos como opera nossa sociedade para estes procedimentos).
- i) Larga autonomia para lidar com as tarefas relacionadas à manutenção e organização da casa dos enawenê nawê em Brasnorte (acompanhamento próximo e esclarecimentos quanto a impostos, bancos e operações burocráticas).

o/
lk

B

Resumo das atividades programadas para o Programa de Educação para 2001:

Atividade	Responsável	Apoio	Data
Alfabetização	Ubirai	Andréa Jakubaszko	mensal
Ensino da Língua Portuguesa	Ubirai		mensal
Incentivo à produção de texto e leituras	Ubirai		a partir de junho
Aprofundamento Lingüístico	Ubirai		mensal
Acompanhamento à formação dos motoristas	Ubirai	Fabrcio	a partir de junho
Diálogos sobre leis, códigos, política etc.			mensal
Incentivo ao uso do vídeo	Ubirai	Equipe	a partir de julho
Viagem de Intercâmbio aos Cinta-Larga	Ubirai e Fabrcio	João Dal Poz	maio
Apoio à infra-estrutura Enawenê nawê	Ubirai	Equipe	mensal
Apoio à infra-estrutura da Opan	Ubirai	Equipe	mensal

IV. O PROGRAMA DE SAÚDE

Metodologia:

Basicamente a metodologia do programa de saúde está vinculada aos princípios do programa de educação; por exemplo em relação às atividades pedagógicas, a dinâmica do trabalho, é definida em conjunto com os enawenê nawê, estando pautado por aqueles que se interessam pelo aprendizado. Para tanto são levados em conta, para a transmissão dos nossos saberes, as categorias nativas que operam na relação saúde/doença/ cura/enfermidade.

Este processo ocorre paralelamente e conjuntamente com o aprendizado da língua portuguesa e da matemática. Vale destacar que a transmissão destes conhecimentos de saúde ocorrem através da prática da própria execução do trabalho: ministrar remédios, dosagens, diagnóstico etc.

As metodologias relacionadas com as atividades de educação para saúde com os enawenê nawê são intimamente relacionadas aos contextos conceituais e lingüísticos específicos. Essas vem através de uma metodologia adotada que considera conjuntos distintos/específicos de sintomas (como dizem os enawenê nawê por exemplo, sintoma *makali* que pode ser traduzido por 'grupo de sintomas'). Assim, trabalhando com grupos de sintomas e eventos, como partes do sistema social descrito pelos enawenê nawê, apresenta-se

ih

o fundamento básico de identificação para o diagnóstico ('nomear o respectivo grupo de sintomas') e o respectivo tratamento. Esta concepção metodológica está associada ao campo conceitual que faz a leitura da doença através da sintomatologia, e parece que se encaixa com um conceito muito forte na linguagem dos enawenê nawê, *awiti* (caminhos, trilhas, direções) tal concepção não exclui outros possíveis.

A responsável pelo programa de saúde é também a responsável por este processo de aprendizagem que vale ressaltar, é **extremamente recente** no contexto enawenê nawê. Por fim também é preciso lembrar que na medida em que compreende-se melhor o complexo sistema de saúde/doença enawenê nawê, pode-se definir outras possíveis estratégias de atuação. Para tanto a OPAN não pode estar vulnerável aos sistemas e modelos de saúde exógenos (Conselho Distrital, Funasa, Dsei) que poderiam ser eventualmente **impostos** ao trabalho em curso.

Objetivos para o triênio na área de saúde :

- a) garantir a imunização na população enawenê nawê.
- b) continuidade do monitoramento e combate à malária
- c) Garantir o tratamento emergencial e primário na própria aldeia. (O atendimento continua sendo uma atividade quase exclusivamente domiciliar, refletindo o jeito próprio de atendimento dos enawenê nawê. Essa forma de atendimento permite um relacionamento diferenciada com o cliente, a família e o ambiente doméstico).
- d) Conhecer e incentivar os métodos tradicionais de prevenção e cura, para estabelecer o diálogo com outras formas de tratamento e prevenção.
- e) Apoio à infra-estrutura dos enawenê nawê em Brasnorte.
- f) Acompanhamento dos doentes na cidade.
- g) Acompanhamento às visitas médicas.
- h) Sistematização dos registros de saúde (Banco de Dados). Mesmo que o banco de dados (Microsoft Access) esteja em operação, tem sido difícil achar espaço para o repasse do uso do software para outros usuários. É esperado que, com a instalação do computador do DSEI em Brasnorte, seja mais fácil.
- i) Ampliar os referenciais sobre doenças, prevenção e tratamento.
- j) Reduzir o uso de medicamentos alopáticos buscando alternativas com os próprios enawenê nawê.

Resultados esperados ao final do triênio 2001/2003:

Uma das metas, ao final deste triênio é que, os enawenê nawê possam ter chegado a um patamar de uma grande e efetiva participação no atendimento primário e emergencial (além do tradicional é claro) e encaminhamentos em área. Sendo assim, esperamos que o processo de formação venha a compor um quadro de pessoas (enawenê nawê) executando o papel de *baraitarexi*. É impossível de antemão definir a quantidade ideal de agentes de saúde para esse papel. Atualmente existem apenas dois enawenê nawê interessados em realizar essa tarefa.

Uma outra meta é que, ao final do triênio, as mulheres também sejam sujeitos das ações preventivas no campo da saúde.

Sendo assim, os enawenê nawê deverão ter amplas condições de participarem ativamente dos processos de decisão, a respeito dos programas de saúde, definindo não só o

trabalho da OPAN mas também sobre todas as outras instâncias (oficiais ou não) que estejam envolvidas no trabalho com eles.

Até o final deste triênio a OPAN deve ter em mãos a análise estatística e sociológica do acúmulo de dados coletados e informatizados.

Resumo das atividades programadas para o Programa de Saúde para 2001:

Atividade	Responsável	Apoio	Data
Programa de vacinação	Heggy	Funasa e Dsei	abril, agosto e dezembro
Programa de controle da malária	Heggy	Funasa	março, julho e novembro
Tratamento primário e emergencial	Heggy	Enawene, Equipe, Dsei	mensal
Intercâmbio Cultural de Saúde	Heggy	Ubirai	mensal
Sistematização do Banco de Dados	Heggy	Dsei	a partir de junho
Análise estatística	Heggy	a definir	novembro
Apoio à infra-estrutura da Opan	Heggy	Equipe	mensal
Apoio à infra-estrutura enawenê nawê	Heggy	Equipe	mensal

ANEXO B: Convênio entre OPAN e Prefeitura de Juína para execução de programas com recurso do ICMS ecológico.

LEI N.º 680/03.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a OPAN – Operação Amazônia Nativa com o fim da execução do Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO, Prefeito Municipal de Juína, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a **OPAN** – Operação Amazônia Nativa para o fim da execução por parte desta do Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe, consoante programa **ANEXO**, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. A **OPAN**, Operação Amazônia Nativa, é uma associação civil, com fins filantrópicos, não governamental, inscrita no CGG(MF) sob o n.º 93.017.325/0001-68, com sede na Avenida Ipiranga, n.º 97, Bairro Goiabeira, na cidade de Cuiabá(MT).

Art. 2.º O convênio mencionado no artigo 1.º apresenta as seguintes características:

I – repasse pelo Poder Executivo a OPAN: **R\$ 39.744,00 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais);**

II – forma: repasse em 3 (três) parcelas de igual valor de **R\$ 13.248,00 (treze mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, nos meses de maio/2003, julho/2003 e outubro/2003, respectivamente;

III – condição para a liberação das parcelas subsequentes: prestação de contas do investimento ao Poder Executivo Municipal pela conveniada do valor de 80% (oitenta pontos percentuais) da parcela anterior no programa mencionado no artigo 1.º desta Lei.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir **crédito especial** no valor de **R\$ 39.744,00 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais)**, sendo que os recursos necessários ao cumprimento da obrigação assumida são oriundos do Orçamento do Município, na seguinte dotação Orçamentária:

- 41 – Preservação e Conservação Ambiental
- 3 – 08 -Secretaria Municipal de Agricultura Mineração Meio Ambiente

08.03 – Departamento de Meio Ambiente
18 – Gestão Ambiental
18.5 - Despesas Correntes
3 – Outras Despesas Correntes
70 - Transferencias a Instituições Multigovernamentais
44.70.41.00 - Contribuições
2.064 – Programa de Cooperação à Proteção Amb. Da Terra Ind. Enawene

Art. 4º - Para cobertura do Crédito Especial descrito no Artigo 3º, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos descritos no Artigo 43 Inciso III, Parágrafo 3º da Lei Federal nº 4.320/64, **ANULAÇÃO PARCIAL**, das seguintes dotações orçamentárias no valor de **R\$ 39.744,00 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais)**:

03 – Secretaria Municipal de Finanças e Administração
03.02 – Departamento de Administração
9 – 3390.36.00 – Outros Serviços e Encargos - Pes. Física R\$ 39.744,00

Art. 5º O convênio acima mencionado será ajustado com prazo determinado, sendo o termo inicial em maio de 2003 e termo final em dezembro de 2003.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Juína, em 31 de março de 2003.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
PREFEITO MUNICIPAL

CONVÊNIO N.º _____/2003

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUÍNA- MT E A OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA-OPAN.

O MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, inscrito no CNPJ(MF) sob o nº 15 359 201/0001-57, representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **ALTIR ANTÔNIO PERUZZO**, brasileiro, casado, Técnico Agrícola, residente e domiciliado na Rua Bertoldi Sheffer, nº 50, Módulo 04, Setor "A", portador da Cédula de Identidade nº 1/146.550, SSP/SC, e inscrito no CPF(MF) sob o nº 549 491.659-68, doravante denominado **CONCEDENTE**, e de outro lado, a **OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN**, associação civil, com fins filantrópicos, não governamental, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 93.017.325/0001-68, com sede na Avenida Ipiranga, nº 97, Bairro Goiabeira, na cidade de Cuiabá-MT, doravante denominada **CONVENENTE**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

Constitui objeto deste convênio o apoio financeiro ao povo Enawene Nawe na conservação de seu território através de um programa com ações voltadas para a proteção do patrimônio cultural e natural da Terra Indígena Enawene Nawe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Para consecução do objeto deste convênio, competirá:

I – ao **CONCEDENTE**:

- a) repassar a importância de **R\$ 39.744,00 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais)** à **CONVENENTE**;
- b) fiscalizar a aplicação do recurso financeiro, bem como receber, examinar e emitir parecer às prestações de contas, conforme o Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe;
- c) acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar para isso, com os técnicos da **CONVENENTE**;

d) analisar previamente as propostas de reformulação do plano de trabalho, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem em mudanças do objeto;

II – a CONVENENTE:

a) aplicar os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, executando as atividades pactuadas, em consonância com as diretrizes do Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe;

b) movimentar os recursos financeiros liberados pelo **CONCEDENTE**, em conta específica ao convênio;

c) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive trabalhista, previdenciário, sociais, fiscais e comerciais, não gerando ao **CONCEDENTE**, obrigações ou outros encargos de quaisquer natureza.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência com prazo determinado, sendo o termo inicial em maio de 2003 e termo final em dezembro de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

As despesas para a execução do presente convênio são da ordem de **R\$ 39.744,00 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais)**, a ser repassa do em **3 (três)** parcelas de igual valor de **R\$ 13.248,00 (treze mil, duzentos e quarenta e oito reais)**, nos meses de junho/2003, julho/2003 e outubro/2003, respectivamente, e correrão à conta da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Finanças e Administração
03.02 – Departamento de Administração
9 – 3390.36.00 – Outros Serviços e Encargos - Pessoa Física
R\$ 39.744,00

CLÁUSULA QUINTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação de recursos obedecerá ao mencionado na cláusula quarta e ao Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe, em conta específica vinculada a este convênio, condicionado a apresentação do relatório de atendimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A liberação da segunda e terceira parcela ficará condicionada à prestação de contas de **80% (oitenta pontos percentuais)** do investimento da parcela

anterior, e mediante a apresentação da documentação especificada nos incisos do § 2.º desta cláusula.

§ 1.º Após a aplicação da última parcela, será apresentada a prestação de contas final relativa ao total dos recursos recebidos, composta das peças enumeradas nos incisos do § 2.º desta cláusula.

§ 2.º A prestação de contas dos recursos recebidos por força deste convênio deverá ser acompanhada das peças constitutivas descritas da seguinte forma:

I – relatório do cumprimento do objeto;

II – cópia do no Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe;

III – cópia do Termo de Convênio;

IV – relatório de execução físico-financeira e demonstrativo das receitas e despesas, evidenciando:

a) os recursos recebidos;

b) a contrapartida, caso for necessário;

c) os rendimentos da aplicação financeira, se for o caso;

V - relação de pagamentos;

VI – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos do **CONCEDENTE**, quando for o caso;

VII – extrato da conta bancária específica do período do recebimento da 1.º parcela até o último pagamento;

VIII – conciliação bancária, quando for o caso;

IX – comprovante de recolhimento do saldo de recursos recebidos do **CONCEDENTE**, à conta e na forma indicada por este; e,

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO

A **CONVENENTE** compromete-se ainda a restituir os valores transferidos pelo **CONCEDENTE** através deste convênio atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma aplicada dos débitos para a Fazenda Municipal a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses seguintes:

I – inexecução do objeto da avença;

II – falta de apresentação da Prestação de Contas no prazo exigido;

III – utilização do recurso em finalidade diversa da estabelecida, no presente convênio;

IV – quando constatada irregularidade em que resulte prejuízo ao erário público no montante deste; e,

V – saldo dos recursos recebidos quando, de uma ou de outra forma, não utilizado no objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

O **CONCEDENTE** a qualquer tempo fiscalizará a execução dos serviços afetos ao presente convênio, intervindo, emitindo pareceres e adotando as medidas que julgar cabíveis.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por vontade de quaisquer das partes ou ainda, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§ 1.º Constitui, particularmente, motivo de rescisão deste convênio a constatação de descumprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes.

§ 2.º Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDENTE** providenciará, a partir da data da assinatura deste convênio sua publicação em jornal local de ampla divulgação, que deverá ocorrer até o **5.º (quinto)** dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de **20 (vinte)** dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Pactam-se, ainda, as seguintes condições:

I – todas as comunicações relativas a este convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo, ou "**fac-símile**". Admite-se o envio de correspondência via "**fac-símile**", desde que o

CONVENENTE, em **5 (cinco)** dias úteis apresente o documento original devidamente protocolado;

II – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações, serão registradas em Ata ou Relatório Circunstanciado; e,

III - o Programa de Cooperação à Proteção Ambiental da Terra Indígena Enawene Nawe integra este instrumento independentemente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes, emergentes ou remanescentes deste convênio, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Juína-MT.

E por estarem assim justos e de acordo firmam o presente instrumento, em **3 (três)** vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias abaixo indicadas, para que sertã seus jurídicos e legais efeitos.

Juína-MT, ____ de junho de 2003.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal
Juína-MT
CONCEDENTE

RINALDO SÉRGIO VIEIRA ARRUDA
Presidente
Operação Amazônia Nativa – OPAN
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:
